



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**TEORIAS E PERCEPÇÕES DE DEMOCRACIA:  
A (NÃO) PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ENTRE ALUNOS  
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE BRASÍLIA**

GABRIELA LOPES SALES

BRASÍLIA

2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

GABRIELA LOPES SALES

DISSERTAÇÃO – MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Área de Concentração: Democracia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Democracia e Desigualdades

**Teorias e percepções de democracia:** a (não) participação política  
entre alunos da Educação de Jovens e Adultos de Brasília

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Brasília

2024

*Dedico este trabalho a todos que nadam contra a corrente,  
Que não se conformam, que questionam e que resistem.*

## AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho se faz sozinho, porém, para este em especial, tive muita ajuda de muita gente incrível, e não poderia deixar de mencioná-los aqui. Em primeiro lugar, sou muito grata ao professor Luis Felipe, que, antes de se tornar um amigo e ser meu orientador, já era minha principal referência para o que ciência política poderia ser e fazer, e foi quem me fez não desistir dela. Muito obrigada pelas aulas, conversas, críticas, incentivos e ensinamentos, por ter engrandecido tanto essa experiência. Sou grata ao CNPq pela bolsa de pesquisa que possibilitou a dedicação exclusiva ao mestrado e, inclusive, a participação em eventos acadêmicos.

Agradeço imensamente ao professor Thiago Trindade, que me deu as primeiras aulas na pós-graduação e fez comentários extremamente pertinentes na banca de qualificação deste projeto, além de ter aceitado o convite para esta banca de defesa. Nesse sentido, também agradeço à professora Débora Messenberg e ao professor Francisco Tavares, membros das bancas de qualificação e defesa, respectivamente. Sou similarmente grata aos professores, servidores e terceirizados que fazem o IPOL, a BCE, o RU e a UnB como um todo funcionar.

Ao longo destes dois anos, conheci várias pessoas novas, me reaproximei de amigas de infância, construí um lar longe de casa, e sou muito grata a cada um que participou dessa jornada. Aos colegas que passaram pelo IPOL e pelo Demodê, principalmente Larissa Martins, João Felipe Marques, Gabriel Melo, Evelyn Apolinária, Isabela Rocha, Karina Duailibe, Rodrigo Lentz, Alana Fontenelle, Stella D'Agostini, Túlio Celini, Lara Caldas, Carla Guareschi, Igor Lins, Rafael de Toni, Milena Melo e Ana Luísa Castro, agradeço a convivência, as conversas, as cervejas.

Agradeço demais a Débora e Natália, porque, sem elas, tudo teria sido mais difícil e praticamente nada teria tanta graça. Além de terem sido colegas de apartamento, cada uma em seu momento, elas sempre tinham disposição para conversar, para me ajudar com tudo, cozinhar nosso jantar e abrir nosso vinho. Débora é uma das minhas amigas mais antigas e tem sido lindo crescer ao lado dela, sonhar junto, escrever junto; sempre guardarei com muito carinho as lembranças da nossa casinha e tudo o que aprendemos nesse período. Natália eu conheci bem depois, mas isso não faz diferença alguma, ela se tornou indispensável na minha vida, e eu não trocaria este último ano por nada.

É impossível pensar na mudança para Brasília e não pensar em Duda e Carol, que me conhecem há quase tanto tempo quanto tenho de vida e, coincidentemente, já estavam morando aqui há alguns anos. Elas me mostraram a cidade, abriram as portas de suas casas tantas vezes quanto precisei, e me apresentaram a pessoas tão queridas quanto elas mesmas. Agradeço muito

a elas e a todos que vieram depois, mas também chegaram para ficar: Rômulo, Marcelo, Dai, Bel, Nat, Victor, Lucca, os Brunos, Júlia, Ana Paula, Rafa, Diego, Rob.

A mudança só ocorreu, claro, porque tive ajuda dos meus pais, Cláudia e Alberto, em todas as etapas deste processo. Eles fizeram questão de vir visitar várias vezes, com as malas cheias de bolo de rolo e comidinhas que faziam a saudade de casa diminuir, e sempre estiveram a meu lado, me encorajando e apoiando. Sou muito grata a eles e a minha família, em especial a meu irmão, Guilherme. Agradeço também a meus amigos de Natal e Recife, que se fizeram presentes tantas vezes e seguem perto, mesmo com tantos quilômetros entre nós, sobretudo Gabriela, Lucas, Samilly, Clara, Giovanna, Mário, Léo, José Luiz, Vinícius, Matheus, Arthur, Duda Lopes, Rafael Vitor e Rafael Andrade.

Apesar de esta dissertação ter nascido da elaboração de uma crítica à adesão ou aceitação da definição schumpeteriana de democracia por parte dos estudos empíricos de comportamento e as consequentes conclusões a que esses autores chegam, as entrevistas são parte essencial da contribuição que trago. Dialogar com os alunos, professores e coordenadores do Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul (CESAS) ampliou os horizontes da minha crítica e contribuiu não só para a realização desta dissertação e para meu crescimento enquanto pesquisadora, como também para a consolidação do meu posicionamento político. Sou muito grata a todos que tiraram alguns minutos para conversar comigo, especialmente os entrevistados, e espero ter feito jus a suas subjetividades.

## RESUMO

Esta dissertação surge a partir do objetivo de elucidar o elo entre a teoria democrática schumpeteriana e a teoria do comportamento político. Schumpeter parte de pressupostos elitistas acerca da organização social e da natureza humana: sempre haverá uma minoria governante, porque a maioria é incapaz, egoísta e irracional, e, portanto, deve ter sua participação política limitada ao momento eleitoral (Miguel, 2002); os comportamentalistas aderem à definição procedimental de democracia, construída primeiramente sobre estes ideais, ou, ao menos, a aceitam tacitamente. O primeiro objetivo específico era argumentar como suas conclusões, apesar de serem apresentada como descrições e explicações realistas, resultantes de sofisticadas análises de dados, são enviesadas por essa congruência, ocasionalmente obscurecida, com uma determinada teoria democrática. Essa crítica já havia sido delineada por Pateman (1992) e Macpherson (1977), e é a partir do que foi pontuado por eles que se passou a investigar no que consiste a apatia política defendida pelos seguidores da democracia procedimental, cumprindo, assim, o segundo objetivo. O terceiro e último objetivo específico era, após compreender que a apatia, vista pelos comportamentalistas como natural e benéfica à democracia, era resultante de constrangimentos da estrutura política, investigar quais são as percepções que pessoas “apáticas” teriam de democracia, política e do próprio interesse e participação, o que foi realizado por meio de um estudo de caso qualitativo com entrevistas em profundidade semiestruturadas. Vinte alunos do CESAS, o Centro Educacional de Jovens e Adultos da Asa Sul (Brasília), foram entrevistados e, a partir do nosso diálogo, percebemos que não se pode falar em uma “apatia” como descrita (e prescrita) anteriormente, o que há é uma sensação de distanciamento da política institucional e de inutilidade da própria participação, já que, de fato, o sistema político é menos permeável aos interesses de pessoas menos favorecidas; as concepções de democracia e política ora se restringem à dimensão formal, ora se ampliam e incorporam o cotidiano, e muitas mulheres relataram não conhecer o suficiente, saber menos que seus maridos, e ter menos tempo disponível para se dedicar ao assunto graças a suas duplas ou triplas jornadas. Concluímos que a anuência à definição schumpeteriana, alinhada à economia de mercado, e a defesa da institucionalidade dada diminui a qualidade das contribuições da ciência política *mainstream*, e não correspondem à “Verdade”, mas a uma determinada forma de enxergar e compreender a realidade dentre outras possíveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teorias democráticas; percepções de democracia; participação política; apatia política; comportamento político.

## **ABSTRACT**

The aim of this dissertation is to elucidate the link between Schumpeterian democratic theory and the theory of political behavior. Schumpeter starts from elitist assumptions about social organization and human nature: there will always be a ruling minority, because the majority is incapable, selfish and irrational, and should therefore have its political participation limited to the electoral moment (Miguel, 2002); behaviorists adhere to the procedural definition of democracy, built primarily on these ideals, or at least tacitly accept it. The first specific objective was to argue how their conclusions, despite being presented as realistic descriptions and explanations resulting from sophisticated data analysis, are biased by this occasionally obscured congruence with a particular democratic theory. This criticism had already been outlined by Pateman (1992) and Macpherson (1977), and it is on the basis of what they pointed out that we began to investigate what the political apathy defended by the followers of procedural democracy consists of, thus fulfilling the second specific objective. The third and final specific objective was, after understanding that apathy, seen by behaviorists as natural and beneficial to democracy, was the result of constraints in the political structure, to investigate what perceptions “apathetic” people would have of democracy, politics and their own interest and participation, which was done through a qualitative case study with semi-structured in-depth interviews. Twenty students from CESAS, the Centro Educacional de Jovens e Adultos da Asa Sul (Brasilia), were interviewed and, from our dialogue, we realized that there is no “apathy” as previously described (and prescribed), what there is is a feeling of detachment from institutional politics and the uselessness of participation itself, since, in fact, the political system is less permeable to the interests of less privileged people; conceptions of democracy and politics are either restricted to the formal dimension, or broaden and incorporate everyday life, and many women reported not knowing enough, knowing less than their husbands, and having less time available to devote to the subject thanks to their double or triple shifts. We conclude that the acceptance of the Schumpeterian definition, aligned with the market economy, and the defense of the given institutionality diminish the quality of the contributions of mainstream political science, and do not correspond to “The Truth”, but to a certain way of seeing and understanding reality among other possible ways.

**KEYWORDS:** Democratic theories; perceptions of democracy; political participation; political apathy; political behavior.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Desdobramentos da democracia procedimental.....	28
Quadro 2: Perfil dos entrevistados.....	60

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: A TEORIA DEMOCRÁTICA LIBERAL E OS ESTUDOS DE COMPORTAMENTO POLÍTICO .....</b>	<b>7</b>
1.1 A DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL E SEU FUNDAMENTO LIBERAL .....	8
1.2 OS ESTUDOS EMPÍRICOS DE DEMOCRACIA E COMPORTAMENTO POLÍTICO .....	14
1.3 DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA.....	19
1.4 DEMOCRACIA E COMPETIÇÃO .....	27
<b>CAPÍTULO 2: O MODELO PARTICIPATIVO E AS CRÍTICAS À DEMOCRACIA LIBERAL .....</b>	<b>30</b>
2.1 AS LACUNAS DA TEORIA DEMOCRÁTICA PROCEDIMENTAL .....	31
2.2 AS ENTRELINHAS DO COMPORTAMENTO POLÍTICO .....	37
2.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO ALTERNATIVA .....	42
<b>CAPÍTULO 3: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E COMPREENSÕES DE DEMOCRACIA NA EJA DE BRASÍLIA.....</b>	<b>49</b>
3.1 ÉTICA, METODOLOGIA E DESENHO DE PESQUISA.....	51
3.2 O CASO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE BRASÍLIA .....	54
3.3 OS SUJEITOS, SUAS REALIDADES E PERCEPÇÕES.....	56
3.4 POLÍTICA, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO .....	68
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>83</b>

## INTRODUÇÃO

A consolidação da ciência política enquanto um campo do saber específico, separado da sociologia e das humanidades, que julga possuir objetos e métodos de estudo próprios, deu-se ainda na primeira metade do século XX. É comum dividir sua história em pelo menos três momentos: um inicial, no qual eram predominantes análises formais normativas e prescrições das melhores constituições, inspiradas nas tipologias de formas de governo da antiguidade, hoje denominado institucionalismo antigo; um seguinte, cujos estudos passaram a focar no comportamento dos atores, e a se preocupar com a cientificidade e quantificação; e, por fim, o ressurgimento da análise institucional, considerada por alguns como o paradigma atualmente predominante no campo (Peres, 2008)<sup>1</sup>.

No segundo momento, após a “revolução comportamentalista”, normas de pesquisa mais rígidas passaram a ser adotadas e passou a haver uma maior preocupação com a mensuração dos fenômenos feita por pesquisadores “axiologicamente neutros”. Como Peres (2008, p. 55) relata, os estudos de comportamento político, que emergiram em oposição à “ineficiência” das análises formais em explicar a ascensão do nazifascismo e a realidade política da época, “não apenas passavam a incorporar as técnicas mais avançadas de análise estatística – principalmente com pesquisas de opinião e construções de escalas – como passavam também a abranger outros países, de forma a agregar à ciência política o método comparativo”.

Hegemônicos nos espaços institucionais até a década de 1960, os estudos de comportamento perdem espaço para um movimento “de dupla rejeição” (Peres, 2008, p. 60) que estava surgindo, o neoinstitucionalismo, que rejeita tanto os estudos que ignoram o impacto das normas sobre a agência quanto a falta de cientificidade que marcou o institucionalismo antigo. Fruto do entendimento que a análise exclusiva do comportamento não compreende a complexidade do fenômeno político, essa nova corrente, que pode ser dividida nas vertentes histórica, sociológica e da escolha racional (Hall; Taylor, 2003), tem como uma de suas características centrais a avaliação que as instituições moldam e limitam os comportamentos dos atores.

Segundo Peres, o neoinstitucionalismo é o paradigma hegemônico da ciência política contemporânea não só “pelas constantes declarações de adesão aos seus postulados básicos”

---

<sup>1</sup> A divisão do campo em paradigmas, porém, não é unânime; como Tavares e Oliveira (2016, p. 16) argumentam, a “noção prevalecente” é de que a ciência política não é paradigmática segundo os parâmetros da epistemologia de Kuhn. Neste trabalho, parte-se do posicionamento de Peres (2008) de que há dois paradigmas recentes: o comportamentalista e o neoinstitucional.

(2008, p. 53), mas também pela quantidade superior de artigos que analisam temas relacionados a partir de metodologias e premissas que se encaixam nos moldes neoinstitucionais. No entanto, isso não quer dizer que as tradições comportamentalistas foram extintas. Universidades renomadas como a de Columbia e Michigan continuaram sendo palco de estudos de comportamento eleitoral e político mesmo após o estabelecimento do neoinstitucionalismo, e, inclusive, dialogaram com proposições dos teóricos da escolha racional (Bartels, 2010).

Os comportamentalistas e os neoinstitucionalistas têm em comum, como relatado, uma preocupação com a cientificidade. O *mainstream* da ciência política, mais do que referente a um paradigma teórico específico, refere-se aqui a um posicionamento epistemológico, ao positivismo empirista que predomina na disciplina. Ambos os campos estão preocupados em “identificar relações causais, desenvolver modelos explicativos e, mais comumente, preditivos” (Lowndes; Marsh; Stoker, 2018, p. 9). Mas, além disso, há algo a mais que permeia toda a ciência política tradicional: a definição procedimental de democracia.

Há outras concepções possíveis do que consistiria o *mainstream* da ciência política; na análise de Tavares e Oliveira (2016), diz respeito à vertente neoinstitucionalista, em especial a da escolha racional. Na alegoria dos autores, é a compreensão da política como “gincana” que predomina entre os cientistas políticos, isto é, política como um jogo, no qual as regras importam e se investiga as dinâmicas entre os jogadores e grupos. Neste trabalho, entendemos o *mainstream* como a corrente que aceita, sem disputar, a equivalência entre democracia e eleições e que prioriza a metodologia quantitativa e o empirismo em detrimento das abordagens interpretativistas; portanto, engloba tanto o neoliberalismo quanto o comportamentalismo.

A visão procedimental de democracia, apresentada pela primeira vez no vigésimo capítulo da obra *Capitalismo, socialismo e democracia* (Schumpeter, 2017 [1942]), é aquela que a reduz aos procedimentos de seleção e autorização de governos. Para Schumpeter, as elites políticas competem entre si pela liderança, obtida através dos votos dos eleitores, que devem participar somente no momento eleitoral. Como Pateman (1992 [1970], p. 14) aponta, as críticas à concepção “clássica” de democracia e as formulações propostas por Schumpeter “tornaram-se quase universalmente aceitas em textos recentes sobre teoria democrática”, o que não deixou de ser verdade com o passar dos anos.

Desdobramentos da definição schumpeteriana de democracia encontram-se similarmente em obras alinhadas com o comportamentalismo e nas neoinstitucionais, e essa interpretação é tão difundida e consolidada que chega a ser tida como a única existente, como se não coubesse mais disputa acerca do significado do termo. O neoinstitucionalismo, porém, não será abordado neste trabalho. Na obra *Participação e teoria democrática*, Pateman se

contrapõe aos apontamentos de Schumpeter sobre a teoria “clássica” da democracia, apresenta um modelo alternativo de interpretação e ação política e faz críticas ao que chama de “teoria contemporânea de democracia”, que engloba autores como Dahl, Berelson, Sartori e Eckstein; além deles, ela afirma que “praticamente qualquer texto recente sobre democracia fornece um exemplo da teoria contemporânea” (Pateman, 1992, p. 26), e cita como exemplo o livro *The Civic Culture*, de Almond e Verba (1965 [1963]).

Outro autor que trabalhou agrupando concepções teóricas de democracia foi C. B. Macpherson. Em 1977, ele publicou *The Life and Times of Liberal Democracy*, onde apresentou quatro modelos teóricos distintos: democracia protetora, democracia desenvolvimentista, democracia de equilíbrio e democracia participativa. O terceiro modelo, cujo título mais apropriado seria, segundo o autor, “modelo de equilíbrio elitista e pluralista” (Macpherson, 1977, p. 77), abarca, além de Schumpeter, obras que analisam “como os eleitores realmente se comportam nas democracias ocidentais e as respostas dos sistemas políticos ao comportamento”, como *Voting* (Berelson; Lazarsfeld; McPhee, 1954), *A Preface to Democratic Theory* (Dahl, 1956) e *The Civic Culture* (Almond; Verba, 1965).

Tanto *Voting* quanto *The Civic Culture* se tornaram obras canônicas do campo de comportamento político e até hoje são referências centrais para estudos eleitorais e estudos comparados, a despeito de críticas recebidas. Berelson, Lazarsfeld e McPhee eram pesquisadores da Universidade de Columbia nos anos 1940, onde integravam um projeto de aplicação de *surveys* periódicos com o eleitorado estadunidense, cuja função era compreender os determinantes do voto e da opinião pública, e que já tinha resultado na publicação de um livro, o *The People’s Choice* (Lazarsfeld; Berelson; Gaudet, 1944). *The Civic Culture*, por sua vez, foi um “passo dramático” para as pesquisas comparativas segundo Dalton (2000, p. 913), visto que em seu cerne estão os *surveys* aplicados nos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha Ocidental, Itália e México.

Ambas as obras têm grande apreço pela democracia estadunidense. Almond e Verba (1965) estudam as atitudes políticas das populações de cinco países para compreender quais são as culturas políticas dessas nações e como essas culturas se relacionam com as respectivas estruturas políticas; dentre os países estudados, é o Estados Unidos que possui a cultura política mais condizente com a democracia, os melhores índices de interesse e conhecimento sobre política segundo as perguntas feitas. No entanto, a cultura fica restrita à dimensão formal da política, e, por partirem da compreensão que é a democracia estadunidense a que tem melhor funcionamento, Almond e Verba já pressupõem que a cultura política de seus concidadãos será também a mais apta (Castro, 2008). Similarmente, os autores de *Voting* (1954) haviam afirmado

não só que o sistema político norte-americano funciona, mas que está funcionando com mais vigor e eficiência do que nunca, a despeito do que fazem ou deixam de fazer os eleitores.

Estudos empíricos sobre comportamento eleitoral e cultura política, em suma, tratam fundamentalmente da democracia, da relação e opiniões que as pessoas têm do sistema, da estabilidade das instituições e da perpetuação do regime. Ainda que não explicitamente, eles partem de uma definição específica do termo: a schumpeteriana. Para Berelson e seus coautores, bem como para Almond e Verba, o critério basilar para a democracia é a competição eleitoral entre as elites políticas; questões como as leis de segregação racial em vigor em alguns estados dos Estados Unidos até a metade da década de 1960 perdem importância, e a diminuta participação de alguns grupos sociais não é questionada, mas vista como essencial à saúde da democracia. Como Pateman (1992) e Miguel (2002a) apontam, a adesão a essa definição dá legitimidade a regimes que constante e consistentemente espoliam os cidadãos.

O presente trabalho está preocupado com essa congruência, por vezes obscurecida, entre a teoria democrática de Schumpeter e pressupostos adotados por obras do campo do comportamento político. As expectativas que algumas obras, como o já mencionado *The Civic Culture* e o mais recente *Democracy for Realists* (Achen; Bartels, 2016), têm sobre os eleitores são baseadas não em alguma característica intrínseca a eles, mas sim em uma longa tradição teórica que vê a participação política ampla como algo que pode prejudicar a estabilidade democrática, e a apatia de alguns grupos como natural e até desejável.

O argumento central deste trabalho é que os estudos de comportamento político partem da definição procedimental de democracia, e isso limita não só as perguntas e desenhos de pesquisa, mas também as conclusões às quais os autores chegam; nosso objetivo, portanto, é esclarecer a ligação que existe entre a teoria democrática schumpeteriana e a teoria do comportamento político. Os objetivos específicos desta dissertação são três:

- (i) construir uma argumentação teórica que elucide a predominância da vertente inaugurada por Schumpeter nos estudos de comportamento;
- (ii) compreender melhor a apatia política, o que ela é e por que ela ocorre;
- (iii) compreender quais são as percepções de democracia, política e participação de pessoas “apáticas”.

O primeiro e o segundo objetivos específicos são o foco do primeiro e segundo capítulos, respectivamente. Seria impossível acessar as compreensões que os respondentes das pesquisas de Lazarsfeld, Berelson, Campbell ou Almond e Verba, teriam, e não é nossa intenção replicar os estudos desses autores ou testar suas teorias; para entender que percepções pessoas “apáticas” têm sobre democracia, política e participação, optou-se por dialogar com pessoas

que seriam precocemente enquadradas nesta categoria se as conclusões dessas obras fossem levadas às últimas consequências, isto é, pessoas de baixa escolaridade e *status* socioeconômico, visto que são elas que são as que menos participam e têm interesse, segundo os autores supracitados.

Conforme Almond e Verba, a propensão a participar politicamente aumenta na mesma medida que o sentimento de competência subjetiva, isto é, que a crença que cada cidadão tem que sua ação irá influenciar a tomada de decisão. Nas palavras dos autores, “se um indivíduo acredita que tem influência, então é mais provável ele tente usá-la. Um cidadão subjetivamente competente, portanto, tem maior probabilidade de ser um cidadão ativo”; “o grau que os cidadãos de uma nação se percebem como competentes para influenciar o governo afeta seu comportamento político” (Almond; Verba, 1965, p. 139).

No entanto, como os próprios autores atentam algumas páginas à frente, “o fato de uma pessoa acreditar ou não ser capaz de influenciar uma regulamentação local ou nacional depende muito de quem ela é em seu próprio país” (Almond; Verba, 1965, p. 167). E eles seguem, “se ele tiver mais escolaridade, *status* mais elevado ou for do sexo masculino, é claramente mais provável que se considere competente”. Como Pateman (1992, p. 69) resumiu, “os indivíduos de baixo *status* socioeconômico tendem a ter uma sensação de eficiência política mais baixa (e participar menos)”. Nesse sentido, o caminho escolhido para nos aproximar das compreensões de pessoas “apáticas” foi um estudo de caso a partir de entrevistas com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Brasília, Distrito Federal.

Brasília começou a ser construída no final da década de 1950 com o intuito de abrigar a sede do governo federal, sendo a concretização de um plano há muito em curso. Para a construção desta cidade, brasileiros de todo o país migraram para cá, e muitos estiveram, em alguma medida, envolvidos no levantamento ou manutenção dos prédios públicos. Além de ser um caso diferente de outras cidades, por ser a capital federal, Brasília foi escolhida como local de pesquisa por questões de praticidade. A escolha por alunos da EJA é menos óbvia, e também foi influenciada por questões práticas, como a possibilidade de consultar todos os interlocutores em uma mesma localidade, em vez de ter que percorrer maiores distâncias para encontrá-los.

A expectativa, de fato alcançada, era que, ao dialogar com alunos da EJA, fosse possível compreender melhor as relações que pessoas mais marginalizadas estabelecem com o sistema, e o que subjaz tais relações. Além disso, o movimento de voltar a estudar e ter que cumprir duas ou, no caso de mulheres, até três jornadas de trabalho ao longo do dia parecia, desde o momento de escolha do grupo a ser entrevistado, algo que influenciaria suas respostas, trazendo

singularidade para as contribuições dos meus interlocutores e, conseqüentemente, deste trabalho.

A EJA concentra alunos que, por qualquer razão, não completaram seus estudos na idade própria, como previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996); frequentemente, são pessoas mais velhas, que conciliam estudo e trabalho e, em geral, pessoas de mais baixa renda. No Plano Piloto, área central de Brasília, existem sete escolas que oferecem a modalidade à população e, após investigá-las através da *internet*, selecionamos o Centro de Educação Jovens e Adultos da Asa Sul (CESAS), a maior e a que funciona há mais tempo.

Foi necessário delimitar o local onde ocorreria as entrevistas, porque há uma quantidade máxima que se consegue realizar tendo limitações de tempo e espaço, como há nesta dissertação. As entrevistas foram semiestruturadas: havia um roteiro básico que se pretendia seguir, mas os interlocutores foram incentivados a se aprofundarem e uma série de perguntas específicas foi feita a cada um, a depender do andamento da entrevista e abertura do entrevistado. Vinte entrevistas foram realizadas; cada uma foi gravada e transcrita e, posteriormente, analisada.

Ao dialogar e realmente fazer um esforço para compreender meus interlocutores, foi possível vislumbrar as relações que as pessoas estabelecem com a política, o que o termo significa para elas, o que elas próprias pensam destas relações, e os porquês que fogem ao escopo de pesquisas por *surveys*. Em suma, foi possível notar que há uma sensação de distanciamento da política, que foi, muitas vezes, associada à dimensão institucional, e houve muitos momentos em que transpareceu uma sensação de insegurança em relação aos conhecimentos acerca do tema, principalmente por parte de entrevistadas mulheres. A “apatia” descrita e prescrita pelos comportamentalistas nada mais é do que o reflexo de um sistema que é menos permeável às demandas de alguns grupos, que, por conseguinte, se sentem desmotivados a participar.

Além do terceiro capítulo, cujo objetivo é tratar das percepções que meus interlocutores têm sobre democracia e temas afins, e que traz também uma reflexão sobre desenho e metodologia de pesquisa, esta dissertação é composta por esta introdução, um primeiro capítulo dedicado à análise da teoria democrática procedimental e seu escoamento para os estudos de comportamento político, um segundo, focado nas críticas e na alternativa propostas pelos teóricos participacionistas, e, por fim, a conclusão.

## **CAPÍTULO 1: A TEORIA DEMOCRÁTICA LIBERAL E OS ESTUDOS DE COMPORTAMENTO POLÍTICO**

Democracia é um termo cujo significado é alvo de disputas, por mais que, por vezes, haja tentativas de desclassificar o debate. Para grande parte da ciência política, por “democracia” entende-se algo como um regime no qual os governantes são escolhidos por meio de eleições livres, limpas, diretas e periódicas. Variações desta definição apareceram com o tempo: em algumas o cerne passa a ser a possibilidade de alternância do partido ou grupo no poder; para outras, é o controle exercido pelos eleitores, que puniriam maus governantes votando em seus adversários e recompensariam os bons reelegendo-os. No entanto, apesar de diferenças menores, a compreensão *mainstream* da democracia está relacionada à competição eleitoral; a democracia é reduzida ao mecanismo de seleção de governos, e é por isso que esta vertente comumente recebe o adjetivo “procedimental”.

Outras nomenclaturas foram empregadas ao longo dos anos, e foram muitos os esforços no sentido de agrupar as definições e vertentes teóricas afins. Para Held (1987), é possível classificar os modelos de democracia em nove, enquanto Macpherson (1977) utiliza quatro, assim como Sartori (1994a [1987]) depois dele – ainda que a divisão principal, segundo Sartori, seja entre um polo empírico-descritivo e outro normativo-prescritivo. Dahl, já em 1956, indica três possíveis caminhos e Miguel (2005), cinco.

Cada taxonomia, como Miguel (2005, p. 7) coloca, serve a um propósito; nenhuma classificação é totalmente certa ou errada, elas são apenas “mais ou menos úteis”. Nesta dissertação, em vez de seguir a proposta de Held de separar a democracia “competitiva” de Schumpeter da “pluralista” de Dahl, ou a democracia “representativa” da “eleitoral” dos estudos de comportamento político (cf. Sartori, 1994a), me aproximo das divisões propostas por Macpherson e Miguel, que aglutinaram as formulações de Schumpeter, Dahl, Downs, Berelson, Campbell, Almond e Verba. Os autores da teoria “contemporânea” da democracia, como Pateman os denomina, podem divergir sobre algumas especificidades, mas têm em comum a visão da democracia como um procedimento eleitoral.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma reflexão que indique as semelhanças entre os autores do comportamento político e a teoria democrática schumpeteriana. Na primeira seção, as especificidades das teorias de Schumpeter, Dahl e Downs serão esmiuçadas, assim como as contribuições de Sartori. Em seguida, o foco é em como as definições “operacionalizáveis” de democracia levaram aos estudos empíricos e à teoria do comportamento político, que teve como

um de seus desdobramentos a teoria da cultura política, da qual trataremos na terceira seção. Por último, há um breve tópico com as conclusões do capítulo e um quadro sinóptico que trata das definições de democracia dos principais autores referenciados neste capítulo.

### **1.1 A DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL E SEU FUNDAMENTO LIBERAL**

A palavra “liberal” funciona como um adjetivo de uma teoria democrática e das democracias atualmente vigentes no Ocidente porque é um termo ambíguo, que pode significar tanto “a liberdade do mais forte de derrubar o mais fraco seguindo as leis do mercado” quanto “a liberdade igual e efetiva de todos usarem e desenvolverem suas capacidades”, como argumenta Macpherson (1977, p. 1). A democracia atual é liberal porque preocupa-se com a liberdade dos indivíduos (e a garante ao menos em termos jurídicos) e porque convive com a economia de mercado e a conseqüente exclusão que ela promove. A teoria democrática procedimental é liberal porque promove uma homologia entre democracia e mercado, tratando o funcionamento dela como correspondente ao dos mercados capitalistas e ignorando (ou valorizando) os constrangimentos que esta lógica impõe ao sistema político.

A análise de Macpherson (1977) sobre os modelos de democracia se restringe à democracia liberal: a opção do autor foi apresentar modelos historicamente sucessivos a partir do século XIX, quando as sociedades já eram divididas em classes e os regimes políticos já tinham que lidar com as conseqüentes contradições e constrangimentos impostos. O primeiro modelo, denominado democracia protetora, é o dos utilitaristas Jeremy Bentham e James Mill, e tem como principal pressuposto a constante busca dos indivíduos pela maximização de suas utilidades no mercado capitalista, composto por indivíduos com interesses conflitantes.

Para Bentham e Mill, a busca pela maximização de interesses, também compreendida como busca pela maximização da própria riqueza e poder, que cada indivíduo travava no modelo de sociedade proposto, era interminável e seria procurada ainda que em detrimento da integridade de outros. Por isso eram necessárias leis que regulassem essa interação. As leis, no entanto, seriam melhores à medida que correspondessem aos interesses do maior número de pessoas, e as autoridades responsáveis pela formulação e aplicação das leis deveriam ser escolhidas através de um mecanismo que também possibilitasse o controle sobre elas, e disso é extraída a democracia. A principal característica da democracia, portanto, seria sua habilidade de proteger os cidadãos uns dos outros e do próprio governo (Macpherson, 1977).

A democracia protetora de Bentham e Mill preocupava-se com a segurança da propriedade privada e trabalhava para reforçar as leis de mercado; sua função seria prevenir a

ascensão e manutenção de governos tirânicos, o que seria garantido através do exercício democrático. O voto protegeria os cidadãos da tirania. A principal diferença entre as formulações dos dois utilitaristas é que James Mill estava mais preocupado com a disparidade de poder que o sufrágio restrito traria, e advogava pela inclusão de pessoas pobres no sistema, pois, sem direito ao voto, seriam oprimidas por aqueles que o possuíam. Enquanto Bentham era favorável ao voto censitário, embora “disposto a conceder sufrágio masculino”, Mill defende, em teoria, que “nada menos que ‘uma pessoa, um voto’ protegeria todos os cidadãos do governo” (Macpherson, 1977, p. 37), ainda que tenha relativizado tal formulação em seguida.

Como Macpherson (1977) sumariza, o primeiro modelo é pouco entusiasta da democracia e a defende apenas pela sua capacidade de proteger os indivíduos do governo tirânico. Não se questiona os modelos vigentes de indivíduo, de sociedade, de relações sociais e econômicas. O modelo de democracia desenvolvimentista, por outro lado, surge em um momento no qual já não se podia ignorar as terríveis condições às quais eram submetidos os trabalhadores; além disso, a classe trabalhadora passava a ser vista como uma possível ameaça à estabilidade do sistema e à propriedade privada, e a conquista de direitos por essa parcela da sociedade poderia acarretar perdas aos outros.

A primeira formulação da democracia desenvolvimentista foi a de John Stuart Mill, filho de James Mill, e baseia-se em uma concepção diferente de indivíduo. Se no primeiro modelo os indivíduos eram estáticos, meros consumidores e apropriadores, e apenas buscavam a maximização de suas utilidades, agora os indivíduos são tidos como capazes de se aprimorarem, de desenvolverem suas capacidades, e é isso que o governo democrático deve garantir, para além da proteção das pessoas. Receoso quanto aos trabalhadores, Stuart Mill defende o sufrágio universal balizado pelo voto plural; o argumento era que, se todos tivessem votos de mesmo peso, os trabalhadores, por serem maioria, conseguiriam instituir uma legislação de caráter classista, que os beneficiaria em detrimento dos proprietários.

Com a exceção de pessoas analfabetas, falidas e que não pagassem impostos, todos deveriam ter direito ao voto na concepção de Stuart Mill, mas algumas pessoas deveriam ter vários votos. É um retrocesso em relação ao “uma pessoa, um voto” defendido por seu pai James Mill, mas é um avanço no aspecto moral: o segundo modelo não se contenta com a concepção de ser humano apresentada pelo primeiro modelo; em vez disso, pretende que a sociedade como um todo evolua e se torne mais igualitária, que os indivíduos tenham acesso à educação e possam participar da política, o que os capacitaria para mais participação (Macpherson, 1977).

Pateman (1992, pp. 28-29), quando se contrapõe a Schumpeter, sinaliza que autores compõem o que ele havia chamado de teoria “clássica” da democracia, mas é rigorosa: “a noção de uma ‘teoria clássica da democracia’ é um mito”; eles são: Rousseau, os dois Mill e Bentham. Rousseau, que aparece como um precursor da teoria democrática liberal em Macpherson (1977), trata dos benefícios da participação como ferramenta educativa, e a classifica como “fundamental para o estabelecimento e manutenção do Estado democrático” (Pateman, 1992, p. 33), assim como Stuart Mill depois dele.

Macpherson (1977) chama de “2B” o modelo de democracia desenvolvimentista que se propagou no século XX. A principal evolução em relação às prescrições de Stuart Mill (“2A”) é o abandono do voto plural e a busca por se tornar mais igualitário, mas, por não ter conseguido identificar inconsistências entre o modelo de Stuart Mill e a realidade, o modelo 2B logo entrou em declínio e foi rapidamente substituído pelo modelo de democracia de equilíbrio. A ameaça classista que era antecipada nunca se concretizou, em parte porque os partidos políticos serviram para arrefecer os conflitos e contradições da democracia no capitalismo; a participação e o desenvolvimento pessoal, cerne do modelo teórico, tampouco eram percebidos.

A emergência do terceiro modelo se dá em parte por causa da falência do modelo desenvolvimentista, que estava cada vez menos preocupado com a realidade, segundo Macpherson (1977), e se consolida como uma evolução específica do primeiro modelo, visto que compartilha da analogia com o mercado e com as consequentes concepções de indivíduo e sociedade. O modelo de democracia de equilíbrio surge com Schumpeter e é aprofundado nas décadas seguintes por diversos autores da ciência política, tanto institucionalistas quanto comportamentalistas; foi “o ponto de virada” que permitiu “a conciliação entre democracia e desigualdade” (Miguel, 2012, p. 106).

Em *Capitalismo, socialismo e democracia*, há a apresentação de uma nova teoria de democracia: “o método democrático é um sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo” (Schumpeter, 2017, p. 366). Na obra, três capítulos são dedicados para a discussão do tema; inicialmente, Schumpeter apresenta suas críticas à concepção “clássica”, que exigiria mais dos eleitores do que eles seriam capazes de fazer, e em seguida introduz sua definição, hoje consolidada como hegemônica.

A “doutrina clássica” da democracia a definiria como um “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo com que o próprio povo decida as questões mediante a eleição de indivíduos que se reúnem para lhe satisfazer a vontade” segundo Schumpeter (2017, p. 339). Seria necessário, então, que existisse tanto o “bem comum”

quanto a “vontade geral”, mas Schumpeter argumenta que essas categorias não existem na realidade. Ainda que porventura fosse possível convencer todas as pessoas que algo é um “bem comum”, continuaria havendo discordâncias sobre qual caminho percorrer para alcançá-lo. A “vontade do povo” também não se sustenta, porque ela seria, no limite, a realização do “bem comum”.

Além disso, é central à crítica schumpeteriana a visão negativa da racionalidade dos cidadãos. São ignorantes quando se trata de política, até o mais instruído dos eleitores “desce a um nível inferior de desempenho mental [...]. Volta a ser primitivo” (Schumpeter, 2017, p. 355). Por isso, devem afastar-se da política, devem ser somente eleitores. É da natureza humana, segundo ele, o egoísmo e a irracionalidade – visto que, por sermos egoístas, não vamos fazer uso da racionalidade para tomar decisões cujos resultados não vão nos afetar diretamente. Schumpeter faz um esforço para distanciar a democracia de toda e qualquer interpretação normativa, sem reconhecer o grau de prescrição por trás de seus pressupostos.

Em seu arcabouço teórico, a função dos cidadãos é formar governo através do voto, e todo exercício da política deve resumir-se a essa escolha de lideranças; uma vez eleitos, os políticos devem ter liberdade para tomar as decisões que julguem melhores, independentemente da vontade do eleitorado. Há uma desvinculação entre representante e representado, e o povo, visto como incapaz de participar, deve aceitar que não detém poder algum sobre as escolhas de políticas, e deixar o que é político para a elite governante, pessoas de “capacidade e caráter moral adequados” (Schumpeter, 2017, p. 393).

Robert Dahl, em sua obra *A Preface to Democratic Theory*, “aperfeiçoa” as conclusões de Schumpeter; logo nas primeiras páginas, o autor defende que a teoria democrática “preocupa-se com os processos através dos quais cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre seus líderes” (Dahl, 1956, p. 3). Ao longo do livro, Dahl se refere à “teoria madisoniana” e à “teoria populista”, dois modelos teóricos de democracia que o precederam. A vertente que descende de James Madison e leva seu nome estaria essencialmente preocupada com a igualdade formal dos cidadãos e, ao mesmo tempo, com o controle de seu poder. Seria necessário controlar as facções para evitar a tirania da maioria.

A democracia populista, por outro lado, baseia-se fundamentalmente no princípio da maioria: a regra essencial deste modelo é que a alternativa preferida pelo maior número de pessoas é escolhida. Uma forma de diferenciá-las é que, enquanto “a teoria madisoniana postula uma república não-tirânica como o objetivo a ser maximizado”, a teoria populista prioriza “soberania popular e igualdade política” (Dahl, 1956, p. 63). Nenhuma das duas, porém, se sustentaria empiricamente; por isso, Dahl propõe o modelo da democracia poliárquica. A

poliarquia, para se concretizar, requereria oito condições, distribuídas em três períodos que revelam a centralidade atribuída às eleições.

No período eleitoral, é necessário que (1) todos os membros da organização manifestem suas preferências através do voto, (2) tais votos tenham pesos iguais e (3) a alternativa com mais votos seja a escolhida. Antes das eleições (4) qualquer um pode apresentar uma alternativa a ser votada e (5) todos devem ter acesso às mesmas informações sobre as alternativas apresentadas. No período pós-eleitoral, é necessário que (6) o resultado seja cumprido e a alternativa mais votada substitua as alternativas com menos votos, assim como é necessário que (7) as ordens dos representantes eleitos sejam executadas. As decisões tomadas entre as eleições precisam ser (8.1) subordinadas às tomadas durante as eleições ou (8.2) determinadas pelas sete condições precedentes, ou (8.3) ambas as coisas.

Satisfazer completamente as oito condições da democracia poliárquica não é trivial e poucos países conseguiriam; o que se tem, então, são níveis de concordância: as condições podem ser compreendidas como escalas com as quais as poliarquias podem estar mais ou menos de acordo. Para Bølstad (2018, p. 383), Dahl “tinha dúvidas sobre as perspectivas de alcançar a democracia plena, observava que a realidade estava aquém dos seus ideais”, mas é classificado como menos pessimista que Schumpeter. Para Skinner (1973), ao tentar elaborar, a partir de Schumpeter, uma definição operacionalizável da democracia, Dahl acaba por legitimar e recomendar implicitamente o sistema político estadunidense, já que este alcançara as condições mínimas propostas, algo que Almond e Verba (1965) também fizeram posteriormente.

Como Macpherson (1977) aponta, no terceiro modelo há um esvaziamento deliberado do conteúdo moral do modelo desenvolvimentista; a possibilidade de aprimoramento dos indivíduos já não importa para a democracia e a participação perde seu valor – é aconselhado, inclusive, que os cidadãos sequer mandem cartas aos seus representantes, que têm mais o que fazer uma vez eleitos do que prestar contas ao eleitorado (Schumpeter, 2017, p. 399). A política passa a ser restrita aos políticos, e aos indivíduos cabe somente votar; os indivíduos, como os consumidores, escolhem entre as cestas de bens já dispostas aquilo que mais lhes interessa, cestas essas ofertadas pelos políticos-empresários.

A analogia com o mercado é o ponto central da obra de Anthony Downs, *An Economic Theory of Democracy* (1957); nela, o autor explora os modelos econômicos que descreviam o comportamento dos consumidores racionais para formular um modelo de teoria democrática. Se na simplificação da economia neoclássica os consumidores almejavam a maximização de suas utilidades e os empresários, o lucro, os políticos buscam cargos e cidadãos buscam políticas do seu agrado. No modelo de Downs, portanto, políticos formulam políticas públicas

para ganharem votos e se manterem nos cargos que ocupam, e a oposição busca votos para se tornar governo. Ele credita “a profunda análise de Schumpeter de democracia” como “a inspiração e a fundamentação” de todo seu argumento.

A teoria de democracia de Downs se estabelece a partir das seguintes condições: o sistema é democrático se o partido que está no poder foi escolhido pelo voto popular, se as eleições ocorrem com frequência, se todos os adultos da localidade que estão em plenas faculdades mentais e obedecem às leis podem votar, se possuem apenas um voto, se o partido que obteve a maioria do apoio sobe ao poder e governa até as eleições seguintes, se os partidos que perdem não tentam impedir o vencedor de tomar posse, se o partido que está no poder não tenta restringir os direitos políticos de qualquer grupo, e se existem pelo menos dois partidos disputando as eleições.

Para ganhar eleições, porém, os partidos precisam conhecer os determinantes do voto. No modelo, espera-se que os eleitores racionais votem no partido que lhe promete mais benefícios do que os outros; os benefícios recebidos são traduzidos em utilidade, e cada eleitor vota no partido que ele acredita que lhe trará mais utilidade no próximo ciclo eleitoral. A escolha se dá entre o que o eleitor acredita que cada partido realmente faria se estivesse no poder, não apenas no que os partidos afirmam que irão fazer, e o que a oposição teria feito em seu lugar sob as mesmas condições. Eleições, em Downs (1957), funcionam também como um mecanismo de aprovação ou desaprovação do mandatário.

A racionalidade dos eleitores se comprovaria numa série de pré-requisitos que deveriam ser atingidos: é necessário que se conheça a própria preferência, que se consiga ordenar as alternativas propostas e escolher a mais de acordo com tal preferência, que se escolha sempre a mais preferida quando em face das mesmas alternativas. No modelo, não há espaço para emoções, para o altruísmo, para o subconsciente. As escolhas são determinadas unicamente pela racionalidade do indivíduo que é naturalmente auto interessado e egoísta. Em Lipset (1960), como Miguel (2005) argumenta, o eleitor também é visto como racional, e seu desinteresse seria sinal de seu contentamento com o sistema; por julgar que o andamento da política é satisfatório, não seria necessário ir votar ou se manifestar. Sartori, por outro lado, julga que “a baixa participação política é a chave para a realização da democracia como ‘meritocracia’ ou processo seletivo dos mais aptos a governar” (Miguel, 2005, p. 10).

## 1.2 OS ESTUDOS EMPÍRICOS DE DEMOCRACIA E COMPORTAMENTO POLÍTICO

Como Skinner (1973) aponta, é possível indicar Schumpeter como o “protótipo” da teoria empírica da democracia, visto que sua principal preocupação era com as democracias existentes. A teoria clássica, por pressupor categorias que não existiam, como o bem comum e a vontade geral, não teria valor explicativo. Ao apresentar sua compreensão de democracia, Schumpeter caminha no sentido de uma definição operacionalizável, que pode ser observada, mensurada, e comparada. Se democracia é um “método institucional” de decisão a partir da escolha de lideranças que competem pelos votos dos cidadãos, os países que seguem este método devem, por consequência, ser regimes democráticos.

Começou a ser possível, então, diferenciar democracias e ditaduras e avaliar o “quão” democrática cada nação é – a partir, claro, da definição schumpeteriana e procedimental de democracia. O cientista político italiano Giovanni Sartori (1994a) utilizava as categorias *ser* e *dever ser* para orientar sua divisão; a democracia empírica é a vertente preocupada com a descrição dos sistemas políticos como existem, é a tradição iniciada por Schumpeter e perseguida por Dahl, Downs, Almond e Verba, para citar autores com os quais o presente trabalho dialoga. A democracia racional, por outro lado, faria prescrições de como os regimes deveriam ser, quais deveriam ser seus objetivos.

Grande parte dessas investigações empíricas foram empreendidas por pesquisadores do campo do comportamento, através de experimentos e pesquisas de opinião; eles, assim como Schumpeter, rejeitavam as prescrições e diagnósticos da teoria “clássica”, cujos pressupostos acerca da natureza humana seriam irrealistas, e propunham estudos realistas, descrições puras e incontestáveis da realidade. A abordagem comportamental, como o nome sugere, procura explicar e prever o comportamento dos indivíduos e sociedades. Para Sanders (2018, p. 20), o comportamentalismo está interessado no “que (algumas) pessoas fazem, pensam ou dizem”.

Para compreender as ações, atitudes e sentimentos, os pesquisadores do campo se utilizam, em grande medida, de pesquisas de opinião com amostras aleatórias da população. Os *surveys* podem informar características e opiniões básicas das populações, que, por sua vez, podem informar campanhas publicitárias e eleitorais, mas servem principalmente como ferramenta para acessar as atitudes políticas dos respondentes, o que possibilita a construção da “opinião pública” e “cultura política”.

Segundo a revisão de literatura feita por Knutsen (2018, p. 343), atitudes são, em geral, “expressões de favorecimento ou desfavorecimento em relação a uma pessoa, lugar, coisa ou

acontecimento”, e comumente envolvem componentes afetivos, cognitivos e comportamentais. Atitudes políticas são “organizações de crenças em torno de objetos ou situações que são relativamente duradouras e levam os indivíduos a reagirem preferencialmente de uma maneira específica” (Knutsen, 2018, p. 345), e são internas, não observáveis; os pesquisadores inferem essas atitudes a partir de respostas obtidas em *surveys*.

As pesquisas de opinião levaram as ciências sociais para outro patamar nos anos 1940, quando começaram a ser aplicadas de forma mais ou menos semelhante a atual. São descendentes das *straw polls* do século XIX (Duailibe, 2023), que eram pesquisas feitas para se conhecer as intenções de voto da população, mas sem qualquer atenção à amostragem; eram conduzidas por partidos, jornalistas e pessoas comuns, que perguntavam em quem se votaria e anotavam as respostas em um papel para posterior divulgação. Como Duailibe (2023, p. 43) nota, “as pesquisas servem, desde o início, aos interesses de agentes políticos e da imprensa de dispor de um novo dispositivo para impactar não apenas o processo eleitoral, mas a própria noção de representação da opinião pública”.

Com os sucessivos erros de predição dos resultados eleitorais, as *straw polls* foram sendo substituídas cada vez mais por *surveys* e pesquisas de opinião em geral. O primeiro esforço acadêmico de realizar pesquisas de opinião foi o dos pesquisadores da Universidade de Columbia, que acompanharam, numa pesquisa em painel, cerca de 600 pessoas de um condado do estado de Ohio durante a campanha presidencial de 1940, e publicaram os resultados no livro *The People’s Choice* (Lazarsfeld; Berelson; Gaudet, 1944 *apud* Bartels, 2010). Em 1948, conduziram pesquisas que levaram a um livro ainda mais influente, o *Voting* (Berelson; Lazarsfeld; McPhee, 1954), dessa vez a partir de dados da cidade de Elmira, em Nova York.

Os pesquisadores de Columbia estavam buscando analisar o efeito que as campanhas eleitorais tinham sobre a decisão do voto; no entanto, as entrevistas em painel com os mesmos eleitores ao longo do período de campanha indicaram que a escolha de em quem votar era mais influenciada por lealdades sociais baseadas em religião e classe do que pela propaganda. Segundo os autores, “para muitos eleitores, preferências políticas são mais comparáveis a gostos culturais – em música, literatura, atividades recreativas, moda, ética, linguagem, comportamento social [...]” (Berelson; Lazarsfeld; McPhee, 1954, p. 311).

Em *Voting*, a principal conclusão é que a escolha dos eleitores não é resultado de “previsões cuidadosas das consequências”, mas de fé e expectativas esperançosas, e que eles não se encaixam no que a teoria democrática “normativa” prescreve: “certos requisitos presumidos para o sucesso da democracia não são cumpridos pelo comportamento do cidadão médio”. Conforme o estudo de Berelson e seus coautores, as pessoas, apesar de votarem, não

participam de discussões e campanhas nem demonstram interesse por política, muitos não veem importância no voto e não se dão ao trabalho de se informar.

O cidadão seria aquele do que estipula a teoria clássica, não teria o conhecimento que é esperado dele e não compreenderia ou não se importaria com os assuntos e as políticas propostas durante as campanhas eleitorais (Berelson; Lazarsfeld; McPhee, 1954, p. 311). No entanto, o sistema funcionaria com distinção; nas palavras dos autores, “se o sistema democrático dependesse somente das qualificações do eleitor individual, então parece surpreendente que as democracias tenham sobrevivido ao longo dos séculos. [...] Onde o cidadão racional parece abdicar, todavia anjos parecem trilhar”.

Para os autores, a estabilidade do sistema, preocupação manifesta, depende da mitigação dos conflitos e do controle do ritmo da mudança; eles argumentam que a estrutura social e econômica devem ser mantidas. É necessário, portanto, que haja uma parcela da população que de fato seja desinteressada, e que haja um equilíbrio entre envolvimento e apatia, estabilidade e flexibilidade, progresso e conservação do *status quo*, consenso e clivagens, individualismo e coletivismo; se houver demasiado envolvimento ou clivagens, por exemplo, a democracia vigente estará ameaçada. A apatia de alguns setores da sociedade é valorizada como uma das prováveis causas da estabilidade democrática (Berelson; Lazarsfeld; McPhee, 1954, p. 315).

Paralelamente, estudiosos da Universidade de Michigan também estavam realizando investigações acerca do comportamento eleitoral dos estadunidenses a partir de *surveys*, esforço que resultou na obra *The American Voter* (Campbell *et al.*, 1964 [1960]) e veio a se tornar um dos mais duradouros das ciências sociais (Bartels, 2010). Angus Campbell e seus colegas relataram que o cidadão comum não tinha atitudes políticas discerníveis e que suas opiniões sobre temas de política eram consequência da lealdade partidária – assim como o voto, que também é resultado de partidarismo e é pouco influenciado pelas campanhas. Mais uma vez, é o grupo ao qual alguém pertence (nesse caso, o partido político) que indica sua preferência política e seu posicionamento frente a alguma questão específica, e não o contrário.

O “modelo de Michigan”, como ficou conhecido o arcabouço explicativo desenvolvido por Campbell e seus coautores (Bartels, 2010), “focava nas atitudes individuais dos eleitores e na sua identificação com um dos principais partidos políticos”. A identificação com o partido seria, para Campbell e colegas, da ordem psicológica, assim como seriam as identificações com grupos de mesma raça, classe e religião; seria algo duradouro, persistindo ainda que o eleitor não votasse por aquele partido em uma eleição. Seria também, por fim, importante para a construção de opinião dos eleitores acerca de outros partidos, candidatos, temas políticos

(Hutchings; Jefferson, 2018). *The American Voter*, em suma, “descreveu o empobrecimento geral do pensamento político de grande parte do eleitorado” (Achen; Bartels, 2016, p. 32).

Outro estudo acerca do comportamento eleitoral e dos determinantes do voto foi o de Downs (1957), do qual se extraiu a explicação do “modelo espacial”. A partir dela, conclui-se que, em um cenário de bipartidarismo, “ambos os partidos vão adotar plataformas políticas idênticas, correspondentes à mediana das distribuições dos pontos [ideológicos] ideais dos eleitores” (Achen; Bartels, 2016, p. 24) para maximizarem os votos que receberão, ou, como Dowding (2018, p. 32) coloca, “o partido que se sairá melhor será o partido que se situa mais próximo da maioria dos eleitores no espaço ideológico – assumindo, claro, que os eleitores votam de acordo com proximidade no espaço ideológico”.

O voto por proximidade ideológica ou por afinidade a temas e plataformas políticas ficou conhecido na literatura como “*issue voting*” e é defendido por autores que veem essa afinidade temática como o principal determinante da escolha do eleitor. No entanto, o modelo espacial e de “voto temático” presume que os eleitores saibam definir a posição ideológica de propostas políticas, de partidos e candidatos no *continuum*, e que os partidos, em troca, saibam a posição dos eleitores. A ideologia, para Downs (1957), poderia servir como um atalho informacional, algo que sinalizasse aos eleitores que políticas determinado partido possivelmente adotaria, diminuindo a quantidade de informações necessárias para a escolha eleitoral.

A ideia de um espectro ideológico como uma linha que se estende da esquerda à direita não é de autoria de Downs, mas sua formalização no modelo proposto o consagrou nos estudos eleitorais (Bartels, 2010). *Surveys* seguintes à disseminação da sua obra passaram a incluir perguntas que levavam o respondente a se colocar numa posição nesse *continuum* ideológico, bem como a posicionar partidos e propostas políticas nessa escala. A teoria que propunha que a decisão eleitoral era uma escolha racional tanto incorporou apontamentos das pesquisas empíricas de comportamento (como as avaliações e percepções de desempenho do governo), quanto contribuiu para o aprimoramento de tais pesquisas, simbolizando a influência mútua que os campos da ciência política tinham entre si.

Além da hipótese do voto temático, outra forma de explicar a escolha eleitoral foi dada pela teoria do voto retrospectivo, que postula que, ainda que o eleitor não seja bem-informado, ele consegue exercer controle sobre os governantes a partir de uma avaliação de como foi a performance deles; se os mandatários fizessem bons governos, seriam recompensados com a reeleição, mas poderiam igualmente ser punidos por má performance. A teoria do voto retrospectivo trata da *accountability* do governo, isto é, da responsividade dos representantes

perante os representados; seria uma forma dos eleitores escolherem “o melhor time disponível de lideranças políticas” (Achen; Bartels, 2016, p. 98).

O livro de Achen e Bartels (2016) se chama, como já foi dito, “democracia para realistas” e seu subtítulo é “por que eleições não produzem governos responsivos”. Nele, os autores utilizam dados empíricos para confrontar as teorias predominantes de democracia, que, na visão deles, não são capazes de explicar a realidade política. É uma obra que foi caracterizada como “pessimista” por alguns críticos (Fisher *et al.*, 2018) e que tem um viés excessivamente estadunidense. A relevância dela para este trabalho se deve ao fato de haver uma revisão extensa dos estudos de democracia e de comportamento eleitoral, e por ela ter sido uma das primeiras de uma onda de estudos que se propuseram a tratar da crise, do declínio ou dos defeitos da democracia nos anos 2010, onda que se intensificou após o plebiscito favorável à saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Trump nos Estados Unidos (Miguel, 2021).

Em *Democracy for Realists*, Christopher Achen e Larry Bartels (2016) propõem uma teoria que supere a normatividade tanto da “doutrina clássica” criticada por Schumpeter (2017) quanto da visão schumpeteriana. A vertente procedimental da democracia seria datada e mereceria críticas, conforme Achen e Bartels, porque depende da racionalidade dos eleitores e de que suas escolhas sejam fruto de preferências por determinadas políticas ou de avaliações dos mandatários; essas escolhas, na verdade, seriam fundamentadas nas identidades sociais dos cidadãos, nos grupos dos quais participam, e não nos critérios previstos pela teoria hegemônica.

Os autores também criticam a “doutrina clássica” da democracia, chamada de populista, popular ou “folclórica”, e a ideia de “governo do povo”. Achen e Bartels dividem a democracia populista em duas vertentes, as duas respostas possíveis à pergunta “como as pessoas governam?”: a vertente representativa, na qual as pessoas elegem políticos que representarão seus interesses, e a democracia direta, entendida como a participação através de referendos e iniciativas de leis. As duas são “altamente irrealistas” (Achen; Bartels, 2016). Cabe notar, entretanto, que “a dicotomia é pouco frutífera, uma vez que a representação política é inelutável nas sociedades contemporâneas” (Miguel, 2005, p. 6).

Embora Achen e Bartels almejem superar ambas as tradições predecessoras, eles dividem uma série de pressupostos sobre o que é democracia e para que ela serve com Schumpeter; o que rejeitam é a teoria do voto retrospectivo, empregada não em *Capitalismo, socialismo e democracia* (Schumpeter, 2017), mas por autores posteriores da tradição schumpeteriana (Achen; Bartels, 2016, p. 3). Eles relatam que os resultados de testes empíricos dos determinantes do voto não são favoráveis nem para adeptos do voto temático, nem para os adeptos do retrospectivo. Em muitos casos, “proximidade temática é uma consequência das

preferências dos eleitores por partidos ou candidatos específicos, não a causa dessa preferência” (Achen; Bartels, 2016, p. 42).

O voto retrospectivo, por sua vez, é defendido por acadêmicos que buscam diminuir as expectativas sobre os eleitores, que, segundo essa teoria, poderiam votar bem ainda que não fossem racionais ou tão bem-informados quanto era esperado deles, pois bastaria que punissem ou recompensassem os mandatários pela sua performance anterior. Achen e Bartels (2016, p. 4) afirmam que isso funcionaria tanto quanto dirigir em rodovias olhando apenas para o retrovisor. Os autores argumentam que o voto retrospectivo não é baseado em racionalidade porque, muitas vezes, os mandatários acabam sendo responsabilizados por eventos dos quais não tem culpa, como crises econômicas internacionais, secas, enchentes e ataques de tubarões.

### **1.3 DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA**

As pesquisas de opinião, além de serem empregadas para compreender os determinantes do voto, são o cerne dos estudos contemporâneos de cultura política, que nasceram com a obra *The Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba, publicada pela primeira vez em 1963. Essencialmente preocupados com a perpetuação e estabilidade da democracia liberal, e sua consolidação em novos territórios, Almond e Verba analisam a cultura política de cinco países a partir das atitudes políticas individuais, e como essa cultura interage com as estruturas e processos em curso, com o intuito de identificar se existe uma cultura política democrática.

Escrito no pós-guerra e durante a Guerra Fria, *The Civic Culture* carrega em si uma apreensão em relação ao futuro da democracia, que os autores veem como possivelmente ameaçada por um modelo de participação “totalitário”, já que estaria havendo uma “explosão da participação”, consequência da adesão à “crença que o homem médio é politicamente relevante – que deve ser um participante envolvido no sistema político” (Almond; Verba, 1965, p. 2), sem garantia que a forma de participação escolhida pelo sistema político seria a democrática. Segundo os autores, uma participação democrática requereria, mais do que meras instituições políticas democráticas, uma cultura condizente consigo, o que os leva a investigar quais “os valores mais adequados à manutenção da estabilidade democrática” (Rennó, 1998, p. 74).

Na revisitação à obra, publicada mais de quinze anos depois e intitulada *The Civic Culture Revisited*, Almond e Verba (1980) tratam das origens do conceito, da sua continuada relevância e publicam com algumas críticas recebidas. Na introdução, assinada por Almond, é apresentada a genealogia dos estudos de cultura: há elementos de cultura desde os escritos de

Platão e Aristóteles, assim como em Maquiavel, Montesquieu e Tocqueville. A psicologia social e a sociologia weberiana tiveram particular influência na pesquisa de Almond e Verba (Almond, 1980; Rennó, 1998). Verba (1980, p. 397) sumariza: *The Civic Culture* é resultado da confluência de diversas áreas – estudos de opinião pública, teorias macrossociológicas, antropologia psicocultural e a técnica de pesquisas por amostragem.

Através de *surveys* aplicados ao longo de junho e julho de 1959 na Itália, Alemanha Ocidental, Reino Unido e México, e em março de 1960 no Estados Unidos, os autores agrupam as atitudes, sentimentos, opiniões e crenças dos respondentes sobre o sistema político em si, as elites, as propostas de políticas públicas, sua implementação, e sobre as relações que eles traçam com o sistema e com seus concidadãos, que irão resultar em orientações políticas e consequentes culturas políticas. As três formas ideais de cultura política são paroquial, súdita e participante; além delas, quando as formas de orientação são múltiplas, as culturas políticas se apresentam de forma mista, como a cultura paroquial-súdita, a súdita-participante, e a própria cultura cívica, que nomeia o livro.

A definição de cultura política de Almond e Verba (1965, p. 12) se refere às “orientações especificamente políticas – atitudes, posturas, opiniões e valores em relação ao sistema político e suas variadas partes, e atitudes em relação ao papel do indivíduo no sistema”, são orientações psicológicas a objetos e processos sociais que são compartilhadas por uma população. É a “internalização dos sistemas políticos” da sociedade (Almond; Verba, 1965, p. 13). Devido à impossibilidade de acessar de fato as atitudes políticas dos indivíduos (Knutsen, 2018), as respostas aos *surveys* são utilizadas para inferi-las; as atitudes são, então, agrupadas de acordo com as orientações que representam: orientações de cunho cognitivo, afetivo ou avaliativo.

A cultura política é uma ligação entre os valores, posturas e comportamentos individuais e a estrutura política em vigor; ela “forma o contexto da ação política e provê o ambiente para a mudança ou continuação de um certo regime” (Rennó, 1998, p. 75); inclui sentimentos, opiniões, crenças e conhecimentos, e advém da socialização, da educação e da experiência ao longo da vida, podendo ser aprendida e modificada. A primeira forma “pura” de cultura política é a cultura paroquial, característica de sociedades “primitivas” nas quais não há funções políticas especializadas e não há expectativas de mudanças advindas do sistema político; as relações para com o sistema são afetivas, não cognitivas (Almond; Verba, 1965).

A cultura política é do tipo súdita quando os cidadãos passam a ter orientações cognitivas em relação ao sistema político, às políticas públicas postas em prática e às leis

aplicadas, ainda que não tenham orientações em relação ao “*input*”<sup>2</sup> do processo político e não se enxerguem enquanto membros participantes; é essencialmente uma relação passiva (Almond; Verba, 1965). Os autores definem a cultura política participante como aquela na qual “os membros da sociedade tendem a ser explicitamente orientados ao sistema como um todo [...] e tanto aos aspectos de *input* como os de *output*”. Na cultura participante, os indivíduos tendem ao papel de “ativista”, sejam os sentimentos e avaliações de rejeição ou aceitação.

Segundo os autores, os manuais de educação cívica têm um ideal de indivíduo democrático: é esperado que o cidadão seja bem-informado, racional, e que tome decisões com base em cálculos de custo e benefício, que seja envolvido e interessado por política. Esse modelo é chamado de “racional-ativista” por Almond e Verba (1965, p. 29), e se assemelha à cultura cívica. Não obstante a semelhança, os autores argumentam que a cultura cívica é algo além desse modelo, pois engloba as orientações políticas paroquiais e súditas, sem as substituir. É a cultura política participante quando congruente com as estruturas políticas existentes.

A cultura cívica é tanto as atitudes favoráveis à participação política quanto atitudes que não são necessariamente políticas, como confiança em outras pessoas e o exercício de atividades coletivas. O caráter misto da cultura cívica se deve à integração dos papéis paroquiais e súditos; nela, “o cidadão participativo mantém seus laços tradicionais não-políticos, assim como seu papel mais passivo de súdito”. As orientações paroquiais e súditas têm papel importante na cultura cívica, visto que influenciam “a intensidade do envolvimento e atividade política do indivíduo”, não são ultrapassadas e substituídas pelas orientações participantes.

Almond e Verba (1965) não aderem explicitamente a nenhuma interpretação de democracia, mas a concordância à vertente procedimental e liberal da teoria democrática é latente. Em determinado momento do livro, os autores afirmam que é comum a muitas interpretações de democracia a visão de Dahl (1956) de que deve haver controle dos líderes pelos cidadãos (Almond; Verba, 1965, p. 119). No entanto, críticos apontaram que “a ausência de uma definição clara de democracia e a adoção implícita do modelo liberal anglo-saxão, além de evitar uma análise detalhada da realidade política dos casos estudados, dificultariam o estabelecimento de uma relação clara entre cultura e estrutura política” (Rennó, 1998, p. 77).

Para definir as culturas políticas dos cinco países do estudo, Almond e Verba (1965) embarcam em seus questionários e relatam os resultados em capítulos separados, de acordo com

---

<sup>2</sup> Na concepção de Almond e Verba (1965), “*input*” se refere aos processos políticos através dos quais as demandas da sociedade são reivindicadas e se transformam em políticas de governo, os partidos políticos, grupos de interesse e a mídia são estruturas envolvidas nele. “*Output*”, por sua vez, se refere ao processo administrativo de implementação e execução dessas políticas; as estruturas predominantemente envolvidas são tribunais e burocracias. Ver mais em Almond e Verba, 1965, p. 14-15.

temas. O primeiro item a se conhecer é o padrão de cognição política dos respondentes; nessa etapa, eles são perguntados sobre o impacto que os governos têm sobre suas vidas, sobre percepções e opiniões. Depois, os autores relatam as respostas relacionadas aos sentimentos das pessoas sobre seus governos, políticas e Estados. Em sequência, há capítulos sobre partidarismo, sobre a obrigação de participar e a participação, o senso de competência cívica e competência subjetiva, assim como relações interpessoais e padrões de socialização.

Ao serem perguntados sobre o impacto que os governos locais e nacionais podem ter na vida cotidiana, mais da metade dos respondentes no Estados Unidos e no Reino Unido disseram que há algum impacto do governo local, enquanto 67% dos mexicanos afirmaram não haver impacto algum (Almond; Verba, 1965, p. 47). O governo nacional possui algum efeito no cotidiano segundo quase a totalidade dos respondentes estadunidenses e britânicos, enquanto 66% dos mexicanos novamente afirmaram não ter efeito (p. 46). Em relação ao acompanhamento das questões de governo, incluindo campanhas políticas, os respondentes do México e da Itália são os que menos acompanham com regularidade e os que mais responderam que nunca acompanham (p. 54).

Quando perguntados em relação à expectativa que tinham de como seriam tratados por burocratas e policiais, Almond e Verba acharam indícios que “com a exceção do México, a força policial era frequentemente tão bem-vista – ou até mais – que a autoridade governamental em geral”. Eles relatam o caso de uma mulher negra dos Estados Unidos que tentava se registrar como eleitora e que caracterizou os oficiais que a atenderam como “grosseiros” e “rudes”; ela relatou que “eles usaram aquele tom de voz, acho que tentando me intimidar” e, quando perguntada se estava satisfeita, disse que “não, eles poderiam ter sido mais agradáveis”. Segundo os autores, a experiência das pessoas negras do sul poderia ser ilustrada por esse caso. Além de não contextualizarem o suficiente a realidade dos outros países do estudo, Almond e Verba negligenciaram em relatar verdadeiramente o contexto do próprio país.

O livro, basicamente, segue esse padrão: Estados Unidos e Reino Unido se saem melhor, com México e Itália geralmente apresentando as piores porcentagens. Em relação ao sentimentos, os respondentes dos Estados Unidos demonstraram em peso orgulho pelo governo e instituições políticas, 85% comparado a 46% do Reino Unido, 30% do México e menos de 10% na Alemanha e Itália (Almond; Verba, 1965, p. 64). Os respondentes italianos (66%) e mexicanos (61%) foram os que mais relataram “nunca conversar” sobre política, que seria, segundo os autores, “uma forma ativa de participação” (p. 79).

A cultura política italiana, em suma, é definida como alienada (Almond; Verba, 1965, p. 308): os cidadãos são desligados de questões políticas e socialmente isolados, não confiam

uns nos outros. Têm pouco orgulho nacional, são pouco abertos na questão partidária e não reconhecem a obrigação de participar ativamente de assuntos comunitários. O padrão do México seria de alienação e ambição, marcado por incongruências. Os mexicanos relatam sentir mais orgulho de seu sistema político do que italianos e alemães, mas têm baixas expectativas de como serão tratados pelo governo e têm baixa frequência de atividade política, ainda que tenham sido expostos a preceitos participacionistas após a Revolução de 1910.

Na Alemanha, a cultura é definida como de distância política e competência súdita: há participação eleitoral, as pessoas relatam ver a participação como algo importante, há exposição a informações políticas e confiança no governo, bem como competência para lidar com oficiais e políticas. No entanto, a experiência nazista deixou traumas na política alemã; a formação de grupos políticos e o debate entre pessoas são limitados, e a participação, muitas vezes, é restrita à arena eleitoral (Almond; Verba, 1965, p. 312).

Os Estados Unidos e o Reino Unido, por outro lado, são exemplos de culturas cívicas. Nas palavras de Castro (2008), os autores definiram “a priori que aquelas sociedades são democracias, bastando apenas conhecer quais as atitudes das suas populações para determinar a ‘cultura cívica’” (Castro, 2008, p. 27). Almond e Verba, cientistas políticos estadunidenses, produzem um estudo que tanto é baseado na estrutura política anglo-saxã, quanto a reforça. Pateman (1980, p. 59) argumenta que os autores trazem não é uma nova teoria, mas uma repaginação da teoria democrática liberal schumpeteriana, e, além disso, que utilizam o modelo de democracia vigente no ocidente como parâmetro para avaliar outras realidades.

No último capítulo do livro, Almond e Verba (1965, p. 337) fazem um apanhado da relação entre cultura cívica e estabilidade democrática. Os autores relatam que estudos contemporâneos a eles (como Berelson; Lazarsfeld; McPhee, 1954) estavam apresentando dados que colocavam o modelo “racional-ativista” em xeque, visto que as prescrições que eram feitas aos cidadãos pela teoria não se sustentavam na realidade; o modelo “racional-ativista”, como já foi dito, se assemelha à cultura cívica, mas essa é mais do que somente este modelo. Segundo Almond e Verba, “o cidadão ativo, racional, informado, envolvido é mais frequentemente achado nas democracias de sucesso”, e por isso é parte da cultura cívica.

No entanto, a cultura cívica é uma cultura mista, e mais uma vez, os autores ressaltam a importância dos papéis mais passivos que são adotados por parte dos cidadãos e da própria “distribuição de atitudes entre diferentes tipos de atores políticos” (Almond; Verba, 1965, p. 351), que formaria um equilíbrio e garantiria a estabilidade do regime; para eles, é natural e, mais ainda, benéfico à democracia que haja cidadãos apáticos, desinformados e com baixos níveis de competência política. Em suma, nas democracias estáveis, onde há cultura cívica, “há

participação política, mas não a ponto de ameaçar a autoridade governamental; há envolvimento e comprometimento, mas são moderados; há clivagens políticas, mas são mantida sob controle” (Almond; Verba, 1965, p. 360).

A apatia política é uma característica desse sistema que é constantemente comprovada pelas pesquisas empíricas da democracia no molde americano. Segundo Macpherson (1977), um dos fatores que contribui com a apatia é a sensação de que não há escolhas reais a serem feitas, e a concepção procedimental de democracia contribui para o agravamento do desinteresse. Mas além disso, o modelo de equilíbrio, no qual se encaixam as obras de Almond e Verba e de Berelson e seus coautores, baseia-se na premissa de que a baixa participação é algo inerentemente positivo.

De maneira geral, os estudos que aceitam – ou não questionam – a definição concorrencial de democracia, aceitam também seus pressupostos liberais e elitistas de que há um grupo mais qualificado a ser alçado ao poder, e se esse grupo se perpetua lá, é por mérito. A política, portanto, é o campo das lideranças, das elites, dos políticos; a democracia, a seleção das lideranças. Não é problemático que os cidadãos participem pouco, ainda que a baixa participação tenha gênero e raça predominantes; não se questiona os motivos que levam a esse ou aquele padrão de comportamento. E, ademais, as obras do campo servem para validar o sistema político vigente, pois reduzem “democracia” a eleições livres e periódicas, disputadas por dois ou mais candidatos que competem pelo voto dos cidadãos, esvaziando o termo de qualquer preocupação com a igualdade e, conseqüentemente, legitimando governos que também não a colocam em prática.

Pateman já havia proposto esta crítica em 1970, com *Participação e teoria democrática* (1992), e, mais tarde, trata em mais detalhes dos limites do estudo de Almond e Verba, no artigo *The Civic Culture: A Philosophic Critique* (1980), especialmente do viés de gênero e do apreço pela apatia. No entanto, a crítica mais “aceita” pelos estudiosos de cultura é que a relação causal entre instituições democráticas e cultura democrática é confusa; Inglehart (1988) menciona que alguns autores criticaram o etnocentrismo de Almond e Verba e a rigidez de seu conceito, mas é da relação entre “uma cultura de desconfiança e a presença ou ausência de estruturas sociais modernas” (Inglehart, 1988, p. 1204) que ele trata em seu artigo sobre o “renascimento” da cultura política.

Para Inglehart, é mais provável que haja uma relação causal recíproca entre cultura e estrutura; segundo ele, “aquelas sociedades caracterizadas por altos níveis de satisfação com a vida (assim como confiança interpessoal, tolerância, etc.) mais provavelmente adotariam e manteriam instituições democráticas” e, por outro lado, “instituições democráticas teriam mais

chances de fracassar em sociedades com baixos níveis de satisfação, confiança, e assim por diante” (Inglehart, 1988, p. 1215). O autor conclui que uma democracia durável necessita de uma rede complexa de fatores econômicos, culturais e institucionais, mas também não fica claro o que ele entende por “democracia”, muito menos uma democracia que “funciona”, ou por “cultura política”.

No Brasil, um dos grandes nomes dos estudos de cultura política é José Álvaro Moisés, que conduziu diversos estudos a respeito do eleitorado, suas crenças e preferências, como o livro *Os brasileiros e a democracia*, publicado pela Ática em 1995, e o artigo “Os significados da democracia segundo os brasileiros” (2010) publicado na revista *Opinião Pública*. Ele toma como base a existência de uma “cultura” tal qual descrita por Almond e Verba (1965) e, portanto, também cai na “armadilha da cultura cívica” (Castro, 2008).

A partir de *surveys* aplicados em 1989, 1990 e 1993, Moisés (1995) analisa a cultura política nacional num contexto de recente redemocratização. Segundo seus achados, os brasileiros estavam caminhando no sentido de formação de uma cultura democrática, ainda que apresentassem indícios de desconfiança nas instituições e “ineficácia política subjetiva”, numa alusão à competência descrita por Almond e Verba (Moisés, 1995, p. 206). Os questionários de Moisés indicaram, por exemplo, que pessoas que vivem em áreas rurais e pequenos centros urbanos, bem como pessoas com menores rendas familiares, tenderiam a ser mais “cínicos”, mas, simultaneamente, a confiar mais nas instituições e a estarem mais satisfeitos com o governo.

Mais tarde, em 2010, Moisés retoma o tema: em pesquisas de opinião aplicadas em 2006, novamente os brasileiros em geral demonstram confiar pouco nas instituições e uns nos outros. A confiança interpessoal é um dos atributos da cultura cívica de Almond e Verba, e Moisés argumenta que seu baixo nível no Brasil eleva o custo da participação política. Também é feita a pergunta “o que é democracia?” nos *surveys* conduzidos por Moisés; as respostas indicam que a democracia é associada tanto aos procedimentos eleitorais quanto às liberdades individuais, mas há pouca ênfase na questão da igualdade. Por outro lado, Dagnino *et al.* (1998) encontram uma aproximação da democracia com a dimensão da igualdade e uma concepção mais ampla do que é política nas respostas de alguns entrevistados, especialmente “membros de movimentos sociais de caráter mais amplo, movimentos populares urbanos e sindicatos de trabalhadores” (Dagnino *et al.*, 1998, p. 55).

Penna, Carvalho e Zanandrez (2022) fazem grupos focais com ativistas de movimentos sociais e sindicatos, e pessoas que participam de conselhos e organizações associativas diversas, com o intuito de entender as relações entre diferentes concepções de democracia e diferentes

formas de participação social. A opção pela metodologia qualitativa e pela ferramenta de grupo focal se deu pelo interesse em conhecer as percepções de democracia e as construções coletivas em volta do termo; os grupos focais permitem “compreender a construção intersubjetiva de sentido” dos participantes (Penna; Carvalho; Zanandrez, 2022, p. 686).

As autoras dialogam com os achados de Moisés (2010), que diferem dos seus graças às diferenças metodológicas e de população, já que as pesquisas de Moisés foram feitas com amostras representativas da sociedade e a delas, não. Penna, Carvalho e Zanandrez encontram que, para os participantes de conselhos, a democracia era caracterizada como algo cotidiano e conhecido, associada a direitos sociais; para integrantes de movimentos sociais, a democracia deveria levar à justiça social e conquista de mais direitos, e foi associada à organização e ação coletiva. Entre os grupos associativos, que incluíam desde grupos desportivos a grupos religiosos, a definição de democracia esteve mais atrelada aos procedimentos e ao Estado de direito, mas também como algo mais distante do que para outros respondentes.

A literatura sobre cultura política é vasta e se apresenta como uma explicação e descrição realista da realidade, é respaldada por dados empíricos resultantes de *surveys*, ainda que, como venho argumentando, seja baseada nos pressupostos schumpeterianos elitistas e liberais acerca da democracia e do povo; em vários momentos da ciência política internacional, a explicação que os autores desta vertente trazem sobre a durabilidade e difusão da democracia é recuperada. Depois da publicação de *The Civic Culture* (1965), que inaugura os estudos de cultura, e as consecutivas críticas, Inglehart publica o seu *The Silent Revolution* (1977) e, posteriormente, o *Culture Shift in Advanced Industrial Society* (1989), e Putnam, por sua vez, escreve as obras *Making Democracy Work* (1993) e *Bowling Alone* (2000).

No entanto, fugia ao escopo desta dissertação dialogar com todos os estudos culturalistas já produzidos e as respectivas críticas. O que nos interessa é mostrar como os estudos empíricos do comportamento político estão ligados a uma teoria normativa de democracia, a teoria procedimental ou competitiva de Schumpeter, segundo a qual a democracia é um mero mecanismo de seleção de governantes. A congruência entre as primeiras grandes obras comportamentalistas e a teoria schumpeteriana foi o foco deste capítulo e, para encerrá-lo, resumiremos em um quadro sinóptico, a ser apresentado na próxima seção, as semelhanças e divergências entre esses autores.

## 1.4 DEMOCRACIA E COMPETIÇÃO

O Quadro 1, na próxima página, sintetiza as percepções de democracia para os autores trabalhados neste capítulo: Schumpeter (2017), Dahl (1956), Downs (1957), Sartori (1994), Berelson *et al.* (1954), Campbell *et al.* (1960), Almond e Verba (1965) e Achen e Bartels (2016); no quadro, eles estão organizados verticalmente em ordem cronológica. As colunas seguintes resumem a definição de democracia utilizada em cada obra, para que serviria este sistema, quais são as características definidoras do “povo”, qual sua função e a quem os autores fazem referência ao construir tais conceitos; por fim, atribuímos um rótulo a cada um deles.

Os rótulos atribuídos aos autores são praticamente idênticos, visto que suas compreensões também são: para todos, as eleições são o cerne da democracia, por isso todas as definições receberam a etiqueta de democracia competitiva; é a competição periódica, livre, limpa pelos votos dos eleitores que indica a existência deste regime. Para Schumpeter, porém, é central o elemento elitista da impossibilidade da igualdade entre os cidadãos, devido à natureza humana, então classificamos sua definição como “elitista-competitiva”. O outro caso diferenciado é o de Dahl, cuja definição se baseia na disputa plural de muitas minorias; por isso, sua obra se enquadra como “pluralista-competitiva”. As compreensões de Sartori e de Almond e Verba se baseiam fortemente nas de Schumpeter e Dahl, respectivamente, então a nomenclatura foi repetida para eles.

Ao agrupar as informações em um quadro sinóptico, é notável a congruência não só entre Schumpeter e Dahl, Downs e Sartori, seguidores reconhecidos, mas entre Schumpeter e autores alinhados com o paradigma comportamentalista. Tanto para os teóricos de Columbia quanto para os de Michigan, a democracia serve para selecionar governantes, e ela funciona com estabilidade porque há um “equilíbrio” entre os cidadãos que participam e os que são “apáticos”; similarmente, esta é a conclusão de Almond e Verba, que, ademais, enfatizam a dimensão da responsividade, isto é, do controle das elites, exercida pelos eleitores através do voto.

Achen e Bartels denominaram seu livro de “democracia para realistas”, e, como relatado ao longo deste capítulo, escrevem em oposição tanto à teoria “clássica”, que teria critérios excessivamente exigentes em relação aos cidadãos, quanto ao que chamam de teoria schumpeteriana; entretanto, o que eles rejeitam é a noção de *accountability* vertical, o voto retrospectivo. Para eles, a democracia também tem como função central a seleção de governantes, e eles concluem que a escolha dos eleitoral se dá com base em lealdades de grupo, como os comportamentalistas já preconizavam nos anos 1960.

**Quadro 1: Desdobramentos da democracia procedimental**

<b>Autor</b>	<b>Definição de democracia</b>	<b>Função da democracia</b>	<b>Definição de povo</b>	<b>Função do povo</b>	<b>Referência a...</b>	<b>Rótulo</b>
Schumpeter (2017 [1942])	“Sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo”	Selecionar governantes e garantir a legitimidade da dominação política	Egoísta, irracional, incapaz	Votar	Le Bon	Democracia elitista-competitiva
Berelson <i>et al.</i> (1954)	Delegação de poder a governantes responsáveis à vontade dos cidadãos	Selecionar governantes	Irracional, apático	Votar	Schumpeter	Democracia competitiva
Dahl (1956)	“Processos através dos quais cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre líderes”	Selecionar e controlar governantes	Apático, mas pode se mobilizar	Votar para punir ou recompensar governantes	Schumpeter	Democracia pluralista-competitiva
Downs (1957)	Competição eleitoral livre, limpa, periódica, universal	Fazer boas políticas para ter mais votos	Racional (e, portanto, apático)	Votar de acordo com preferências	Schumpeter	Democracia competitiva
Campbell <i>et al.</i> (1964 [1960])	Eleição popular e representação para transferir a autoridade sem violência	Selecionar governantes	Irracional, apático	Votar	Lippmann, Schumpeter, Lipset	Democracia competitiva
Almond; Verba (1965 [1963])	“Sistema político no qual cidadãos comuns exercem controle sobre elites”	Selecionar e controlar governantes	Irracional, apático	Votar e confiar nas instituições	Dahl	Democracia pluralista-competitiva
Sartori (1994 [1987])	Escolha dos mais aptos para governar	Selecionar governantes	Apático	Votar	Schumpeter; Dahl	Democracia elitista-competitiva
Achen; Bartels (2016)	Mecanismo para seleção de líderes	Selecionar governantes	Irracional, apático	Votar de acordo com identidade social e política, afiliação a grupos	Le Bon; Berelson <i>et al.</i> ; Dahl; Downs; Campbell <i>et al.</i> ; Almond; Verba.	Democracia competitiva

Fonte: elaboração própria com base nos autores citados

A democracia competitiva tem em comum um desprezo e receio da participação política, que, além de ser fruto da ascendência elitista da corrente, é típico da época que a teoria surge; disseminou-se, no pós-Guerra, a compreensão de que tanto na Alemanha nazista como na União Soviética havia uma ampla atuação popular, então se acreditava, como Trindade (2014, p. 42) sintetiza, que “quanto mais as pessoas comuns interferirem no processo político, maior é a chance de implosão do regime democrático”. A participação era associada ao totalitarismo (Miguel, 2002a) e a chave da estabilidade e perpetuação da democracia, preocupação confessa desses autores, era a “ausência da participação popular (ou sua baixa intensidade)” (Trindade, 2014, p. 43).

As pesquisas empíricas com eleitores estadunidenses das décadas de 1940 a 1960 encontravam dados que mostravam de fato havia pouca participação e interesse por política entre as pessoas comuns, e os pesquisadores concluía que esta era a razão do bom funcionamento da democracia americana. Eles reivindicavam para si o rótulo de “realista”, como Schumpeter já havia feito, e diziam “enxergar a realidade como ela realmente é, e não como se gostaria que fosse”, mas “o realismo, longe de ser neutro em relação a valores ou ideologias, apresenta seus argumentos dessa forma justamente com o intuito de legitimar e conferir respaldo acadêmico e/ou científico a determinadas formas de *dominação social*” (Trindade, 2014, p. 48-9). A crítica de Pateman (1992), a ser apresentada no próximo capítulo, se aprofunda no tema.

## **CAPÍTULO 2: O MODELO PARTICIPATIVO E AS CRÍTICAS À DEMOCRACIA LIBERAL**

Ainda que as divergências entre as múltiplas definições de democracia não sejam novidade há algum tempo, houve uma época na qual tanto seus críticos quanto seus defensores compreendiam da mesma forma: para os gregos, democracia era o governo do povo, fosse isso algo factível e desejável ou não. Até o século dezenove, a definição do termo seguia associada à soberania popular e governo da maioria, mas, como Miguel (2005) explora, desde o pós-guerra diferentes governos e estudiosos reclamam para si o termo enquanto acusam seus opositores de serem antidemocráticos, adaptando seu significado de acordo com seus interesses. No entanto, a insistência no uso do termo “democracia” para designar os regimes atuais e o arcabouço teórico que os sustentam e justificam, indica uma vontade de manter-se próximo, ao menos simbolicamente, ao ideal de democracia ateniense, cuja base era a igualdade entre os cidadãos, por mais que a compreensão deste termo fosse demasiado restrita em relação ao parâmetro atual.

Com o sucesso da definição procedimental de democracia inaugurada por Schumpeter em 1942, as divergências ficaram mais óbvias. Se o distanciamento de Stuart Mill da visão de democracia de seu pai, James Mill, foi suficiente para que Macpherson (1977) os separasse em dois modelos consecutivos, a discordância de Schumpeter a ambos foi tamanha que o levou a agregá-los como “teóricos clássicos da democracia”, juntamente com Rousseau e Bentham.<sup>3</sup> Porém, como Pateman (1992 [1970]), uma das primeiras e mais enfáticas críticas à formulação schumpeteriana e ao escoamento dessa vertente, categoricamente afirmou, não há nada como o que foi chamado de teoria “clássica”: “a noção de uma ‘teoria clássica da democracia’ é um mito” (Pateman, 1992, p. 28).

As críticas propostas por Pateman (1992), Macpherson (1977) e Bachrach (1980) são o foco deste capítulo, assim como a proposta de uma outra forma de enxergar, pensar e realizar democracia. O modelo participativo tem raízes na proposta desenvolvimentista de Stuart Mill e na defesa da igualdade e da educação política feita por Rousseau, ainda que tenha avançado para superar os limites de ambos. Na perspectiva rousseauiana, as mulheres eram completamente excluídas da esfera pública e sua educação era restrita a assuntos domésticos,

---

<sup>3</sup> É de Pateman a noção de que Schumpeter estava dialogando com as obras de Rousseau, Bentham e dos dois Mill quando falava da teoria “clássica”. Ver mais em: Pateman, 1992, p. 29.

enquanto os povos capazes de se desenvolver mediante participação e educação política, segundo Stuart Mill, eram os “civilizados”.

Além disso, ainda que preocupado com as condições de trabalho e favorável ao aprimoramento das capacidades dos trabalhadores em teoria, Stuart Mill receava uma “legislação classista” por parte dos despossuídos, então acaba por defender uma democracia representativa na qual o voto de pessoas mais instruídas (o que significava dizer pessoas mais ricas) tenha mais valor proporcional em relação ao de pessoas menos instruídas. Ainda assim, tanto Stuart Mill quanto Rousseau fizeram considerações importantes acerca da democracia e dos efeitos positivos da participação, que os participacionistas recuperaram para desenvolver uma nova vertente teórica, crítica à teoria democrática liberal, mas, mais do que isso, crítica às condições impostas pelo capitalismo à democracia, crítica à democracia liberal vigente.

A vertente da democracia procedimental, que é a *mainstream* na ciência política, recebeu, ao passar dos anos, diversos adjetivos para diferenciá-la das outras, como “liberal-pluralista” (Miguel, 2005), “elitista competitiva” (Alcantara, 2017), “minimalista” (um termo controverso, mas ainda assim aplicável segundo Trindade [2014]), “descritiva”, de um de seus afiliados (Sartori, 1994), “de equilíbrio” (Macpherson, 1977), e “doutrina ortodoxa” ou “teoria contemporânea” segundo a crítica de Pateman (1992). Neste capítulo, o objetivo é, além de apresentar as críticas que a vertente procedimental recebeu, compreender melhor o que é a apatia política, essa passividade recomendada desde Schumpeter e que se tornou central ao *mainstream* da ciência política, e porque ela ocorre.

Na primeira parte, há uma reflexão sobre as limitações da definição schumpeteriana de democracia e, em seguida, como essas críticas se estenderam ao comportamento político, que, seja por uma adesão explícita ou um aceitamento tácito, seguem os passos desta definição; é nessa segunda seção que a questão da apatia será detalhada. Por fim, a terceira parte apresenta outra perspectiva e compreensão e realização de democracia: o modelo participativo proposto por Pateman, Macpherson, Bachrach e Botwinick (1992).

## 2.1 AS LACUNAS DA TEORIA DEMOCRÁTICA PROCEDIMENTAL

O livro de Carole Pateman de 1970, *Participação e teoria democrática*<sup>4</sup>, continua sendo uma referência central para pensar tanto as teorias da democracia existentes quanto que democracias são possíveis. No cerne do livro está a crítica elaborada por Pateman a Schumpeter

---

<sup>4</sup> A tradução brasileira é da editora Paz e Terra, e foi publicada em 1992. No original, chama-se “*Participation and democratic theory*” (Cambridge University Press, 1970).

e aos teóricos “contemporâneos” da democracia, que compõem a “doutrina ortodoxa”. Não há, como Schumpeter (2017 [1942]) afirmou, uma única tradição democrática que caiba sob a denominação “teoria clássica”: é um apanhado diverso que ultrapassa séculos e diferentes vertentes da teoria política, incluindo Jean-Jacques Rousseau, Jeremy Bentham, James Mill, e John Stuart Mill (Pateman, 1992, p. 29); ademais, ainda que a teoria contemporânea se proponha a ser descritiva, ela é em si carregada de normatividade.

Ao compilar autores tão diferentes entre si sob a mesma vertente de democracia, Schumpeter não consegue elaborar críticas tão profundas a ponto de refutá-los completamente, porque não está de fato lidando com uma única visão coesa, e, além disso, por criar sua máxima em oposição a esse grupo difuso, acaba com problemas em sua própria definição. Schumpeter pretende elaborar uma teoria realista, em oposição à normatividade da teoria “clássica”; é, entretanto, uma “teoria democrática que desconhece suas implicações normativas” (Pateman, 1992, p. 138), pois não há uma teoria que possua “fundo normativo neutro” (Miguel, 2005, p. 5). Como Miguel (2005, p. 5) coloca, “os critérios que definem o que é uma democracia não são dedutíveis da observação empírica; passam por uma definição (implícita) de como *deve* ser uma democracia” (ênfase do autor).

O ímpeto realista de Schumpeter e sua definição de democracia como procedimento de escolha das lideranças políticas através da competição pelo voto do povo são heranças da teoria das elites, uma teoria que nasce em profundo antagonismo a qualquer ideia de igualdade, e que, ao ser compatibilizada com a democracia, só poderia resultar em uma “democracia domesticada” (Miguel, 2002a). Nas palavras de Pateman, é uma “teoria ‘democrática’ que, em muitos aspectos, exhibe uma estranha semelhança com os argumentos antidemocráticos do século XIX” (Pateman, 1992, p. 138).

A teoria das elites é o conjunto dos escritos de Mosca, Pareto e Michels, produzido na virada do século XIX para o século XX, ainda que a teoria política seja há tempos permeada por elementos elitistas de naturalização e favorecimento das desigualdades. A particularidade da teoria das elites é o surgimento em resposta aos movimentos de massa que bradavam por socialismo e democracia, é um “liberalismo excludente” que buscava “preservar a ordem” (Grynszpan, 1996, p. 40), e a insistência na “impossibilidade da igualdade”, enquanto autores como Nietzsche e Ortega y Gasset ou ultraliberais como Hayek e Nozick tratavam da “necessidade da desigualdade” (Miguel, 2016, p. 110; ênfase suprimida).

A despeito de algumas diferenças entre si, os três autores clássicos da teoria das elites tratam da distinção entre governantes e governados: para Mosca, sempre haverá uma pequena minoria, mais qualificada e organizada, exercendo o poder político sobre a maioria; para

Michels, toda organização social tende a se oligarquizar, e a relação de representação política perde qualquer proximidade que pudera ter tido, pois os representantes passam a agir em interesse próprio; por fim, em Pareto, há uma circulação das elites no poder, mas sempre uma elite – os esforços das massas para tomar o poder são passageiros e, muitas vezes, orquestrados por pessoas mais capazes (Miguel, 2002a).

Na formulação de Pareto, elite é o nome dado a qualquer indivíduo ou grupos que fosse o melhor em determinada esfera; por terem qualidades superiores, formam uma aristocracia em relação aos outros, e são minoritários. Porém, cada elite corria o risco de ser substituída por outra, ainda mais bem qualificada – o que faria da história um cemitério de aristocracias. A circulação das elites “asseguraria o equilíbrio e a longevidade do corpo social”, e ocorre porque sempre há “uma luta constante entre a elite no poder e as elites excluídas” (Grynszpan, 1996: 36). Apesar de utilizar o termo “elite” de forma abrangente, Pareto reconhece a especificidade da elite governante, que sempre existirá na sua concepção. Há muitas elites, mas apenas uma por vez gere o poder político, e isso seguirá assim: sempre haverá uma elite política minoritária governando a maioria, ainda que os integrantes dela mudem.

Segundo Mosca, em todas as organizações sociais, há, inequivocadamente, dois grupos de pessoas – os que governam e os que são governados. Para ele, os que governam o fazem porque são mais organizados, então conseguem se impor sobre a maioria, que é dispersa, desarticulada. A questão é da ordem numérica: é impossível que um grupo maior seja mais coeso que um menor; caso a maioria quisesse se organizar, seria necessário criar um comitê gestor, uma minoria dirigente. Como Grynszpan (1996: 37) ressalta, “a minoria também se destacava por possuir algum atributo, alguma qualidade altamente valorizada em termos sociais, como a força física, o contato com divindades, o saber, a riqueza e assim por diante”. Além disso, era necessário que a minoria reconhecesse a maioria como possuidora de qualidades superiores, porque isso legitimaria a dominação (Miguel, 2002a).

Posteriormente, como relata Hollanda (2011), Mosca chegou a se aproximar de uma defesa tímida da democracia representativa, que poderia funcionar como uma medida antirrevolucionária, se fosse bem-conduzida pelas elites. Para a autora, “sem abolir a distinção essencial entre minorias governantes e majorias governadas, Mosca passa a enxergar a representação como instrumento potencial da modificação lenta, contínua e oportuna”; a democracia, então, “passa de ameaça a garantia da classe governante” (Hollanda, 2011, p. 30), o que será melhor desenvolvido anos depois por Schumpeter.

A análise de Michels se deu através de um estudo de caso com um partido de esquerda alemão, o SPD (Partido Social Democrata da Alemanha), ao qual ele era simpático antes de se

decepcionar com seu funcionamento interno. Falar em organização, segundo Michels (1982, p. 238), era falar em oligarquia. Nos partidos políticos, prevalecia a concentração de poder, não a democracia; os líderes partidários se profissionalizavam e passavam a ter interesses específicos, relacionados ao fortalecimento de seus cargos, por exemplo, e os favoreciam em detrimento dos interesses coletivos. Ele se aproxima de Mosca em relação à falta de organização da massa, que precisaria ser coordenada pela minoria dirigente. As conclusões de Michels, Mosca e Pareto apontavam na mesma direção: a democracia e o socialismo são inviáveis; sempre haverá uma elite governante, é impossível haver um governo do povo ou da maioria.

Além de incorporar a ideia de que o poder político é restrito a algumas poucas pessoas, Schumpeter importa da teoria das elites concepções sobre a natureza humana (Miguel, 2002a); sua teoria, portanto, baseia-se na ideia de que alguns seres humanos são naturalmente mais aptos que outros, sem espaço para aprimoramento das capacidades, e aqueles que são melhores vão ocupar posições melhores, o que também é imutável. Em suma, o que se tem na concepção de democracia de Schumpeter é, de um lado, as elites políticas se candidatando, sendo eleitas e exercendo poder, e, do outro, o povo, que é reduzido à condição de eleitor irracional.

Autores herdeiros desta tradição diferem quanto à racionalidade dos eleitores e às explicações do porquê eles participam ou não, mas há, de forma geral na ciência política, uma divisão entre aqueles que se candidatam e se elegem – e, portanto, fazem política – e aqueles a quem cabe votar. A definição do que é política é propositalmente estreitada: comumente diz respeito a entidades e ações governamentais, o que isenta as grandes corporações que têm ingerência sobre decisões de políticas públicas e, de forma mais ampla, sobre o cotidiano das pessoas, de se democratizarem e contribui para o afastamento das pessoas em relação à política (Bachrach, 1980; Bachrach; Botwinick, 1992).

Para produzir sua teoria da democracia, Schumpeter, em primeiro lugar, se coloca contra à teoria “clássica” da democracia, que seria irrealista por exigir do cidadão um compromisso e nível de compreensão que ele é incapaz de atingir; uma vez tendo “provado” sua inadequação à realidade, ele advoga pela criação de uma nova teoria, que seria realista. No entanto, baseia-se em uma visão elitista da realidade. A ideia de que “o método democrático é um sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo” (Schumpeter, 2017, p. 366), claramente distingue entre quem vai competir para adquirir o poder e quem vai votar.

Mais à frente, Schumpeter (2017, p. 369) coloca que “todo o mundo é livre para disputar a liderança política”, no entanto, logo em seguida, ele aponta numa nota de rodapé que o uso do “livre” é “no sentido que todo mundo tem a liberdade de abrir uma nova fábrica de tecidos”,

admitindo que a liberdade para se candidatar e vir a se tornar membro da elite é contingente, meramente formal. Como Miguel pontua, “entramos aqui num universo cujo chão é dado pelo principal ensinamento dos teóricos elitistas: as maiorias não podem governar” (2016, p. 116). Bachrach (1980, p. 94) argumenta que a definição procedimental da democracia não é inerentemente elitista em si, mas serve como uma defesa “formidável” da estrutura social dividida entre elites e massa dos regimes democráticos vigentes.

A conclusão de Schumpeter é que “democracia é o governo do político” (2017, p. 386); o termo “significa tão somente que o povo tem a oportunidade de aceitar ou rejeitar os homens que hão de governá-lo”, e qualquer ideia que aponte no sentido do “governo do povo” é irrealista e deve ser descartada. Nas palavras de Macpherson, o modelo 3, “de equilíbrio” ou “de equilíbrio pluralista elitista”, vê a democracia como “simplesmente um mecanismo de seleção e autorização de governantes”; ocorre um “esvaziamento deliberado do conteúdo moral que o modelo 2 havia agregado à ideia de democracia” (Macpherson, 1977, p. 78).

Como discutido no capítulo anterior, o terceiro modelo se baseia em uma analogia de mercado e deixa de lado as possibilidades de aprimoramento das capacidades humanas que a democracia poderia trazer. Outros representantes da democracia de equilíbrio são Dahl, Downs, Berelson, Almond e Verba, e Sartori; são autores que ratificam a definição schumpeteriana de uma forma ou de outra. A escolha do eleitor-consumidor por políticas, seja fruto de um cálculo racional ou não, substitui os ideais de governo da maioria e de vontade geral e bem comum, que supostamente o acompanhavam. Segundo Macpherson, elege-se diferentes “espantalhos”, teóricos clássicos que são recuperados especificamente para serem refutados. Schumpeter “tem como principal alvo as suposições demasiado racionalistas que encontra em Rousseau e Bentham” e, como “os homens comuns não são capazes de formar os raciocínios que ele acha que os modelos requerem, então os modelos não têm salvação”<sup>5</sup>, devem ser deixados de lado.

Como relata Pateman, apesar de Dahl ter utilizado o termo “teoria clássica”, mais tarde ele afirmou que “nunca houve uma teoria clássica da democracia” (Pateman, 1992, p. 17; nota de rodapé #3). Seus “espantalhos” são a teoria “madisoniana” e a “populista”, duas formas de compreensão de democracia que permeiam o imaginário estadunidense; são tortuosas e, principalmente, utópicas, inadequadas para estudar a realidade política. Ao longo de sua carreira, Dahl mudou de perspectiva em relação ao sistema político americano, que sua teoria inicialmente justificava, como nota Miguel (2005), e chegou a reconhecer os constrangimentos

---

<sup>5</sup> Macpherson, *op. cit.*, p. 85.

impostos pelo capitalismo à democracia. No entanto, são as formulações sobre poliarquia e pluralismo que mais se destacam entre sua vasta contribuição.

Apesar de haver uma dimensão de participação nas poliarquias de Dahl, é restrita ao momento eleitoral, à condição de eleitor. Ademais, há uma advertência contra os “perigos inerentes a um aumento da participação do homem comum” (Pateman, 1992, p. 20), que é visto como mais autoritário que os ricos; sua participação, portanto, poderia comprometer a saúde do sistema. Essa compreensão de que a apatia política de certos grupos é benéfica à estabilidade democrática é central aos posteriores estudos empíricos de democracia e à teoria do comportamento político. Ao afirmar que as teorias democráticas costumam compartilhar, no mínimo, uma preocupação com o controle de lideranças exercido pelos cidadãos, Dahl (1956, p. 3) se consolida como segundo pilar da definição de democracia que guia tais estudos, que também têm inspiração schumpeteriana.

A democracia “esquálida” de Downs (1957), como Miguel (2002c) a apresenta, não fez sucesso assim que foi publicada, mas foi ganhando notoriedade com o passar dos anos, até que se tornou teoria de democracia mais citada ao final da década de 1980, tendo mais citações que a soma das teorias sociológica de Berelson e Lazarsfeld e psicológica de Campbell (Wattenberg, 1991, *apud* Miguel, 2002c). Na simplificação do modelo de Downs, os eleitores escolhem os políticos com base em uma avaliação do último governo e em uma escala ideológica de auto posicionamento, e os políticos têm como objetivo conseguir votos para se manter no poder ou derrotar o oponente.

No entanto, ao contrário de Schumpeter, Downs acredita que os eleitores são racionais, tal qual os consumidores da economia neoclássica, e sua racionalidade se comprovaria numa série de pré-requisitos que deveriam ser atingidos: é necessário que se conheça a própria preferência, que se consiga ordenar as alternativas propostas e escolher a mais de acordo com tal preferência, que se escolha sempre a mais preferida quando em face das mesmas alternativas. No modelo, não há espaço para emoções, para o altruísmo, as escolhas são determinadas unicamente pela racionalidade do indivíduo que é naturalmente auto interessado e egoísta.

A importação da racionalidade do consumidor da economia neoclássica e a ânsia por um modelo operacionalizável acaba por restringir a teoria de Downs. É “um modelo com pequena validade descritiva”, por ser “baseado em simplificações brutais tanto do comportamento dos políticos quanto dos eleitores”, como Miguel (2002c) assinala. Em Lipset (1960), o eleitor também é visto como racional, e seu desinteresse seria sinal de seu contentamento com o sistema; por julgar que o andamento da política é satisfatório, não seria necessário ir votar ou se manifestar. Sartori, por outro lado, julga que “a baixa participação

política é a chave para a realização da democracia como ‘meritocracia’ ou processo seletivo dos mais aptos a governar” (Miguel, 2005, p. 10).

A teoria de democracia procedimental, em suma, baseia-se nas concepções elitistas de natureza humana e organização social (Miguel, 2002a), propostas em oposição à “teoria clássica”, que seria demasiada normativa; não há, no entanto, uma única tradição que possa ser classificada como “teoria clássica” e a teoria procedimental, “cuja intenção é explicar o ‘sistema democrático’, se torna, ao fim, a nova teoria normativa da democracia” (Duncan; Lukes, 1963, p. 169). Além disso, “os requerimentos do ‘sistema democrático’ – em especial, apatia – não foram comprovados necessários para a sobrevivência de uma sociedade democrática” (Duncan; Lukes, 1963, p. 174), mas são defendidos como se fossem os principais responsáveis pelo bom funcionamento dos regimes existentes.

## **2.2 AS ENTRELINHAS DO COMPORTAMENTO POLÍTICO**

Os estudos empíricos que primeiro trataram do comportamento político dos eleitores, como *The People’s Choice* (Lazarsfeld; Berelson; Gaudet, 1944), *Voting* (Berelson; Lazarsfeld; McPhee, 1954), *The American Voter* (Campbell *et al.*, 1960) e *The Civic Culture* (Almond; Verba, 1965 [1963]), traziam dados de desinteresse e incapacidade do eleitorado que pareciam comprovar os pressupostos de Schumpeter; como Bartels (1996, p. 194) sumariza, “a ignorância política do eleitor americano é um dos dados mais bem documentados da ciência política”. Similarmente, a concepção de democracia desses autores, ainda que velada e sem citação a ele, é muito próxima da proposta schumpeteriana de disputa e procedimento eleitoral de seleção de lideranças entre membros da elite.

Almond e Verba dizem que “democracia é um sistema político no qual cidadãos comuns exercem controle sobre elites; e tal controle é legítimo; isto é, é baseado em normas que são aceitas por membros e não-membros das elites” (1965, p. 136), em um eco da definição de Dahl (1956), que eles dizem ser a “linha comum” que liga “muitas definições de democracia”; para Almond e Verba, “o fato de que o homem comum não vive segundo o ideal da teoria normativa da democracia levou a muitas críticas à sua passividade e indiferença. Nosso objetivo, porém, é descrever e analisar, não atribuir congratulações ou culpas” (1965, p. 119).

O desinteresse, a apatia e a não participação foram, mais do que constatados e descritos, justificados e defendidos pela ciência política, no entanto. Além de notar o baixo interesse, por exemplo, os autores comportamentalistas prescrevem que isso é essencial para a perpetuação do regime, ainda que insistam que seus trabalhos são realistas, isentos de normatividade.

Todavia, como Macpherson (1977, p. 82) aponta, “algumas coisas podem ser deixadas de fora das descrições porque a estrutura explicativa previamente adotada as trata como de pouca ou nenhuma importância”, o que compromete a qualidade das explicações.

Ademais, são autores que oferecem uma “descrição, explicação e, por vezes, justificativa do sistema político realmente existente nas democracias ocidentais” (Macpherson, 1977, p. 82); se esse sistema é permeado por apatia, então a apatia é aceita como parte dele e é igualmente justificada. Como Pateman coloca, os autores do comportamento julgam que “a participação limitada e a apatia têm uma função positiva no conjunto do sistema ao amortecer o choque das discordâncias, dos ajustes e das mudanças” (Pateman, 1992, p. 16). A não-participação da maioria das pessoas passa a compor a definição corrente de democracia, que historicamente esteve relacionada ao governo do povo ou da maioria, igualdade e soberania popular; e essa definição, ao se tornar a ortodoxia da ciência política, propõe que qualquer associação à definição “clássica” não é só irrealista, mas pode ser perigosa à estabilidade democrática.

Berelson, Lazarsfeld e McPhee (1954), em *Voting*, seguem os passos de Schumpeter de apresentar uma teoria “clássica” contra a qual, mais tarde, se apresentaria a verdadeira democracia. Do mesmo modo que Schumpeter, também não explicitam quais autores seriam os “clássicos”, apenas assinalam que as qualidades e atitudes políticas que esta teoria espera dos cidadãos não são alcançadas; a pressuposição de que as pessoas se interessam por política e dela participam com frequência não se verifica na realidade: ainda que as pessoas de Elmira votem, seu interesse é vinculado ao momento eleitoral, e elas o fazem a partir não numa compreensão de quais políticas serão melhores, mas em lealdades baseadas em classe e religião.

Pateman (1992) ressalta que, para Berelson e seu coautores, o “sistema democrático” como um todo é responsável pelo sucesso das democracias ocidentais, mais do que os eleitores isolados que “parecem incapazes de satisfazer as exigências de um sistema de governo democrático tal como delineado pelos teóricos políticos” (p. 312 *apud* Pateman, 1992, p. 17; traduzido pela edição). Ao afirmar que o sistema funciona com distinção, os pesquisadores de Columbia e, de forma mais ampla, a teoria contemporânea, “implica que nós – pelo menos os anglo-saxões ocidentais – estamos vivendo no sistema democrático ‘ideal’”, como Pateman pontua (1992, p. 27).

Macpherson (1977) nota que há um eco “não surpreendente” de Adam Smith na formulação de Berelson e colegas, já citada nesta dissertação, de que “onde o cidadão racional parece abdicar, todavia anjos parecem trilhar” (Berelson; Lazarsfeld; McPhee, 1954, p. 312). Segundo ele, em *Voting*, o sucesso do modelo 3 é atribuído a sua natureza semelhante à do

mercado, e “nada menos que a mágica do mercado pode explicar o sucesso do sistema, e nada mais é necessário para justificá-lo” (Macpherson, 1977, p. 82).

O modelo 3 recebe o nome “de equilíbrio” exatamente por ver a democracia como “um sistema que garante o processo de equilíbrio entre demanda e oferta de bens políticos” (Macpherson, 1977, p. 77). Também poderia ser denominada de “pluralista”, segundo o autor, uma vez que “parte da presunção de que a sociedade à qual um sistema político democrático moderno deve se adequar é uma sociedade plural, [...] composta de indivíduos que são, cada um deles, puxados em diversas direções por seus diversos interesses” e “elitista”, pois “atribui o papel principal no processo político a grupos de líderes autoproclamados” (Macpherson, 1977, p. 77).

Esse modelo se sustenta a partir da suposição que a sociedade opera numa lógica de mercado, e que as atitudes e capacidades políticas das pessoas nesta sociedade de mercado é um dado fixo, improvável de mudar, o que não foi comprovado (Macpherson, 1977). Além disso, o autor nota que é comum aos autores do modelo 3 uma justificação dos regimes realmente existentes; ainda que haja imperfeições, este sistema é o único que consegue cumprir o esperado, ou o melhor a fazê-lo – os autores, realistas, concluem que “isso é o que as pessoas são, então isso é o melhor de que elas são capazes” (Macpherson, 1977, p. 84). Como Trindade (2014) propõe acerca do “realismo” do elitismo democrático,

A análise realista peca ao omitir o fato de que características “empiricamente observáveis” da sociedade, o que inclui, por exemplo, a dominação de uma minoria sobre a maioria, ou a apatia política da maioria e o seu suposto desinteresse pela política, resulta justamente de uma construção social, política e *histórica*. O fato da realidade se apresentar de tal forma não significa que essa seja a natureza dessa sociedade [...] a configuração de poder na sociedade é resultado de longos e complexos processos sociais, que de modo algum nos autorizam a naturalizar as relações humanas (Trindade, 2014, p. 49).

Nas palavras de Bachrach, a teoria do elitismo democrático, categoria que inclui os estudos de comportamento eleitoral da Universidade de Columbia, tenta se mostrar acima de qualquer ideologia, mas “na realidade, está profundamente enraizada numa ideologia que se baseia em uma profunda desconfiança da maioria dos homens e mulheres comuns, e em uma confiança nas elites estabelecidas para manter os valores e as regras do jogo da democracia”. Ele continua em seguida: “é uma ideologia intimamente ligada e protetora dos princípios liberais [...] e, ao mesmo tempo que abraça o liberalismo, rejeita o princípio mais importante da teoria democrática clássica – crença e confiança no povo” (Bachrach, 1980, p. 94).

Segundo Bachrach, há um desencantamento com o homem comum, visto como o principal suspeito de colocar a liberdade em risco. O sistema vigente é visto como algo a ser

salvaguardado, e quem cumpre esse papel é a elite. A luta pelo fortalecimento da democracia por meio de mais participação, então, é uma ameaça à estabilidade; nas palavras do autor, “o foco, em suma, é proteger o liberalismo dos excessos da democracia, e não utilizar os meios liberais para progredir em direção à realização dos ideais democráticos”. A passividade, portanto, passa a ser compreendida não “como um elemento do mau funcionamento da democracia, mas ao contrário, uma condição necessária que permite o funcionamento criativo da elite” (Bachrach, 1980, p. 32).

Nos estudos de Columbia, os achados de que as pessoas eram desmotivadas, desinteressadas e desconheciam política foram interpretados não só como fatores que não prejudicavam a democracia, mas eram essenciais a ela, e o defeito, portanto, não estava nas deficiências dos eleitores, mas na teoria clássica (Bachrach, 1980). Para Bachrach, o erro da teoria elitista da democracia está em sugerir que, “porque um sistema político é viável e estável, ele, portanto, contribui adequadamente para o desenvolvimento e o bem-estar dos homens e mulheres comuns que vivem sob esse sistema” (Bachrach, 1980, p. 35); no entanto, vale notar que a própria compreensão de que o regime democrático estadunidense da metade do século XX era “viável e estável” é discutível e certamente não seria consenso entre as pessoas, inclusive de fora daquele país, que sofreram as consequências daquele sistema.

Para Pateman (1980), *The Civic Culture* é mais uma das obras que propõem uma teoria empírica de democracia sem se darem conta ou admitirem que estão reproduzindo a teoria liberal sobre a qual Schumpeter (2017) constrói sua definição procedimental. Almond e Verba (1965) têm o mesmo apreço pela apatia e pelo desinteresse políticos que outros estudos da época e, assim como eles, escrevem uma teoria política enviesada em favor das democracias realmente existentes no Ocidente e, em particular, nos Estados Unidos, o que leva os críticos a terem “acusado a teoria empírica, pretensamente científica, de ser essencialmente ideológica e de celebrar o *status quo*” (Pateman, 1980, p. 59). Como Bachrach (1980, p. 32) havia resumido, “o sistema vigente tende a ser o sistema desejado”.

A crítica de Pateman a Almond e Verba pode ser resumida em dois eixos principais: o primeiro é a naturalização da teoria democrática liberal, que, conseqüentemente, leva à complacência com os regimes realmente existentes, e ao segundo eixo, o menosprezo com as desigualdades encontradas. Segundo ela, *The Civic Culture*, assim como outras obras liberais, está preocupada com como acomodar o sufrágio universal ao liberalismo sem subverter as desigualdades sociais ou o “papel político predominante da classe média masculina” (Pateman, 1980, p. 79). O resultado é uma teoria que pode até constatar um “padrão de cultura política” diferente entre homens e mulheres, pessoas brancas e pessoas negras, trabalhadores e não-

trabalhadores, mas não é visto como uma questão: o porquê disso não é questionado e, mais ainda, não é visto como algo que merece questionamento.

Os teóricos do modelo 3, os acadêmicos de Columbia, Michigan, Almond e Verba e outros, não conseguem enxergar a totalidade do problema. Ao acessar as atitudes políticas através dos *surveys*, constatam a apatia política e veem que ela é distribuída de forma desigual, mas não se preocupam em investigar o porquê dessas diferenças. Como Pateman (1980, p. 60) resume, “a adesão implícita dos teóricos empíricos da democracia a uma teoria individualista e liberal significa que eles não conseguem reconhecer e discutir como problemas algumas das questões fundamentais levantadas por suas descobertas empíricas”.

No entanto, nem Pateman nem Macpherson buscam refutar os dados dos comportamentalistas de que “a maior parte das pessoas, na maior parte do tempo, é apática, desinformada e desinteressada”, como Miguel (2017, p. 40) sumariza. Para o participacionismo, o que importa é que “todos temos, *em potencial*, condições de entender e atuar de forma ativa na discussão e na gestão de negócios públicos”; nessa concepção, portanto, “a apatia seria efeito apenas da ausência de oportunidades e do desestímulo estrutural, isto é, do fato de que o sistema político ensina às pessoas que, em geral, suas tentativas de influenciá-lo são infrutíferas, fazendo com que elas parem de tentar” (Miguel, 2017, p. 40), não culpa da natureza humana como argumentava Schumpeter.

O desinteresse e a inaptidão de que tratam alguns estudos eleitorais são consequência da adesão primordial à teoria democrática liberal, conforme Pateman (1980) já havia argumentado, e o mero fato de a apatia política não ser distribuída aleatoriamente, isto é, os índices de participação serem mais baixos entre grupos sociais específicos, indica um problema profundo que é ignorado pelo campo do comportamento político. Berelson, Lazarsfeld e McPhee (1954) concluem seu estudo afirmando que a apatia de algumas pessoas é benéfica ao sistema porque amortece a polarização entre partidários extremos, mas o que os autores estão dizendo, no fim das contas, é que está tudo bem a baixa participação desses grupos específicos – trabalhadores, pessoas de baixa escolaridade, pessoas não-brancas, mulheres.

Em Almond e Verba (1965, p. 316) a conclusão vai no mesmo sentido: os autores relatam que a variável educacional parece determinar as atitudes políticas, de tão forte que é correlação. Ainda que se controle o gênero e a renda (ou seja, ainda que se compare apenas homens do mesmo nível econômico do mesmo país), haverá uma diferença substantiva entre altos e baixos níveis educacionais. Os autores reconhecem que a educação pode ter todo esse impacto porque garante o aprendizado não só do que é ensinado em sala de aula, mas também

de habilidades úteis à participação política. No entanto, não veem a participação no âmbito do trabalho podendo ter caráter educativo, como Pateman (1980) aponta.

Além disso, os autores reconhecem que gênero também funciona como preditor para algumas atitudes políticas: as mulheres seriam mais apáticas, mais paroquiais e conservadoras, mas isso é naturalizado, é visto como dados objetivos observados, não algo a ser questionado, investigado, modificado. Almond e Verba (1965, p. 335) notam também que pessoas “com renda mais baixa ou com empregos de menor status têm menos probabilidade de se envolver na política, de estar bem-informados e de participar”, e, novamente, não se aprofundam nisso.

Pateman (1980) explora diversas das limitações da abordagem de Almond e Verba. Ao tratar dos dados supracitados, a autora discorre sobre o próprio caráter da cultura cívica: “é uma cultura masculina. Os achados mostram que mulheres geralmente ficam abaixo dos homens em todos os índices de atitudes e atividades políticas associados a cultura cívica” (Pateman, 1980, p. 77-78). Ela conclui: “a cultura cívica se baseia não na participação dos cidadãos, mas na sua não-participação” (Pateman, 1980, p. 79).

### **2.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO ALTERNATIVA**

A ciência política difere amplamente nas compreensões de democracia, como venho argumentando nesta dissertação. A definição ortodoxa reduz a importância das consequências da democracia, privilegiando a realização de eleições como característica principal; para a corrente *mainstream* do campo, conseqüentemente, a participação é compreendida também em relação à dimensão eleitoral. Para Milbrath (1965), que inclui Locke como um dos autores da democracia clássica, as falhas dos cidadãos em corresponderem ao papel prescrito pela teoria clássica não impedem o bom funcionamento dos regimes realmente existentes. Em sua obra *Political Participation*, Milbrath trata das vantagens de uma participação moderada dos cidadãos, que devem respeitar a divisão de trabalho e delegar o trabalho político à elite treinada, dentre a qual eles devem escolher as lideranças periodicamente.

A participação política, segundo Milbrath, pode ser compreendida a partir de uma escala que varia da apatia a um ativismo “gladiador”; existem aqueles que se ausentam de participar, aqueles que já saem de casa para votar ou iniciam discussões políticas e, no outro extremo, aqueles que se candidatam e exercem cargos públicos. Na análise dele, o nível de participação varia com os “custos” despendidos, mas essa compreensão da participação como um mero custo aos cidadãos é típico da interpretação procedimental da democracia (Macpherson, 1977). A escala de participação de Milbrath (1965) diz respeito somente às

atividades relacionadas à institucionalidade dada, assim como é análise de Almond e Verba (1965). No entanto, essa compreensão de participação também não é unanimidade na disciplina.

O quarto modelo proposto por Macpherson (1977) é o de democracia participativa. A demanda por mais participação parte de movimentos estudantis na década de 1960 e rapidamente se propaga por movimentos de trabalhadores, que reivindicavam o controle das indústrias; a partir disso, “a ideia de que deveria haver maior envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões *governamentais*” (Macpherson, 1977, p. 93; ênfase do autor) foi amplamente difundida. O diagnóstico dele foi de que, aparentemente, “a esperança por uma sociedade e sistema de governo mais participativos” tinha chegado para ficar.

A democracia participativa, Macpherson explica, nunca pretendeu acabar com o mecanismo de representação, pois, apesar de advogar por mais participação popular, sabe que as dimensões territoriais e populacionais dos países vêm crescendo desde o século XX tornam inviável uma democracia completamente direta. A questão que é proposta é que, ao contrário do modelo 3, que era contrário à ampliação da participação, o modelo 4 reconhece não só a participação como um fim em si mesma, que deve ser ampliada porque faz bem à democracia, como o fato de que o padrão de participação nos regimes vigentes é marcado por um diferencial de classe.

Este diferencial de classe, para Macpherson (1977, p. 94), é tanto “o efeito e a causa contínua da incapacidade daqueles que estão nos estratos inferiores da sociedade de articular suas vontades ou de tornar suas demandas efetivas”. Mais participação, por si só, não necessariamente garantiria o fim das desigualdades de classe, raça e gênero, mas “a baixa participação e a desigualdade social são tão entrelaçadas uma com a outra que uma sociedade mais igualitária e humana requer um sistema de mais participação” (Macpherson, 1977, p. 94). Nas palavras de Gurza Lavallo (2016, p. 172), “participação, democracia e igualdade política configuram uma tríade em que cada elemento, parece óbvio, pressupõe os outros dois”.

A análise de Gurza Lavallo (2016) sobre a teoria participacionista a divide em três momentos: a primeira geração do participacionismo surge como consequência dos movimentos dos anos 1960 e, a ela, pertencem Pateman e Macpherson; uma de suas características centrais é a valorização do efeito educativo da participação. A segunda geração corresponde ao “contexto da reestruturação do Estado e das reformas liberalizantes dos anos 1980” e a terceira, ao surgimento de “experiências de inovação democrática nos governos locais – que na América Latina caracterizaram os anos da pós-transição” (Gurza Lavallo, 2016, p. 187). Como assinalado pelo autor, a terceira geração é menos comprometida com a crítica democrática do que as anteriores. Como são os autores da primeira geração que, grosso modo, empreendem a

crítica à teoria liberal e aos estudos empíricos do comportamento político, é nela o foco desta seção.

A experiência do orçamento participativo de Porto Alegre a partir de 1989 foi inicialmente recebida com “indisfarçável euforia” (Miguel, 2017, p. 93) pela ciência política, e associada a uma “participação direta” como preconizada por Pateman, ainda que, a nível internacional, a vertente deliberacionista já estivesse se consagrando como a principal crítica à teoria democrática *mainstream*. O deliberacionismo, apesar de incorporar algo dos participacionistas, foca na criação de consenso a partir de discussões públicas entre partes iguais; porém, “apresenta menor sensibilidade para o efeito político das assimetrias sociais e, portanto, um potencial crítico mais reduzido” (Miguel, 2017, p. 91). Em suma, é uma vertente que “não avança na solução dos problemas centrais da democracia” (Miguel, 2002b, p. 35).

A alternativa apresentada pelos primeiros participacionistas, por outro lado, continua sendo uma proposta radical; “significa o acesso a locais de tomada final de decisão, isto é, implica a transferência de alguma capacidade decisória efetiva do topo para a base” segundo Miguel (2017, p. 95). As bases do modelo de Pateman (1992) são as obras de Rousseau e Stuart Mill, nas quais a participação tem funções mais fundamentais, relacionadas ao aprimoramento da sociedade e funcionamento da democracia. Rousseau, como Pateman relata, ressalta a importância da participação tanto no nível individual quanto da sociedade; segundo ele, participar produz um efeito psicológico e um treinamento, no sentido de que quanto mais participação há, mais aptidão para participar haverá.

A participação para Rousseau tem como característica fundamental seu caráter educativo, mas também há no seu cerne uma ligação com a liberdade individual e com a integração do indivíduo com a comunidade. Em relação à liberdade, a participação política garante que cada um seja “seu próprio senhor” e que todos sejam “igualmente dependentes entre si e igualmente sujeitos à lei” (Pateman, 1992, p. 41), o que também facilita a anuência às decisões coletivas. A integração traz sensação de pertencimento e deriva da “igualdade e independência econômica”, da igualdade política basilar, da participação na tomada de decisão.

Rousseau e Stuart Mill são denominados teóricos “clássicos” da democracia participativa porque introduzem o argumento basilar e, além deles, Pateman também ressalta a contribuição de G. D. H. Cole, que atualizou a ideia de participação para o “contexto de uma sociedade moderna, de grande escala e industrializada” (Pateman, 1992, p. 34). Para Stuart Mill, a participação tem também um importante caráter educativo; em consonância com Rousseau, ele reconhece o valor das outras funções da participação: seu caráter integrativo e a facilitação da anuência às decisões coletivas.

Na prescrição de Stuart Mill, a democracia participativa funcionaria a partir das conexões entre instituições e indivíduos, cujas qualidades participativas derivam do exercício da participação, como em Rousseau. A participação política em nível local por todos os cidadãos permitiria o aprendizado democrático e do autogoverno; é uma “condição necessária para a participação em nível nacional” (Pateman, 1992, p. 51). Além disso, Pateman destaca em Stuart Mill a introdução da questão da participação na indústria. Segundo ele, a participação no âmbito industrial também tem potencial educativo, assim como experiências socialistas, e prepararia os cidadãos para a “administração dos assuntos da coletividade” (Pateman, 1992, p. 49).

Ainda que a participação no nível da indústria seja introduzida por Stuart Mill, é na obra de Cole (*apud* Pateman, 1992) que essa questão ganha um lugar central. Assim como Rousseau, ele vê a existência de uma vontade que coordena a organização da sociedade; a teoria de socialismo de guilda de Cole baseia-se na cooperação entre os cidadãos e na sua consequente associação em prol da realização dessa vontade. A participação seria tanto em termos de divisão de tarefas quanto de descentralização de poder, e é preferível em relação à representação política, identificada como enganosa por coibir a participação e o controle do eleitor e por não ter uma abrangência limitada, sendo estendida para além do necessário.

Segundo Cole, o arcabouço institucional da representação não é um regime democrático; para sê-lo, é necessário garantir a participação efetiva dos cidadãos “em todas as associações que lhe dizem respeito” (Pateman, 1992, p. 54). No mesmo caminho que os primeiros teóricos da democracia participativa, Cole valoriza o caráter educativo da participação e o vê com mais ênfase no âmbito das indústrias, permeadas por relações de subordinação; como Stuart Mill, defendia a importância primordial da participação em nível local e que as instituições e os indivíduos precisam ser compreendidos de forma conjunta.

Na prática, a participação dos trabalhadores nas empresas onde trabalham é bastante incipiente; Verba (*apud* Pateman, 1992, p. 95) relata de situações em que subordinados são convidados pelos supervisores a discutir as decisões já tomadas, para que se estabeleça um “sentimento de participação”, mas sem que suas opiniões de fato interfiram no processo. Ainda assim, “mesmo situações de pseudoparticipação têm efeitos benéficos sobre a confiança, a satisfação no trabalho, etc.” (Pateman, 1992, p. 101).

Pateman faz, ainda, uma reflexão sobre a autogestão de trabalhadores na Iugoslávia. Confrontando diretamente a ideia difundida pela teoria contemporânea da democracia de que seria impossível democratizar as estruturas de autoridade, ela apresenta a realidade do antigo Estado comunista do leste europeu: em todas as indústrias do país havia conselhos formados

por trabalhadores eleitos por todos os empregados, que seriam responsáveis por eleger os diretores, e os trabalhadores também tinham a prerrogativa de participar de reuniões sobre temas importantes com todos os outros membros da empresa. Entretanto, anos mais tarde, a partir da análise de novos dados, Pateman conclui que a situação não era exatamente como se havia acreditado anteriormente.

Ainda assim, a conclusão que ela chega em *Participação e Teoria Democrática*, é de que “a indústria e outras esferas de atividade formam sistemas políticos por excelência e que, por isso, elas deveriam ser democratizadas” (Pateman, 1992, p. 113). O exemplo da Iugoslávia, ainda que restrito, mostrava que a democratização não seria impossível; a própria noção da impossibilidade da democratização e ampliação da participação, segundo Pateman (1992, p. 147), demonstra o “considerável fracasso da imaginação política e sociológica por parte dos atuais teóricos da democracia”. A compreensão de Bachrach e Botwinick (1992) é similar: a democratização da indústria iria contribuir com a mobilização a favor de mais direitos participativos e seria um espaço de “envolvimento comunitário mais capacitado”, que treinaria as classes mais baixas para participação na política nacional, além de diminuir o domínio político das elites corporativas.

Como Bachrach (1980) argumenta, “se o termo ‘político’ se restringe à tomada de decisão governamental, as instituições não governamentais, independentemente do poder que possam exercer, não são políticas e, portanto, estão isentas de democratização” (1980, p. 97). Ele complementa: “se política for concebida de forma restrita, é compreensível que o princípio da igualdade de poder, há muito identificado como um ideal da democracia, deva dar lugar ao princípio mais realista da igualdade de oportunidade de obter uma posição de poder” (Bachrach, 1980, p. 97), o que permitira uma justificação do casamento conturbado da democracia com o capitalismo (Miguel, 2012).

O valor da definição restrita do que é “político” é inestimável para a teoria ortodoxa da democracia, segundo Bachrach (1980). A adoção desta definição do conceito “político”, e de outros como “método”, “interesse” e “igualdade”, permite o *mainstream* chegar a duas conclusões: “as democracias vigentes, caracterizadas pelo governo da elite e passividade da massa, corresponde fielmente aos requerimentos da teoria democrática” e “qualquer sugestão de distanciamento na direção de alcançar uma relação mais igualitária entre elites e não-elites é, objetivamente, irrealista” (Bachrach, 1980, p. 98), e, portanto, a complacência se apresenta como única alternativa, o que consolida a radicalidade da proposta participacionista.

Sartori (1994a, p. 219), um dos guardiões do *mainstream*, afirma que “não há nada inerentemente errado em conceber a política em termos estritos ou em termos difusos”; ele

segue: “não há absolutamente nenhum erro (*com o devido respeito a Bachrach*) em definir política e, em última instância, o monopólio legal da força. É como deve ser” (ênfase do autor). A nosso ver, só reforça o argumento de Bachrach do quanto é central à concepção de democracia esta definição restrita do que é “político”.

A participação no local de trabalho é amplamente discutida na obra *Power and empowerment*, de Peter Bachrach e Aryeh Botwinick. Segundo os autores, uma democracia participativa em local de trabalho é “quando todos os membros de uma empresa, juntamente com representantes da comunidade, participam igualmente na definição de agenda e na determinação de decisões de políticas da empresa” (Bachrach; Botwinick, 1992, p. 1). No entanto, como eles colocam, a democracia participativa não busca apenas democratizar o local de trabalho como um fim em si mesmo, mas para garantir que ele surja como “um ponto de alavancagem para alcançar uma redistribuição mais igualitária do poder, levando a uma maior democratização de todo o processo político” (1992, p. ix).

Neste livro, os autores também tratam de como a teoria democrática liberal presume que as pessoas conhecem suas preferências e agem na arena política de acordo com elas, ainda que a noção de preferências dadas e uma “arena” política afasta do mundo social sejam artefatos teóricos, e não dados comprovados. A participação política dos trabalhadores, segundo Bachrach e Botwinick (1992), levaria os trabalhadores e, de forma geral, classes sociais mais baixas que foram afastadas da política, como mulheres e pessoas não-brancas, a refletirem sobre suas preferências políticas, seria “uma oportunidade de descobrir seus verdadeiros interesses”. Para o participacionismo, o autoconhecimento e autodesenvolvimento fazem parte do rol de objetivos da democracia, ao passo que, para os liberais, a democracia seria apenas um mecanismo de agregação de preferências.

A democracia participacionista, além de produzir uma crítica à teoria procedimental da democracia, tece críticas à democracia liberal em si, ao capitalismo. É com esta vertente que “o mundo material faz-se presente na teoria política”, como pontuado por Miguel (2005, p. 26). Segundo a visão dos participacionistas, as desigualdades materiais geram consequências para a representação e participação no sistema vigente, porque as classes mais ricas têm “oportunidades abundantes de participar tanto no setor público quanto no privado”, o que permite que elas “acumulem conhecimento e cultivem habilidades políticas que alimentam a confiança e a capacidade de que precisam para se posicionarem eficazmente” (Bachrach; Botwinick, 1992, p. 13).

A “forte correlação entre *status* socioeconômico e participação política” é, portanto, “compreensível à luz deste premissa participacionista”, Bachrach e Botwinick (1992, p. 11)

argumentam. As pessoas de classes mais baixas têm menos oportunidades para refletir sobre suas preferências políticas e para participar politicamente, e, muitas vezes, possuem níveis inferiores de educação. Não pode ser surpreendente, portanto, que essas pessoas “constituam a parte cada vez mais não participativa da política americana” (p. 11). Mas mais do que vítimas de uma “hegemonia cultural”, que os leva a abraçar os valores liberais, os trabalhadores carecem de uma “alternativa filosófica e programática que faça sentido para eles em termos de suas experiências reais” (p. 17).

Em oposição ao pressuposto da teoria democrática liberal que coloca a participação popular como um perigo à perpetuação das democracias ocidentais, os autores defendem a participação como “um componente indispensável de um regime democrático saudável” (Bachrach; Botwinick, 1992, p. 32). Além disso, para eles, tolerar a não participação – ou promovê-la, como é feito por alguns teóricos, enfraquece a “principal razão de ser” da democracia, “a promoção do bem-estar de todas as pessoas” (1992, p. 32).

A participação, na teoria democrática procedimental, é vista somente como um custo, como Macpherson (1977, p. 85) nota na sua análise. E ele admite: sim, a participação é um custo “se todos são vistos como meros consumidores maximizadores de utilidade”; no entanto, ele complementa, essa noção “ignora o possível valor da participação para melhorar a compreensão do participante sobre sua própria posição e para lhe dar um maior senso de propósito e maior consciência da comunidade”. É nesse sentido que o participacionismo trata da participação; é algo benéfico em si, porque proporciona o autodesenvolvimento dos cidadãos.

### **CAPÍTULO 3: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E COMPREENSÕES DE DEMOCRACIA NA EJA DE BRASÍLIA**

Após uma exposição teórica acerca da predominância da vertente procedimental da democracia na ciência política e uma reflexão sobre apatia, participação e participacionismo, partimos para o terceiro objetivo desta pesquisa: compreender as percepções que pessoas identificadas pela literatura de comportamento político como pouco competentes politicamente têm sobre democracia, política e participação. No primeiro capítulo, argumentou-se que as conclusões dos estudos de comportamento são influenciadas pela compreensão schumpeteriana de democracia e, no capítulo dois, que a apatia pode ser compreendida como uma consequência não da natureza humana, mas da estrutura de oportunidades abertas no campo político. Aqui, trataremos primeiramente de como as entrevistas realizadas trazem à luz dados que não poderiam ser construídos por outras ferramentas, como os sentimentos, pensamentos e motivações dos interlocutores; em seguida, da escolha e consequências da escolha do grupo a ser entrevistado; e, nas duas últimas partes, das percepções dos entrevistados.

A utilização de entrevistas em detrimento de outras ferramentas, como os *surveys*, que são mais comumente utilizados em estudos sobre as percepções das pessoas sobre democracia (alguns exemplos são: Almond; Verba, 1965; Moisés, 1995; 2010; Dagnino *et al.*, 1998), evidentemente tem pontos positivos e negativos. Os *surveys* são mais adequados para pesquisas de grande escala; se baseiam em entrevistas, por meio de questionários fechados, com amostras selecionadas aleatoriamente e, portanto, representativas dos universos de interesse. As respostas são, na maioria das vezes, números, ou serão quantificadas.

O apoio a democracia de cada respondente é traduzido numa escala de 1 a 5, por exemplo, o gênero e a raça costumam ser variáveis binárias. A quantificação é um esforço louvável que pode levar a descobertas importantes, mas tem uma limitação inerente que não costuma ser reconhecida: depende dos significados que o próprio pesquisador atribui aos termos e às respostas. Um respondente, ao dar uma nota a um sistema político, certamente tem seus motivos para fazê-lo, e é raro que um questionário objetivo que será aplicado em sequência com centenas de outras pessoas tenha espaço para acomodar cada um dos raciocínios por trás de cada item assinalado.

Achen e Bartels (2016, p. 8) utilizam o *survey* do *World Values* de 2014 para tratar da discrepância entre a quantidade de estadunidenses que veem a democracia como extremamente importante (46%) e os que afirmam viver sob um regime plenamente democrático (7%), o que seria uma evidência de uma incapacidade do eleitorado de reconhecer a realidade e um sinal do

que os autores chamam de “esquizofrenia” na definição de democracia. A possibilidade de a divergência advir de um descontentamento com o sistema vigente não é considerada.

Ignorar a limitação de escopo dos *surveys* compromete a validade das interpretações. Ademais, como Martins explana, “a análise do comportamento humano é feita por um observador humano falível e tendendo a distorcer os fatos”, e diz respeito ao “ser humano, tão sujeito a modificações, complexo, e que, principalmente, reage a qualquer tentativa de caracterização e previsão” (Martins, 2004, p. 291). Bourdieu (1973) aborda as limitações das pesquisas por *surveys* a partir de três postulados – que todo mundo pode ter uma opinião, que todas as opiniões têm valor, e que todas as opiniões apontam para os mesmos problemas, como se houvesse um consenso.

Para fazer valer o pressuposto de que todos têm uma opinião, os *surveys* costumam ignorar as não-respostas, que seguem um padrão semelhante ao padrão de participação e apatia constatado por Almond e Verba (1965), isto é, “a taxa de não-respostas é de um modo geral mais elevada entre as mulheres do que entre os homens” e “quando mais uma pergunta se refere a problemas de saber, de conhecimento, maior é a distância entre as taxas de não-respostas dos não instruídos e dos menos instruídos” (Bourdieu, 1973, p. 4).

O *survey* acaba por “impor a ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma [...] de opiniões individuais” (Bourdieu, 1973, p. 3), mas ela não existe enquanto tal. Como Duailibe (2023) trata, os postulados sobre os quais se baseiam as pesquisas de opinião, explicitados por Bourdieu, são “falaciosos” e “dissimulam assimetrias estruturais” (Duailibe, 2023, p. 91). Julgar que todas as opiniões têm valor igual é ignorar que as “opiniões de indivíduos ocupando posições sociais hierarquizadas, possuidores de capital cultural, escolar e econômico muito distinto” serão, conseqüentemente, apreciadas de forma distinta (Duailibe, 2023, p. 99).

Uma das principais desvantagens das pesquisas qualitativas, por outro lado, é a impossibilidade de generalização dos dados. No entanto, em estudos de caso qualitativos, não há a pretensão de construir dados generalizáveis; o caso escolhido, estudado em profundidade, pode auxiliar na compreensão de casos semelhantes (Gerring, 2004), mas não necessariamente produzirá conclusões que podem ser extrapolados sem ônus. Críticos também se referem à falta de objetividade de estudos qualitativos, por causa proximidade entre pesquisador e pesquisado, o que, para Martins (2004), não é algo negativo. De fato, é possível que haja sentimentos na pesquisa, que se construa uma relação de amizade entre as partes, assim como também é possível que a memória falhe, que a interpretação do interlocutor se sobreponha à “verdade”, mas tudo isso faz parte da pesquisa qualitativa.

A opção pela metodologia qualitativa para esta dissertação se deu pela compreensão das limitações das pesquisas quantitativas de *survey*. Pretendemos empreender um diálogo que leve às razões por trás de cada uma das respostas, que elucide as motivações por trás dos sentimentos, dos padrões de comportamento político, da percepção política. A ferramenta de pesquisa é a entrevista semiestruturada porque permite que esse diálogo se construa junto com o entrevistado; um roteiro é utilizado como base, mas o ritmo e a extensão das entrevistas são construídas com cada uma das pessoas, que introduzem assuntos e situações particulares. Na próxima seção deste capítulo, a discussão metodológica continua, precedida por uma discussão acerca da ética na pesquisa. Também será discutido o desenho adotado e o roteiro de entrevistas.

### **3.1 ÉTICA, METODOLOGIA E DESENHO DE PESQUISA**

Esta dissertação tem em seu cerne um questionamento sobre a congruência entre a visão elitista e competitiva de democracia elaborada por Schumpeter e os estudos empíricos de democracia e comportamento eleitoral; as obras com as quais viemos dialogando, que foram enquadradas como afiliadas à vertente competitiva da democracia, prescrevem que a apatia é positiva para a perpetuação do regime, e os críticos apontam que, além de isso não ter sido comprovado, a apatia é distribuída desigualmente entre a população: os trabalhadores, as mulheres, pessoas não-brancas, e pessoas menos instruídas que menos participam.

Um dos objetivos deste trabalho é compreender como pessoas que seriam precocemente caracterizadas como “apáticas” fazem sentido das relações que têm com a política e o que compreendem por “política”, por “democracia”; logo, o desenho de pesquisa traçado foi um que permitisse um diálogo direto com algumas dessas pessoas. Pela impossibilidade de falar de forma aprofundada até mesmo com uma “amostra representativa” da população, optou-se por um estudo de caso, no qual o que foi escolhido, como aprofundarei na próxima seção, é um caso típico, e pode auxiliar a entender mais de outras realidades, ainda que os achados não sejam generalizáveis para outros contextos ou a totalidade dos brasileiros.

A opção por entrevistas semiestruturadas para esta dissertação e, em especial, por entrevistas dentro de um estudo de caso, se deu pelo entendimento que esta ferramenta é a que pode melhor acessar as motivações e emoções do interlocutores; fazer entrevistas nos permite “perguntar aquilo que não se pode observar” (Rocha, 2020, p. 201). Uma vez que o objetivo específico que a realização das entrevistas pretendia suprir era o de compreender quais são as percepções que se tem de democracia, política e participação, a conversa direta se apresenta como melhor caminho.

As entrevistas semiestruturadas, como trata Rocha (2020), são aquelas em que há um roteiro básico e introdutório de perguntas, mas ele não é rígido, permite uma adaptação a cada entrevistado. O roteiro que guiou nossas entrevistas foi o seguinte:

- I. Boas-vindas, confidencialidade, apresentação;
- II. Introdução: explicação sobre a pesquisa;
  - o Objeto de estudo: percepções sobre democracia e política;
- III. Perguntas gerais: gênero, idade, raça, renda, se tem filhos, se é beneficiário de alguma política pública ou tem alguém na família que seja, se trabalha e com o quê, onde reside, origem;
- IV. Perguntas sobre cidadania: se utiliza o transporte público e com que frequência, quanto tempo estima que gasta na locomoção, o que pensa sobre, o que costuma fazer para lazer, se frequenta alguma comunidade (de bairro, religiosa, etc.), se tem hábito de acompanhar notícias, se tem título de eleitor, se costuma votar, se se lembra em quem votou nas últimas eleições, o que acha que um político faz, o que acha que pode e deve fazer;
- V. Sobre política: o que acha que significa, se se interessa por política, não se interessa? por quê? quais sentimentos a política lhe desperta, o que gosta e o que não gosta, o que acha que poderia ser diferente, se tem o hábito de conversar sobre e com quem conversa;
- VI. Sobre democracia: o que entende por democracia, quais sentimentos lhe desperta e por que, o que acha que poderia ser diferente, se acha que importa para algo e por que, se já leu sobre o tema, se tem críticas, de onde vêm as críticas, etc.;
- VII. Espaço para perguntas mais aprofundadas a partir das respostas dadas;
- VIII. Encerramento: considerações do entrevistado;
- IX. Agradecimentos.

Entrevistas, assim como quaisquer outras ferramentas de pesquisa com seres humanos, podem estar sujeitas a problemáticas éticas. No intuito de prevenção, a presente dissertação foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. A apreciação no CEP se dá após a submissão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil, que, apesar de ser um processo de várias etapas, não é complexo. Tem se difundido cada vez mais a submissão de pesquisas aos Comitês, pois além de resguardar os participantes, é uma garantia também para os pesquisadores perante as Universidades, agências de fomento e revistas científicas, e vice-versa.

A dimensão ética dos trabalhos nas ciências sociais, no entanto, extrapola a formalidade dos Comitês de Pesquisa; como a socióloga Heloisa Martins enfatiza, é necessário preocupar-se também com “questões éticas relacionadas ao uso de seu conhecimento tais como: a quem interessa o seu trabalho? Para quem trabalha? Por que está desenvolvendo determinado projeto de pesquisa? Quais as implicações de seu trabalho?” (Martins, 2004, p. 297). Nesse sentido, nossa expectativa é que esta dissertação trabalhe principalmente para seus interlocutores, que suas opiniões e percepções aqui abordadas sejam compreendidas como parte de um todo, e não como dados a serem categorizados em um padrão de participação ou de “cultura política”.

Este trabalho está sendo desenvolvido para discutir as limitações de obras canônicas da ciência política que, por já partirem do entendimento que a democracia é somente um regime de eleições limpas e regulares nas quais as elites políticas disputam o voto do povo, concluem que a ampla participação política é perigosa, e que a apatia é benéfica para a perpetuação e estabilidade do sistema, ainda que tenha maior incidência entre mulheres, pessoas não-brancas, pessoas trabalhadoras, pobres, de pouca escolaridade. Esse pressuposto se faz presente nas perguntas propostas nos questionários utilizados pelos autores, seja de autoria deles ou não, assim como influencia a forma com que eles interpretam as respostas obtidas.

A conclusão de Almond e Verba (1965), por exemplo, é que algumas pessoas não participam mesmo, e isso não é um problema: “alguns indivíduos acreditam que são competentes, e alguns não; alguns indivíduos são ativos, outros não” (Almond; Verba, 1965, p. 351). A não-participação não é questionada ou confrontada, fica subentendido não só que essa é a forma que as coisas são e não há como mudá-las, mas que talvez essas pessoas não deveriam mesmo participar. Como Macpherson (1977, p. 88) propõe, “no realismo desse modelo, é possível extrair algo de bom de algo tão pouco promissor quanto apatia generalizada”.

Castro (2008) aponta que um dos maiores equívocos de Almond e Verba é a presunção que, uma vez que os Estados Unidos e a Inglaterra são democracias bem-sucedidas, basta conhecer a cultura política dessas populações para se conhecer a “cultura cívica”. “Levada ao limite, a democracia e a cultura política seriam inerentes a dadas sociedades, como se fossem fenômenos naturais, sendo impossível o processo de construção de democracia (ou de uma cultura política democrática)” (Castro, 2008, p. 25), afirma o autor.

Este trabalho não busca construir uma visão de cultura política brasileira ou latino-americana, como alguns críticos sugeriram ser o caminho (Castro, 2008), primeiro porque partimos da compreensão que a cultura política, ainda que exista e que possa interferir nas relações sociais e políticas, não é a variável que mais importa nessas relações. Em segundo lugar, como foi argumentado ao longo do trabalho, a teoria da cultura política advém de uma

tradição teórica específica, com a qual não concordamos; logo, não vemos sentido em nos inserirmos nesse campo de estudos. O objetivo, aqui, é apresentar uma argumentação, baseada tanto em um esforço teórico quanto em um empírico, que mostre que os pressupostos elitistas e liberais perpassam toda a ciência política, e que grande parte das conclusões a que se chega está contaminada por essa visão de mundo.

Para somar à crítica teórica do segundo capítulo, propõe-se um estudo de caso. A partir das percepções de democracia de jovens e adultos da EJA de Brasília, que serão analisadas a partir de entrevistas semiestruturadas no Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul (CESAS), discutiremos a construção das compreensões de cada um dos respondentes, como costumam consumir e repercutir informações sobre política. O interesse é pelo subjetivo, é conhecer as motivações por trás das compreensões, o que contribui ou não para o interesse, e não averiguar se a intensidade da participação nessa escola condiz com os achados da literatura comportamentalista. Não se pretende testar hipóteses ou buscar mecanismos causais, mas conhecer e compreender as compreensões de política que as pessoas têm.

### **3.2 O CASO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE BRASÍLIA**

Ainda que estudos de caso possam ser empreendidos com ferramentas quantitativas, como ressalta Gerring (2004), nesta dissertação, será qualitativo. O presente estudo de caso tem por objetivo, como já discutido, ilustrar as lacunas das pesquisas empíricas de democracia, tradição que tem por base a teoria procedimental de democracia, formulada por Schumpeter. Este estudo de caso será realizado a partir de entrevistas com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Brasília. Nesta seção, será discutida a escolha do caso; nas seguintes, os entrevistados e os resultados.

A escolha por alunos da EJA se deu primeiramente pela literatura de comportamento político, que costuma afirmar que pessoas de menor escolaridade participam menos da política e, além disso, sentem que sua participação influi menos nos acontecimentos. A partir das conclusões de Almond e Verba (1965), surgiu a ideia de dialogar com grupos que, segundo os autores, são mais propensos a participarem menos; pretende-se analisar não só se há alguma participação política nos moldes previstos pelos autores, mas, principalmente, o que contribui com a (não) participação, as compreensões subjetivas dos sujeitos.

No entanto, inicialmente, a ideia era somente tratar com algum grupo de “baixa competência política”, como os autores colocariam, sem saber necessariamente qual. Desde o início, achei importante que fosse um grupo diverso, com pessoas de idades, gêneros, raças,

profissões, classes e origens diferentes, mas sabia que, para fins da pesquisa, era melhor que pudesse encontrá-las na mesma localidade. Se fosse uma pesquisa de questionários, seria possível ficar numa estação de metrô ou numa rodoviária, entrevistando transeuntes. Para pesquisa de entrevistas em profundidade, porém, foi necessário estabelecer um grupo.

Outros grupos poderiam ser entrevistados, como beneficiários de uma política pública específica. Camila Penna e suas coautoras (Penna; Carvalho; Zanandrez, 2022) realizaram uma série de grupos focais com pessoas de perfis participacionistas diferentes – ativistas de movimentos sociais e sindicais, membros de conselhos e de associações diversas –, com o intuito de explicitar a relação entre as atitudes políticas dessas pessoas e grupos e suas concepções de democracia. As entrevistas semiestruturadas individuais levarão a resultados diferentes, visto que não se baseiam nas interações dos respondentes ou em suas reações ao mediador, mas nas respostas formuladas por um só entrevistado de cada vez.

Os participantes do estudo de Penna, Carvalho e Zanandrez tinham um perfil ativista, e isso influencia suas respostas; eram pessoas que tinham algum hábito de conversar e refletir sobre política, que militavam e atuavam na defesa de seus direitos. Os alunos da EJA não necessariamente têm o hábito de participar da política, ainda que adotemos uma compreensão mais ampla do termo, para além da política institucional. Como Almond e Verba (1965) relatam, segundo seus dados, pessoas de escolaridade mais baixa comumente possuem menos senso de competência, sentem que podem influir menos sobre questões políticas. Pateman (1992, p. 69) resume: “os indivíduos de baixo *status* socioeconômico tendem a ter uma sensação de eficiência política baixa (e a participar menos)”. É a percepção dessas pessoas que se busca apreender com esta pesquisa.

A escola selecionada, o CESAS, é um caso bastante específico. Foi fundada há cinquenta anos e sempre funcionou como um centro de educação profissional, de adultos e jovens fora da idade regular. Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9.394/1996), deixou de ser o Centro de Ensino Supletivo da Asa Sul para ser o Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul; hoje, há um contingente de cerca de 160 professores e 1.500 alunos, divididos entre os três turnos. Entre esses alunos, existem pessoas de idades, territórios e antecedentes variados; há uma predominância feminina, principalmente entre os idosos, e, de forma geral, os alunos possuem renda baixa, ainda que haja adolescentes privilegiados que optam pelo ensino EJA ao reprovarem de ano. A escola atende também pessoas com deficiências, tanto cognitivas quanto físicas, e oferta aulas em Libras. Ademais, o CESAS está no caminho para se tornar a única escola EJA do Plano Piloto; funcionará como um polo, alunos das demais escolas serão eventualmente transferidos para lá.

Não se pretendia averiguar o nível de participação na política institucional para comprovar ou confrontar os achados já estabelecidos dos estudos de comportamento político, mas ouvir pessoas que teoricamente participam menos para entender o que está por trás dessa não-participação, ou participação diferenciada, em outros espaços para além da política eleitoral, e o que elas compreendem por “política” e “democracia”.

### **3.3 OS SUJEITOS, SUAS REALIDADES E PERCEPÇÕES**

Os estudos que pretendem informar sobre o comportamento e as compreensões políticas dos cidadãos a partir de pesquisas de opinião são limitados tanto pelas próprias características dos *surveys* quanto pelos pressupostos inerentes à definição de democracia empregada pelos autores. A estrutura de perguntas fixas e, na maioria das vezes, fechadas, na qual se prioriza a rigidez do roteiro em detrimento da adaptabilidade, restringe o que pode ser respondido; a prevalência da interpretação procedimental da democracia entre os teóricos restringe o que pode ser interpretado. O estudo de caso deste trabalho ilustra como, ao oferecer tempo e espaço para que as pessoas se expressem, é possível entender melhor as relações que elas têm com a política, a partir da escuta e compreensão de suas motivações, interpretações e queixas sobre o tema.

Não se pretendia, com a realização das entrevistas, questionar a premissa de que as pessoas, em especial as pessoas de baixa renda e baixa escolaridade, como indicam os resultados de Almond e Verba (1965), não se interessam e não participam da política; esta pesquisa não é um teste de teoria. O caso selecionado e as entrevistas construídas são mais uma provocação, um convite a refletir sobre o que está por trás dos dados de apatia, o que explica o desinteresse, e como as próprias pessoas fazem sentido das relações que têm com a política. O intuito foi, desde o início, ir a campo para ouvir o que as pessoas tinham a dizer e levar a sério essa tarefa, fazendo um esforço consciente para compreendê-las, e não as julgar previamente por um padrão preestabelecido de “cultura política”.

As entrevistas foram realizadas sempre dentro do perímetro do Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul, o CESAS, como havia sido acordado com os supervisores contactados e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília, e ocorreram em outubro de 2023 e março de 2024, devido ao calendário escolar. Inicialmente, havia a expectativa de conversar com trinta alunos, dez de cada turno e quinze de cada gênero, mas logo isso se mostrou muito improvável, devido ao pouco tempo disponível para realizar as entrevistas, transcrevê-las e analisá-las; foram feitas, então, vinte entrevistas, sendo que uma delas foi com um casal que preferiu conversar comigo simultaneamente. Os entrevistados são:

onze homens e dez mulheres; seis alunos do turno matutino, sete do vespertino e oito do noturno; quinze pessoas pretas e pardas e cinco pessoas brancas; dez pessoas que têm filhos.

As entrevistas aconteceram, em geral, logo após o fim do turno ou logo antes de seu início, e algumas foram feitas nos intervalos entre as aulas. Inicialmente, o coordenador me apresentou o espaço da escola, me explicou seu funcionamento e estrutura. Depois, passamos em algumas salas para que ele me apresentasse aos alunos. Nesse momento, era dito que eu estava buscando pessoas maiores de idade para conversar sobre política, sobre direitos e deveres enquanto cidadãos e opiniões individuais sobre o tema. Existe um viés na pesquisa, pois dependíamos da disposição das pessoas, da disponibilidade delas para expor as próprias visões sobre o tema, e é provável que pessoas que tenham mais aversão à política tenham se recusado a participar, o que pode significar que os entrevistados são mais interessados pelo tema do que a média da escola.

Esse viés, porém, não inviabiliza a pesquisa, pois a metodologia qualitativa se encarrega de explicar casos específicos, e se preocupa principalmente com a amplitude e profundidade do estudo (Martins, 2004). A preocupação com a representatividade da amostra, obtida através da seleção aleatória dos respondentes, é um traço típico das pesquisas de *surveys*, só cabe em pesquisas que visam gerar explicações generalizáveis a partir de dados estatísticos, e, como este não é nosso objetivo, a seleção dos participantes não foi feita a partir do critério de fidedignidade da amostra perante a população, seja em relação à escola, aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, ou à população brasileira.

De início, vale notar que outras perguntas poderiam levar a outras respostas e outros entrevistadores poderiam ter obtido outras reações. A análise diz respeito ao que perguntei e ao que me foi dito, com todas as limitações inerentes a isso. Como Mosley (2013) explora, é sabido que as características dos entrevistadores exercem influência sobre a entrevista e podem direcionar as respostas, uma vez que o interlocutor vai interpretar o entrevistador a partir dessas características e pode confessar mais ou menos informações dependendo da leitura que é feita.

Algo que eu particularmente notei nas entrevistas realizadas para esta dissertação é que muitos dos meus interlocutores eram nordestinos, e eles, ainda que não comentassem diretamente durante a entrevista, percebiam o fato de eu também ser e tratavam do assunto posteriormente, perguntando há quanto tempo estou em Brasília e da saudade que sentimos da nossa região de origem. Por outro lado, senti que havia, às vezes, um receio de responder algo factualmente errado para alguém que é estudioso do tema, e alguns antecederam suas falas sobre política admitindo que não sabiam “tanto assim”.

Mosley (2013, p. 10) enfatiza que pesquisadores mais alinhados à corrente interpretativista da ciência política – aqueles mais distantes do positivismo – estão cientes que não somente o que é dito importa, mas também “como e por quem a informação é gerada e organizada”, uma vez que “o pesquisador traz elementos subjetivos para o processo de coleta de conhecimento”. As entrevistas são, em suma, um processo construído em conjunto com o entrevistado, que se torna, nessa perspectiva, interlocutor. Os positivistas, no entanto, também reconhecem, em alguma medida, que a forma que os participantes percebem os entrevistadores pode influenciar o rumo da conversa; mas ainda veem a entrevista como “um produto, comumente coletada em um relativamente curto período de tempo” (Mosley, 2013, p. 10).

Conforme a autora, os positivistas enxergam esse possível impacto como os “efeitos do entrevistador”, enquanto os interpretativistas se referem à questão da “posicionalidade”. Para os interpretativistas, o ponto central das entrevistas é compreender o outro, “desenvolver conhecimento sobre como sujeitos entendem suas próprias ações e circunstâncias, e como esse entendimento é condicionado por poder e relações sociais” (Mosley, 2013, p. 9), e não necessariamente gerar explicações causais generalizáveis. A posição ocupada pelos interlocutores e pelo entrevistador impactam as informações coletadas e sua subsequente organização; como Mosley (2013, p. 9) coloca, “o conhecimento é indissociável do contexto histórico e das relações de poder”.

As pesquisas qualitativas, segundo Minayo (2012), se baseiam em uma série de verbos e substantivos; a experiência, vivência, ações e senso comum dos entrevistados e a compreensão e interpretação de ambas as partes envolvidas nas entrevistas estruturam o processo de conversa e de análise das informações obtidas. Para a autora, a chave da análise qualitativa é o verbo compreender; toda compreensão, porém, é limitada, tanto a dos entrevistados, que têm “um entendimento contingente e incompleto de sua vida e de seu mundo, como a dos pesquisadores, pois também somos limitados no que compreendemos e interpretamos” (Minayo, 2012, p. 623). Segundo Martins (2004, p. 295), “cientistas sociais lidam sempre com interpretações, sendo que a por eles construída é a interpretação da interpretação fornecida pelo pesquisado”.

Nas palavras de Bourdieu (2012 [1993], p. 713), “o sociólogo não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista”. Ainda que haja um esforço consciente para superar os problemas de posicionalidade, e tem que haver, não é possível afirmar que a compreensão do entrevistado pelo entrevistador foi totalmente completa, e vice-versa. É possível que alguns elementos se percam na interlocução. Como Minayo (2012, p. 623) escreve, “o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como

características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses”.

Minayo (2012) trata, ainda, da triangulação das informações obtidas, que pode ocorrer a partir de novas entrevistas com mais fontes ou a partir da checagem da veracidade dos fatos relatados em jornais e relatórios. No entanto, como o objetivo das entrevistas realizadas para esta dissertação era acessar as compreensões e percepções das pessoas sobre democracia e política, não é possível averiguar de forma tradicional se o que foi dito é completamente verdade, não se está lidando com fatos de conhecimento público, mas com a interpretação subjetiva de cada um. A análise foi, portanto, balizada pela literatura que trata de temas semelhantes e o que foi dito foi tomado como a verdadeira expressão da compreensão real dos entrevistados.

Os achados das entrevistas são parte essencial desta dissertação e dialogam com a literatura mobilizada nos dois primeiros capítulos, além de ilustrarem uma outra perspectiva do fazer científico, baseada na compreensão da interpretação dos sujeitos. O ponto central da parte empírica desta dissertação é o entendimento de que a interpretação dos sujeitos sobre suas realidades têm valor em si, independentemente de estar “certa” ou “errada”, de coincidir com a interpretação dos cânones da ciência política ou não. Ouviu-se as pessoas para compreendê-las, sem juízos de valor sobre o que foi dito, sem ideias preconcebidas, sem métricas de participação e o que elas refletiriam da natureza de cada um.

Esta seção e a próxima são dedicadas à análise das entrevistas. Serão abordadas as questões comuns aos entrevistados, assim como as dissonantes, preocupações expressas isoladamente. Os procedimentos de pesquisa serão narrados para reconstituir o mais fielmente possível o clima das entrevistas. Para respeitar a confidencialidade dos entrevistados, foram atribuídos nomes aleatórios ficcionais para cada um de acordo com a ordem de realização das entrevistas e a ordem alfabética: a primeira entrevistada recebeu o nome de Amanda, a segunda de Beatriz, o terceiro de Carlos, e assim sucessivamente, como consta no quadro a seguir.

**Quadro 2: Perfil dos entrevistados**

E	Nome*	G	Raça	I	Turma	Trabalha?	PCD?	Filho?	Cônjuge?	Com quem mora?	Onde mora?	De onde é?
E1	Amanda	F	Preta(o)	38	6ª etapa, EF, vespertino	Sim (não especificado)	Não	Não	Não	Mãe, avó, irmãos, sobrinha	Taguatinga	DF
E2	Beatriz	F	Preta(o)	60	5ª etapa, EF, vespertino	Aposentada (ex-empregada doméstica)	Sim, motora	Não	Não	Sozinha	Ceilândia	MG
E3	Carlos	M	Parda(o)	69	3ª etapa, EM, vespertino	Aposentado (ex-metalúrgico)	Não	Sim	Sim	Esposa e 3 filhos	Valparaíso, GO	MA
E4	Daniela	F	Preta(o)	19	3ª etapa, EM, vespertino	Sim (na Embaixada da R. Dominicana)	Não	Não	Não	Mãe e 2 irmãos	Paranoá	República Dominicana
E5	Ester	F	Branca(o)	19	8ª etapa, EF, vespertino	Sim (lojista)	Não	Não	Não	Tia, tio, primo, filhos do primo	Lago Norte	PE
E6	Fábio	M	Branca(o)	18	3ª etapa, EM, matutino	Não	Sim, TEA/AH	Não	Não	Pai	Águas Claras	RJ
E7	Gisele	F	Parda(o)	19	1ª etapa, EM, matutino	Não (curso profiss.)	Sim, TEA	Não	Não	Primo	Planaltina, GO	GO
E8	Heitor	M	Preta(o)	39	4ª etapa, EF, matutino	Não (desempregado)	Sim, DI não especificada	Sim	Sim	Mãe, esposa e 2 filhos	Paranoá	DF/MG
E9	Ícaro	M	Preta(o)	20	2ª etapa, EF, matutino	Não (já trabalhou, hoje cuida dos irmãos)	Não	Não	Não	Mãe, padrasto e 4 irmãos	Paranoá	BA
E10	José	M	Branca(o)	37	7ª etapa, EF, matutino	Não	Sim, paralisia cerebral	Não	Não	Mãe e irmã	Lago Norte	GO
E11	Kleber	M	Preta(o)	19	3ª etapa, EM, matutino	Não	Não	Não	Não	Mãe e irmã	Sobradinho II	MG
E12	Leonardo	M	Parda(o)	22	3ª etapa, EM, matutino	Não	Não	Não	Não	Pais e irmão	Sobradinho	DF
E13	Manuela	F	Preta(o)	45	7ª etapa, EF, matutino	Sim (faxineira)	Não	Sim	Não	Mãe e 1 filho	Ceilândia	GO
E14	Nicolas	M	Preta(o)	46	3ª etapa, EM, noturno	Sim (taxista)	Não	Sim	Não	Sozinha	Jardins Mangueiral	BA
E15	Otávio	M	Preta(o)	43	3ª etapa, EM, noturno	Sim (área financeira)	Não	Sim	Sim	Esposa e 3 filhos	Valparaíso, GO	BA
E16	Paula	F	Preta(o)	52	6ª etapa, EF, noturno	Sim (dona de casa)	Não	Sim	Sim	Marido e filhos	São Sebastião	PI
E17	Roberto; Sílvia	M; F	Branca(o); Parda(o)	55; 48	3ª etapa, EM, noturno	Sim (agente social); Sim (vendedora)	Não	Sim	Sim	Casal e filho mais novo	Vicente Pires	MG; TO
E18	Tânia	F	Branca(o)	44	2ª etapa, EM, noturno	Sim	Não	Sim	Sim	Marido e 2 filhos	Arniqueiras	DF
E19	Úrsula	F	Preta(o)	61	4ª etapa, EF, noturno	Sim	Não	Sim	Não	3 filhos	São Sebastião	BA
E20	Vitor	M	Parda(o)	47	4ª etapa, EF, noturno	Sim	Não	Sim	Sim	Esposa e 2 filhos	Asa Sul	Síria

Fonte: elaboração própria com base nas informações fornecidas pelos entrevistados.

\*Nomes fictícios atribuídos de acordo com a ordem alfabética e das entrevistas.

Os primeiros passos nas entrevistas, após cada pessoa aceitar participar, sempre eram no sentido de me apresentar, explicar a pesquisa e o termo de confidencialidade a ser assinado e esclarecer que o objetivo da conversa era escutá-los, que não havia resposta errada, e era justamente a interpretação deles que me interessava, na tentativa de diminuir qualquer desconforto ou constrangimento que a participação nas entrevistas pudesse causar (Godinho; Fischer, 2019). É crucial se mostrar disposto a ouvir desde o início, e deixar que o entrevistado se expresse livremente pelo tempo que achar necessário. Ainda que eu tenha tentado instigar conversas longas, as entrevistas aqui foram, em geral, mais curtas do que o previsto, seja porque houve alguma interrupção externa, seja porque o entrevistado já não elaborava as respostas e se mostrava inquieto, querendo encerrar. No processo das entrevistas, é preciso estar atento à linguagem corporal dos interlocutores e ter consciência da própria; é preciso se mostrar interessado pelas respostas, mas sem pressionar o entrevistado.

Quem aceitava o convite para a entrevista já sabia que trataríamos de política, isso foi dito desde o primeiro momento, o que resultou em algumas rejeições, como quando abordei um jovem num corredor da escola após o término de sua aula, me apresentei e perguntei se ele teria interesse em conversar sobre política, ao que ele, que havia parado para me ouvir, só voltou a andar para longe de mim. O aceite, porém, não necessariamente significava um entusiasmo em relação ao tema. Como me foi relatado inúmeras vezes, há muito mais desinteresse ou indiferença para com a política do que sentimentos positivos; para alguns, isso era graças à corrupção ou à polarização, para outros, pela impressão que, ainda que participassem, pouca diferença fariam.

As primeiras perguntas eram sobre características pessoais, idade, gênero, raça, estado civil, de onde eram, onde moravam. Também me interessava saber sobre as relações que as pessoas estabeleciam com o Estado e com a comunidade na qual viviam, o uso de equipamentos e serviços públicos, o cotidiano no trabalho, bairro e na própria escola. Apesar de algumas críticas em relação à estrutura física e à segurança da escola, a maioria dos entrevistados relatou gostar bastante do CESAS e ter suas necessidades atendidas, o que corresponde à visão do coordenador, que relatou que muitos permanecem indo à escola por gostarem do espaço, da convivência, independentemente do rendimento nas aulas. No CESAS, além do curso EJA, também são oferecidos cursos profissionalizantes, e os alunos matriculados têm direito a refeições gratuitas diárias nos turnos de seus cursos.

Quase todos os entrevistados moram fora do Plano Piloto de Brasília, nas regiões administrativas ou já em cidades do estado de Goiás, e dependem do transporte público para chegar à escola, enfrentando engarrafamentos e ônibus lotados e deteriorados, mas foram

poucos que reclamaram desse fato. As reclamações em relação aos serviços públicos se concentraram principalmente na área da saúde e segurança. A educação do Plano foi elogiada, mas muitos relataram que as escolas do entorno são precárias; nesse sentido, houve críticas à segregação urbana do Distrito Federal, que concentra melhores serviços e mais investimentos nas Asas Norte e Sul.

As perguntas relacionadas à política tiveram sua ordem alternada entre entrevistas, e nem todas as mesmas perguntas foram feitas a todos os interlocutores, porque a disposição em responder também não era a mesma. Muitas vezes, a primeira resposta era dizendo não ter interesse na política, mas, ao serem incentivados, tinham opiniões a compartilhar. Amanda, por exemplo, primeira pessoa a ser entrevistada, disse não se interessar por política e que sequer vota; no entanto, relatou fazer parte de uma organização não-governamental que “ajuda pessoas em vulnerabilidade”, como ela colocou. Por trás do desinteresse dela pela política institucional, está a impressão de que os políticos não fazem o suficiente e um desconforto com a polarização e as brigas causadas por discordâncias políticas dentro de sua casa, entre sua mãe e seu irmão. Quando perguntada o que a política despertava nela, respondeu:

Ah... Eu fico chateada porque até dentro de casa tem uma.... Não vou falar que são rivais, porque é minha mãe e meu irmão... Mas meu irmão é de direita e minha mãe é de esquerda, então... Vamos dizer assim, tem um Lula e um Bolsonaro dentro de casa, então tudo que passa sobre isso tem discussão, minha mãe fala que é mentira, aí meu irmão fala que não é... Tem muita briga, então a gente evita falar de política dentro de casa, porque meu irmão se altera muito... (Amanda).

A polarização afetiva na sociedade brasileira é o tema do livro publicado em 2023 por Felipe Nunes e Thomas Traumann, intitulado *Biografia do abismo*. Segundo os autores, a polarização a partir das eleições de 2018 se intensificou a ponto de o posicionamento político se transformar em parte da identidade do eleitor e seguir assim mesmo após as eleições, como é a relação de um torcedor e seu time de futebol. Ainda nesta metáfora, Nunes e Traumann (2023, p. 20) escrevem: “ao assumir as cores do lulismo e do bolsonarismo como as de quem torce pro Flamengo ou pro Fluminense, o eleitor deixa de se importar com uma comparação racional dos dois políticos para transformar sua escolha em parte da sua identidade”.

A polarização pode ser compreendida, então, como uma calcificação, termo utilizado inicialmente por pesquisadores estadunidenses para tratar do seu contexto, que, como Nunes e Traumann explicam, diz respeito ao engessamento das diferentes opiniões políticas e sua incorporação como fator identitário. Para os autores, essa calcificação pode ser percebida a partir do “transbordamento da polarização extrema para o cotidiano” (Nunes e Traumann, 2023, p. 159), inclusive presente nas escolhas de consumo, clínicas médicas, salas de aula. Algo que os autores não enfatizam o suficiente, porém, é a dimensão assimétrica desta polarização

(Miguel, 2019, p. 47); inclusive no caso norte-americano: o papel de Bolsonaro e Trump e bolsonaristas e trumpistas não é o mesmo que o exercido pela esquerda ou pelos Democratas.

O “diagnóstico” de polarização que tem se espalhado não só na academia como também na mídia e na sociedade similarmente falha em reconhecer a assimetria desta polarização, segundo Fuks e Marques (2022). A polarização que existe no Brasil hoje, na visão dos autores, é consequência de uma radicalização da direita, que caminha para seu extremo do espectro político, enquanto a esquerda institucional está fazendo cada vez mais concessões. A moderação da esquerda, que se aproxima do centro, enquanto a direita se torna mais extremista, é essencial para o diagnóstico (Fuks; Marques, 2022); no entanto, na abordagem de Nunes e Traumann (2023), há uma tentativa de igualar o impacto de frases faladas tanto por Lula quanto por Bolsonaro, e de ações de lulistas e bolsonaristas.

A relação entre a disputa política da esquerda com a direita, de lulistas e bolsonaristas, e a disputa entre os times cariocas Flamengo e Fluminense, que aparece no livro de Nunes e Traumann, foi evocada também por um dos entrevistados, Fábio. Para ele, a discussão sobre política nas redes sociais “virou um Fla-Flu [...]. A galera fica defendendo como se fosse seu time de futebol”, em vez ser um debate sobre ideias e quem “vai fazer melhor pelo nosso país”, que ele disse ser seu critério para apoiar ou não algum político.

Foram oito entrevistados no total que tratam, em alguma medida, da atual polarização política no Brasil. Além dos relatos já mencionados de Amanda (38 anos) e Fábio (18 anos), Carlos, que é aposentado e atua como pastor de uma igreja evangélica, disse não gostar de comentar sobre política com pessoas fora da família, pois “a primeira coisa que a pessoa pergunta pra gente é em quem você votou, em qual partido” e isso leva a “uma crítica muito destrutiva”, e “fica uns com raiva dos outros”. Ester, por outro lado, relatou brigas na família sobre quem venceria as eleições de 2022, mas passageiras.

Nicolas (46 anos), uma pessoa muito religiosa, que frequenta diariamente uma igreja católica, disse que no momento não se interessa por política, por ver “muita baixaria”; ele falou que, na política, “é baixaria, é briga, é roubo”. Roberto (55 anos) relatou enxergar um “racha” no país desde Bolsonaro e acreditar que “essa polarização, que tá demais, prejudica o país”. Tânia (44 anos) disse que evita falar sobre política com os fiéis que frequentam o mesmo culto que ela, “nada que possa gerar briga”. Úrsula (61 anos), por outro lado, relatou haver conversas do gênero na sua igreja, na qual há um deputado e um senador congregando, embora ela evite opinar ou se informar na frente do filho, que tem opiniões diferentes, para não “arrumar uma encrenca”.

Também foram oito ocasiões em que os entrevistados mencionaram corrupção como um problema. Quando Ester (20 anos), de foi perguntada se se interessava por política, disse que “não muito”, porque acha “a política muito suja”; posteriormente, ao ser perguntada sobre a primeira coisa que pensa quando ouve o termo ‘política’, disse “eu acho que tem muito desvio de dinheiro”. Gisele (19 anos) também disse não gostar da política “porque a maioria só rouba”, ainda que haja alguns “que roubam mas também faz as coisas”. Para José (37 anos), o que precisa melhorar no país é a “roubalheira”.

A corrupção costuma ser mensurada pela ciência política em *surveys*, a partir da percepção de corrupção que os eleitores têm; na América Latina, a percepção de prevalência de corrupção é elevada, ainda que seja menor que o nível do continente africano e da média mundial (Oliveira e Moisés, 2023). No entanto, a percepção de corrupção é algo facilmente manipulável, seja através da cobertura midiática do fenômeno ou da ênfase dada ao tema por algum político que organiza sua campanha em torno da pauta de combate à corrupção, como se viu acontecer no Brasil nas campanhas de Jânio Quadros (1960), Fernando Collor (1989) e Jair Bolsonaro (2018).

Não é de se estranhar, portanto, que alguns comentários contextualizem a percepção da corrupção como algo que chega até eles. Ícaro (20 anos) percebe “pelas notícias e pelo que as pessoas falam” que a política atual do Brasil “tem muita corrupção”; ele completa: “então, para mim, meio que tem aqueles político que rouba, mas ajuda a gente, mas tem uns que rouba só e não faz nada”. Kleber (19 anos) disse que “tem muito ladrão na política, por isso que eu não gosto”; quando perguntado se isso sempre tinha sido assim e se essa visão dele tinha vindo de alguém específico, ele falou: “acho que é das notícias, a gente vê notícia de político ladrão o tempo todo assim. Mas também já conversei isso com minha mãe”.

Para Leonardo (22 anos), que ainda não tem título de eleitor, mas mora com pais que votam e conversam sobre o tema, “só tem verme na política”. A opinião dos pais é que “tem muita corrupção, mas justamente por isso é importante votar”, mas ele diz não gostar de política e que “não acho que o voto faz essa diferença toda, não”. Manuela (45 anos), que vota toda eleição mas não fica “sabendo de tudo” de política, relatou que acha importante acompanhar – “se a gente não fica de olho, eles roubam até a mãe”. Perguntei se ela achava que havia muita corrupção no Brasil: “em todo canto, onde eles têm oportunidade de tirar proveito, tiram. Ficam lá, enchendo o bolso”. Nicolas, como já relatado, incluiu roubo na sua definição de política.

Além da máxima “rouba mas faz” que alguns interlocutores enunciaram para tratar da questão da corrupção, outra também se repetiu: “políticos prometem e não cumprem”. Para Beatriz (60 anos), um bom político é o que “não vai roubar, vai fazer o que prometeu... Porque

tem muitos que promete e não cumpre. Acho que se é eleito dizendo que vai fazer alguma coisa, tem que fazer”. Carlos relatou que pouco se interessa por política, porque “os políticos, eles prometem muitas vezes e não cumprem”. Para Daniela (19 anos), é difícil se sentir representada “porque os políticos são eleitos prometendo fazer as coisas, mas não fazem”. No mesmo sentido, Ester e Fábio também demonstraram insatisfação com as promessas de campanha que não são levadas a cabo quando se assume algum cargo público.

Em um relato sobre as desigualdades entre Valparaíso de Goiás e Brasília, Otávio (43 anos) tocou em alguns pontos que o afligem: como a educação, saúde, infraestrutura e, principalmente, o transporte de onde mora são mais precários que os do Plano Piloto, e como isso diminui a qualidade de vida de quem não tem condições de morar em Brasília, mas precisa se deslocar cotidianamente para trabalhar, e acaba enfrentando horas de engarrafamento em pé nos ônibus, e como até existem políticos que prestam atenção à região em época de campanha, mas somem quando são eleitos: “não olham mais”. Similarmente, Roberto elaborou “quando eles estão fazendo a campanha política, eles prometem 1001 coisas [...]. E muitas coisas que a gente vê que eles prometem, a gente sabe que não vão fazer”.

Em suma, as pessoas sabem que os políticos mentem e que existe desvio de dinheiro público. Nas entrevistas, houve pessoas apontando para a necessidade de punir políticos corruptos, de acompanhar o que é feito para não reeleger quem não atende às expectativas (o que a literatura da ciência política costuma chamar de *accountability* vertical, e que faz parte da teoria do voto retrospectivo). Entretanto, também houve diversas menções a uma sensação de afastamento da política, uma visão de que a política é aquilo que os políticos fazem, que diz respeito a eles, e não aos entrevistados, aos cidadãos, assim como uma admissão de não compreensão ou conhecimento sobre política; as compreensões de política e as formas de se relacionar com ela que os entrevistados relataram serão analisadas na próxima seção.

A democracia procedimental, discutida no primeiro capítulo desta dissertação, tem como um de seus pilares essa visão da política como algo que cabe aos políticos – “os eleitores devem respeitar a divisão de trabalho entre eles próprios e os políticos eleitos”, como escreveu Schumpeter (2017, p. 399). Essa visão, ainda que tenha sido suavizada ao longo do tempo, segue predominante na ciência política e não é surpreendente que também apareça na percepção que os próprios eleitores têm de si mesmos, visto que também é a partir desse pressuposto que são muitas vezes tratados, especialmente os cidadãos que possuem menos capacidades materiais e são, por conseguinte, menos capazes de influenciar os rumos da política.

A percepção relatada algumas vezes de que o esforço individual não ocasiona mudanças tangíveis e, portanto, não vale a pena, tampouco é descabida. De fato, o voto de um indivíduo

é incapaz de mudar o rumo de uma eleição, e, novamente, quem não detém capital, sem uma rede bem estabelecida de ativismo, não conseguirá fazer seu interesse prevalecer. Para Macpherson (1978, p. 98) existe um “indiscutível diferencial de classe na participação política no sistema atual”, que seria “ao mesmo tempo efeito e causa contínua da incapacidade dos que estão nos estratos inferiores da sociedade para articular suas vontades ou tornar suas exigências efetivas”.

Amanda concluiu sua entrevista dizendo “não tenho interesse de ir votar, não acho que faz diferença”. Ícaro, ao tratar da corrupção, elaborou que “é difícil também ir atrás de aprender e se importar com política quando a maioria dos políticos são corruptos. Aí meio que não vale a pena. Fazer esforço pra quê? Se eles não fazem?”. Gisele aprendeu com o primo que é melhor pagar a multa à Justiça Eleitoral do que ir votar e Leonardo disse que prefere “ficar em casa, sem me estressar”. Por outro lado, Carlos, de 69 anos, disse que votava toda eleição, “voto porque eu sou democrático” e “eu voto toda eleição, porque eu faço parte da democracia nacional brasileira”; no caso dele, o apreço tem a ver também com o desprezo pela experiência autoritária que o Brasil enfrentou entre 1964 e 1985:

Nós temos que aderir, votar, mesmo eles enganando a gente, a gente tem que votar, entendeu? Porque é muito melhor nós vivermos numa democracia do que nós vivermos numa lei da ditadura. Eu atravessei pelo momento da ditadura e sofri muito [...]. E hoje, depois que o país passou a ser governado por política, por democracia, a gente foi lá, escolheu o presidente, escolheu o governador e outros candidatos. Então a coisa melhorou mais um pouco (Carlos).

Otávio, similarmente, disse que nunca deixou de votar e que achava a política “muito importante”, e que “está envolvida em tudo”. Roberto segue um raciocínio parecido, em suas palavras “hoje em dia, o ato da política é muito amplo. A partir do momento que você levanta, você já está fazendo política. Aí as pessoas ‘não, não me interessa por política’, meu filho, você vive política 24 horas!”, assim como Sílvia, sua esposa – “você põe o pé no chão, quando você acorda, você começa a fazer política”.

Outras dimensões que valem a pena serem analisadas dizem respeito à classe e ao gênero dos entrevistados. Entre os entrevistados mais velhos, que têm filhos, fica explícito que, por precisaram prover cuidados, educação, moradia para dependentes, acabaram colocando em segundo plano suas próprias necessidades. Foi comum o relato de pais e mães que pararam de estudar para trabalhar e sustentar a família e agora, com os filhos já mais velhos, estudados, eles puderam retomar os próprios estudos. Carlos relatou sobre voltar a estudar: “era um sonho meu, quando eu aposentasse e tivesse dado já o estudo dos meus filhos, [...] a pista de decolagem, que é o ensino médio completo”. Tânia disse que parou de estudar cedo porque precisou “ajudar em casa” e também só retornou quando os filhos cresceram.

Otávio queria voltar a estudar para “adquirir novos conhecimentos”, mas só voltou quando a filha passou no vestibular e ele ficou indo levá-la e buscá-la na Universidade de Brasília, então aproveitou para retomar os próprios estudos enquanto a esperava. Ele precisou parar de estudar porque mudou-se muito jovem da Bahia para o Distrito Federal e precisava ajudar em casa, e conta que “a gente que não tem ensino médio completo às vezes escuta [...] até de onde não imagina chamando a gente de burro, porque [...] não tem um conhecimento maior, não tem um diploma. Mas, por a gente não ter um diploma, não é que a gente é burro, é porque não teve oportunidade igual outros teve”.

Fábio, que nasceu e cresceu no Rio de Janeiro com sua mãe, mudou-se para Águas Claras recentemente para morar com o pai e relatou uma boa melhoria da condição de vida. Ele disse que estudava sobre política “porque aquilo, né, se você não estuda, se você não sabe sobre o assunto, alguém que sabe vai te dominar”. Daniela, jovem de 19 anos, relatou perceber a desigualdade econômica desde criança: “eu era pequena, mas ficava ‘por que que minha amiga da escola tem bem mais?’, ‘por que que os pais dela têm carro e eu sempre vou de ônibus ou a pé?’”. Ela disse que ficava se perguntando por que o padrasto chegava em casa mais cedo e recebia um salário maior que o de sua mãe, e que “quem fazia as coisas em casa era eu, minha mãe e minha irmã. Meu irmão ajudava bem pouco. [...] Eu aprendi a cozinhar com nove anos, então desde sempre eu já fazia o almoço [...]. Eu lavava a louça, minha irmã limpava a sala, e meu irmão lá, quietinho”.

A responsabilidade das tarefas e cuidados domésticos recai desproporcionalmente sobre mulheres, e isso afeta a participação política deste grupo; é uma crítica elaborada por Carole Pateman já nos anos 1980 e, ainda que apareça sem ser fundamentada teoricamente, se faz presente em muitas das entrevistas com algumas mulheres. A autora argumenta que a diminuta participação política das mulheres notada por Almond e Verba (1965) não é acidental como eles fazem parecer ser, mas acontece porque os custos de participação recaem de forma desigual sobre mulheres e trabalhadores. Os autores, segundo ela, buscam acomodar o sufrágio universal ao liberalismo sem subverter as desigualdades sociais ou o “papel político predominante da classe média masculina” (Pateman, 1980, p. 79).

Amanda às vezes fica encarregada de cuidar da sobrinha, e ela que divide as tarefas domésticas com a mãe, enquanto ao irmão cabe apenas seu trabalho individual; ao falar sobre ir votar, disse não ter tempo. Ester, de 19 anos, relatou sua rotina na casa em que mora, de familiares: “eu me divido com minha tia, né. Na parte da noite, a gente já vai organizando tudo [...], porque eu trabalho na parte da manhã [...]. Aí, quando eu chego pra almoçar, já coloco a comida das crianças... dos filhos do meu primo [...]. Eu sempre chego atrasada [na escola]”.

Quando eu perguntei se ela achava que se envolveria mais com a política se houvesse menos desvio de dinheiro, algo que ela apontou como uma preocupação central, Ester disse: “ah, eu acho que sim [...], mas agora eu não me importo mais porque eu não tenho tempo pra isso, né... Eu tenho que estudar, trabalhar, tem casa pra arrumar, tem as crianças, querendo ou não, tudo isso toma nosso tempo. Aí eu não olho muito pra política”. Manuela disse que sentia que lhe faltava tempo: “essa vida é uma correria, é muito trabalho, é estudo, é casa... tem o tempo do transporte, também. [...] A gente acaba não fazendo outras coisas, não dá tempo. Não dá tempo acompanhar a política, não dá tempo fazer o que gosta”.

Manuela ainda complementou que “alguém que não trabalha [...] tem mais tempo pra fazer o que quiser [...]. Tempo é dinheiro. Pra quem falta um, falta o outro”. Porém, além disso, devido à dupla ou tripla jornada, as mulheres também possuem menos ingerência sobre seu cotidiano do que os homens com quem convivem, ainda que estes também não sejam necessariamente de outra classe e também convivam com a falta de dinheiro. Para Úrsula, que trabalha o dia inteiro e sequer tem horário de almoço, é muito difícil estudar, principalmente porque chega à escola “cansada e estressada”, sem ter conseguido fazer as atividades ou estudar. Para lazer, ela disse que não faz nada: “não dá tempo não”; “só dá tempo trabalhar, não dá tempo nem estudar, eu fico tão cansada. Aí ainda tem a casa. É pouco tempo”.

### **3.4 POLÍTICA, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO**

Os sentimentos, interpretações e relações que as pessoas estabelecem com a política são centrais a essa pesquisa, especialmente porque, como venho argumentando, a ciência política costuma aferir tais categorias preferencialmente através dos *surveys*, o que limita o escopo dos achados, visto que depende, em grande medida, de respostas objetivas. A partir de entrevistas em profundidade, é possível compreender de forma mais abrangente não só como as pessoas se relacionam e entendem a política, por exemplo, mas também o que está por trás disso. Como inicialmente abordado na seção anterior, muitos dos interlocutores desta pesquisa, apesar de terem aceitado participar já sabendo qual o tema, relataram se não se interessar ou se interessar pouco e não conhecer ou conhecer pouco sobre política.

Além das justificativas relacionadas às brigas decorrentes de política e à corrupção, explanadas na seção anterior, o desinteresse também foi explicado pela sensação de que políticos prometem e não cumprem, de que pensam primeiro neles mesmos, de que o voto faz pouca diferença, de que falta tempo, e pelo estresse diário. Para Ícaro, “não ter conhecimento direito faz a gente menos interessado pelas coisas”, e, ainda que dê “[...] pra ir atrás... É um

esforço”, o qual ele julga não compensar: “é difícil também ir atrás de aprender e se importar com política quando a maioria dos políticos são corruptos. [...] Fazer esforço pra que, se eles não fazem?”.

A falta de conhecimento apareceu diversas vezes ao longo das entrevistas. Os entrevistados sabiam que estavam conversando com uma pesquisadora do tema, vinculada à Universidade de Brasília, o que pode ter levado eles a subestimarem o próprio conhecimento para evitar constrangimentos, caso fosse feita alguma pergunta para a qual eles não tivessem resposta. Tentei enfatizar ao longo das entrevistas que estava buscando a opinião e percepção deles, que não havia resposta certa ou errada, mas é preciso considerar a possibilidade de, ainda assim, ter restado alguma tensão relacionada a isso. Porém, ainda considero que o ímpeto de dizer não entender ou não conhecer “o suficiente” diz algo a respeito da relação que os meus interlocutores estabelecem com suas famílias, comunidades e com a própria política.

Paula, uma senhora piauiense de 52 anos, disse que acha política legal, mas não se interessa muito porque “não tenho cabeça para isso”. Ela disse que não tem entendimento, ao contrário de uma amiga sua, quem a incentivou a voltar a estudar e a quem atribuí o nome ficcional de Yvonne, que “gosta e entende muito”. Em uma conversa com Yvonne, Paula lhe sugeriu que entrasse “na política”, pois “ela tem o maior jeito [...] ela sabe conversar, ela tem papo. Tem que ter papo. [...] Eu não sou assim, não tenho esse entendimento”. Mais à frente, ela opinou sobre o valor dos auxílios sociais, ao que eu apontei que ela tinha opiniões sobre política e ela respondeu: “é, eu acho legal, eu gosto também. É interessante. Só que eu não tenho entendimento, a inteligência. Não como outras pessoas têm”.

Perguntei-lhe se conversar sobre política é algo que é restrito a quem tem esse “entendimento”. Ela respondeu: “é. Aí eu fico mais escutando, entendeu. Tanto em casa quanto com Yvonne, porque eles sabem mais que eu”. Seu marido também é aluno do CESAS, e eles são colegas de sala. Paula me disse que ele é aposentado e ela, dona do lar; que ele a ajuda com as tarefas de casa e que frequentam uma igreja aos domingos. Eles costumam ver notícias: “a gente gosta. Meu marido, mais ainda. A gente sempre vê jornal, comenta as notícias”. É com os dois que Paula conversa sobre política, ou, como ela esclareceu mais tarde, eles falam de política com ela, que “fica só ouvindo”.

O relato de Paula dialoga bastante com o exemplo Bourdieu traz, em *A Distinção* (2011 [1979], p. 380), de uma faxineira que diz que caso “estivesse mais bem informada, as coisas seriam diferentes”, mas, para se informar “é necessário ter tempo”; ela conclui “ou seja, com mais informação, já se torna possível discutir mais com determinadas pessoas. Quando não se conhece muita coisa, fica-se um pouco à margem”. Mais à diante, ele explana como as mulheres

“estão prontas com mais frequência a reconhecer que a política é um assunto de especialistas” e que elas têm “maior tendência para delegar a outros – e, sem dúvida, em primeiro lugar, ao marido – sua capacidade de escolha política” (Bourdieu, 2011, p. 384).

Tanto Beatriz quando Daniela relataram algo como um desejo de aprofundar seus conhecimentos. Beatriz relatou uma “vontade de saber mais” quando foi perguntada quais sentimentos que a democracia e a política despertavam nela; “me interessa, mas não sei muito sobre”. Daniela, que nasceu na República Dominicana e vive no Brasil há cerca de oito anos, relatou conversar sobre a política de ambos os países com a família, assim como sobre outros lugares, como Estados Unidos, Israel e Palestina, “para desenvolver um senso crítico”; quando estávamos nos encaminhando para o final, disse se importar muito com a política brasileira, ainda que não vote em nossas eleições: “a democracia brasileira interfere diretamente na minha vida, então gosto de pensar e falar sobre. Mas ainda não sei muito, tenho que estudar mais”.

Ester falou que “não se interessa muito” quando foi perguntada sobre democracia. Ela complementou: “eu acho bom, acho que é uma coisa boa, que é melhor do que um regime de ditadura [...] mas eu não me envolvo muito, não procuro saber mais”. Manuela também disse se interessar “não muito” por política, ainda que vote em toda eleição; “não fico sabendo de tudo, não tenho tempo de ver tudo”, ela ainda disse na mesma frase. José, por outro lado, disse gostar de política e de se informar para não depender da opinião da mãe, e para Fábio, o conhecimento sobre política é importante para evitar que alguém que saiba mais consiga dominá-lo.

Perguntas sobre conhecimento factual são muitas vezes utilizadas nos *surveys* de comportamento político para aferir a competência política dos respondentes (Fuks, 2018). No estudo de Kuklinski *et al.* (2000), por exemplo, perguntou-se sobre os membros do Congresso e da Suprema Corte; Almond e Verba (1965, p. 58) perguntaram sobre líderes partidários e membros do governo e concluíram que alemães, ingleses e estadunidenses são mais bem-informados “segundo essa medida de informação política”. Cabe argumentar, no entanto, que essa é só uma face da informação política, e o fato de não haver preocupação com outros tipos de informação é parte da limitação desses estudos.

Não perguntei o que se entendia por cada termo para medir quão precisas são as definições dos meus interlocutores, não estou buscando apontar quantos sabem ou não os definir. As respostas relativas ao conhecimento acerca do tema foram espontâneas; em geral, se perguntava sobre interesse por política e os entrevistados traziam à tona a questão do conhecimento. Mais do que dizer quantos sabem mais, quantos sabem menos, as menções ao não-conhecimento servem para ilustrar como a política está distante de suas vidas, como eles

se sentem lidando com um assunto estranho. As definições, apesar de divididas, parecem apontar na mesma direção: muitos entrevistados definem política como algo que é feito pelos outros, e o voto aparece muitas vezes como única interferência deles nessa esfera.

Amanda, a primeira entrevistada, foi uma das que relatou desconforto com as brigas familiares por causa da política e mencionou a falta de vontade política de governadores e presidentes, pois há “muito o que eles podem fazer, eles só não fazem”. Sua mãe e irmão votam, mas ela, não, prefere “ficar do outro lado”. Ela elaborou: “eu acho que se eles tivessem interessados, se os políticos realmente tivessem interessados em trabalhar pra a gente, eu taria mais interessada [na política]”. Ainda que reconheça que Lula e Bolsonaro, candidatos de sua mãe e irmão, respectivamente, são diferentes, acha que a briga não compensa, visto que “nenhum dos dois tá fazendo as coisas pelo povo”.

Ao ser perguntada como se sente em relação à política, Úrsula relatou que não discute sobre o tema e que não é a favor nem de um lado nem de outro: “o pessoal fala mal da esquerda, da direita, mas são a mesma coisa, não tem diferença nenhuma; são pessoas do mesmo estilo, da mesma origem, do mesmo nível, farinha do mesmo saco”. Ela complementou: “eu vivo a minha vida, não me meto muito na política, não. Política é política, eles lá que se entendam”. Quando perguntei o que ela entendia por política, Úrsula respondeu que “essas decisões que eles tomam... é isso de ser candidato, ser eleito”. Essa percepção de política como algo que os políticos fazem se repetiu algumas vezes ao longo das entrevistas, como com Amanda.

Também nesse sentido foi a resposta de Beatriz, que se interessa “mais ou menos” por política; a primeira coisa que ela relatou pensar ao ouvir a palavra “política” foi “os políticos” e “as eleições, as coisas que eles fazem depois de eleito”. Mesmo entre pessoas que relataram mais interesse pelo tema, a distância entre políticos e cidadãos, entre representantes e representados, apareceu. Para Daniela, a política é muito importante, “afeta nosso cotidiano, o que a gente pode ou não fazer, como a gente vai ser tratado pelos outros”, mas a realidade é que “não entra quase nenhuma pessoa que já tenha experimentado viver entre as classes baixas, que conheça as necessidades gerais”, “existe uma grande linha dividindo o povo dos políticos”.

A visão de Schumpeter (2017) de política prescreve que ela é algo que os políticos fazem; os cidadãos são meros eleitores, não devem se preocupar com aquilo que é o exercício de políticos profissionais, mas respeitar a divisão de trabalho. Apesar de não ser a única interpretação da política, é a predominante na ciência política *mainstream* e encontra ressonância também na sociedade. Entre os participantes desta pesquisa, foi comum a resposta que política é “o que os políticos fazem”, ou, como colocou Kleber, política é “eleições, essas coisas”; para Ícaro, é “eleição, essas coisas assim; campanha, protesto”.

Por outro lado, houve, também, quem trouxesse uma compreensão mais abrangente do termo. Para Tânia, “política não é só aquele meio de política. Política envolve muitos argumentos, muitos momentos. A cada dia que passa, a gente tá vivendo uma política”. Segundo ela, “não é só um momento ali, aquele pessoal, aqueles políticos, fazendo aquilo. Acho que política é nosso meio. Em geral, o dia a dia é uma política. Então a gente está dentro, a gente também faz política, faz parte da política”. Ela trouxe a dimensão da representação para sua resposta: “a gente tem que estar acompanhando eles lá, o que eles tão fazendo, porque, afinal, eles estão lá pra nos representar”.

A representação apareceu em mais alguns momentos, sendo parte da definição de política e alvo de críticas. Para Manuela, política é “tudo que a gente faz na cidade, uns com os outros. Tem a política dos ônibus, [...] pra decidir a quantidade e a qualidade, tem política dos salários, do trabalho. E tem a política das eleições, quando se escolhe os representantes”. Os representantes, ela disse, “têm que representar os interesses das pessoas. A gente escolhe um pra votar, mas quando ele chega lá, ele é representante de todo mundo, mesmo quem não votou nele. Não dá pra agradar todo mundo, mas não dá também pra faltar [...]”. Daniela disse que é difícil se sentir representada quando “a maioria que tá nos partidos e concorre nas eleições já vem de dinheiro, de família poderosa” e não conhece “nossas dores, nossas vivências”.

Além da concepção de política, também se perguntou sobre as interpretações do termo “democracia”. Em geral, os interlocutores faziam uma referência à dualidade entre democracia e autoritarismo; é predominante essa definição de democracia como algo oposto a regimes de exceção e ditatoriais, assim como a associação entre democracia e direitos. Alguns entrevistados chegaram a se referir a aulas que tiveram no CESAS sobre o assunto: quando perguntei se Kleber conversava sobre política com alguém, ele disse que conversava com a mãe, e “às vezes aqui no colégio. A gente tava comentando sobre política no corredor hoje mais cedo, inclusive. Tem uma aula que a gente fala sobre democracia, essas coisas”. Ele a definiu como “uma forma de governo, oposta ao autoritarismo” e “algo que envolve política, envolve eleição, mas é mais que isso. É, tipo, nossos direitos também”.

Beatriz, de 60 anos, disse que pensava principalmente em “direitos, liberdade” quando ouviu a palavra democracia. Ela elaborou: “a gente estudou aqui sobre a época da ditadura militar, e como tem países hoje em dia que ainda são assim, as pessoas não têm os direitos delas...”; em seguida, “eu vivi a ditadura... mas não sabia o que era, como era as coisas. Hoje eu sei mais, porque tô podendo estudar mais. Naquela época, não devia nem ter escola ensinando isso. Acho que poder estudar sobre isso também é democracia”.

Similarmente, Carlos, de 69 anos, insiste em votar toda eleição, por fazer “parte da democracia nacional brasileira”; ele complementou: “passei pelo momento de ditadura e sofri muito” e, com a democracia, “a coisa melhorou mais um pouco”. Perguntei-lhe, então, o que compreendia por democracia, ao que respondeu “a democracia, pra mim, eu penso assim, a democracia é você ter o direito de ler, escrever e falar”. Carlos continuou:

quando era a ditadura, as pessoas não podia votar, não podia se pronunciar. Quem fazia greve, era demitido, era preso. Agora, a gente pode falar. Agora tem mais escola pras pessoas, a gente aprende a ler, a escrever, aprende sobre o que é política, o que é direito nosso. A democracia é também poder saber o que tá acontecendo, poder se mexer pra mudar as coisas (Carlos).

A associação que Beatriz e Carlos fazem entre democracia e aprendizado é emocionante. Ambos foram alfabetizados já mais velhos, através da Educação de Jovens e Adultos, num país redemocratizado. Em 1967, durante da ditadura militar, foi instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), mas os dados de sua eficácia não se comprovaram na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE); o MOBRAL foi extinto em 1985 e posteriormente substituído pela EJA, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996). Carlos veio em 1989, trabalhava com armação de ferro; seus filhos e esposa vieram um pouco depois. Ele se aposentou em 2015 e, em 2017, pôde iniciar os estudos – “eu cheguei aqui, eu não sabia ler, não sabia escrever, não sabia fazer conta [...] mas agora eu melhorei muito”, ele disse. Beatriz veio quando tinha 20 anos, para trabalhar na casa de uma família de estrangeiros, e também só voltou a estudar ao se aposentar.

A definição de democracia como oposta ao autoritarismo foi recorrente, assim como a menção a direitos e liberdades. Para Roberto, “a nossa democracia existe porque nós somos um país de liberdades, liberdades múltiplas, de múltiplas escolhas”, em seguida, ele menciona “esses regimes ditatoriais mundo afora, aqui próximo nosso mesmo, na Venezuela, Cuba [...]”. Manuela disse que democracia “é tudo que a gente tem; o direito de votar, de poder falar em quem vai votar, mas também de não falar, direito de poder protestar, ser contra alguma coisa”. Ela continuou: “é uma coisa que a gente não vê, dá até pra esquecer que ela tá ali, a gente lembra quando tentam tirar ela da gente, que nem o Bolsonaro, que não queria deixar o povo votar em outro candidato, que incentivou aquela loucura lá de invadir o Congresso”.

Amanda também foi nessa direção: “democracia... ah, a gente viu agora há pouco, né, quando tentaram burlar, fizeram aquelas cachorrada toda, quebraram, invadiram”, e disse concordar com a punição de quem participou da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Ela ainda complementou: “foi um ano de medo [...], antes, o presidente Bolsonaro queria a volta da

ditadura militar, isso assusta muitas pessoas, quem viveu a ditadura [...]. Era muito violento, você não tinha liberdade, não tinha direitos. A democracia é ter esses direitos”. Ester e Beatriz, como explorado acima, também fizeram referência ao antônimo de democracia ao defini-la.

Alguns interlocutores também elaboraram sobre a necessidade de melhorias na democracia. Perguntei a Tânia o que ela achava da democracia, se ela acha um bom sistema ou que podia ser diferente, e ela respondeu “acho que está no meio termo, né? Porque, querendo ou não, nas situações que a gente vê, a democracia tá um pouco... meia desfocada. [...] Acredito que ela não está 100%, mas está no caminho. Pode melhorar”. Para Fábio, “a democracia que acontece não é muito bem uma democracia”, que é “uma coisa muito linda, pra mim significa ter escolha, liberdade”, mas, ainda que se tenha “mais liberdade do que já tiveram uns anos atrás”, ainda não é o ideal:

acho que deviam criar um novo sistema, pra ter mais liberdade do que temos hoje em dia. Porque na relação democracia e capitalismo, essa democracia que a gente tem hoje... a gente é muito limitado pelo capital. Pelo menos a gente tem mais liberdade do que na época do regime militar, por exemplo, mas é uma liberdade que depende do dinheiro de cada um (Fábio).

Otávio disse que democracia é “onde a política acontece”, “é quando a gente tem nossos direitos, quando podemos votar”, mas apontou que há “níveis de democracia, porque a gente pode fazer política, pode votar, mas não tem todos os direitos. Quem tem mais dinheiro, tem mais direito. Ou, pelo menos, pode usar de mais direitos”. Vitor, imigrante sírio, quando lhe pedi que falasse sobre democracia, disse que “no Estados Unidos, falam democracia, mas não é uma democracia pra todos. Se você é pobre, [...] se ficar doente, vai morrer no hospital e ficar devendo, porque as contas são muito caras. Isso afeta sua vida, afeta a política”. Em relação ao Brasil, ele disse “aqui, tem o SUS, tem saúde pública, tem auxílio. Isso é democracia, é pensar nos outros”.

Para Nicolas, “é isso do governo [...], é poder ter sua religião, praticar, ir à igreja sem ser perseguido por isso. Poder falar o que pensa, e de quem venceu poder governar”. Há, de fato, uma ênfase na dimensão dos direitos e liberdades, como notado por Moisés (2010); porém, há também uma insatisfação com alguns aspectos do sistema, o que mostra que a baixa “competência política” (cf. Almond e Verba, 1965) não é suficiente para tornar as pessoas conformadas com as desigualdades que enfrentam.

A falta de interesse e/ou conhecimento em relação à política não é nem natural, parte da biologia de algumas pessoas, nem algo da qual elas são as únicas culpadas, pois não é feita uma escolha ativa e consciente pelo desinteresse, mas é consequência da democracia em que vivemos, na qual a ininteligibilidade do sistema é parte proposital dele. Como colocam Miguel

e Vitullo (2020, p. 13), “o isolamento da democracia em relação à vida vivida é condição necessária para que ocorra esta desconexão entre o cidadão, portador de direitos políticos, e os sujeitos socialmente situados”.

Os entrevistados também foram perguntados sobre o voto; para além de saber sobre o título de eleitor, as perguntas sobre o voto puderam mostrar um pouco do que se pensa sobre o processo político e a própria política institucional. Como discutido acima, apareceu com frequência como componente da definição de política e democracia, mas, ao mesmo tempo, muitos dos interlocutores relataram não votar em todas as eleições, principalmente entre os mais jovens. No Brasil, é facultativo o voto para pessoas analfabetas e pessoas de 16 até 18 anos, quando se torna obrigatório; no entanto, alguns entrevistados, ainda não haviam votado.

É o caso de Ícaro, de 20 anos, e Leonardo, de 22, que ainda não tiraram o título de eleitor. José, de 37 anos, também não vota, pois seu título está irregular. Ester, de 19 anos, relatou não ter votado para presidente ainda, “só pra prefeito, lá na minha cidade”; ela é pernambucana, natural de Brejo da Madre de Deus, e residia em Caruaru antes de mudar-se para Brasília em dezembro de 2022, e chegou a trabalhar como voluntária em campanhas. Havia reuniões com os candidatos e outros voluntários, porém, eram espaços de diversão, não necessariamente se falava de política. Na eleição municipal de Caruaru de 2020, Ester relatou “só” ter acompanhado as campanhas e ido votar, mas:

quando eu ficava em Brejo da Madre de Deus, lá sempre os vereadores chamavam pra fazer campanha na rua, eu sempre trabalhava pra um ou pra outro lá. Lá tem dois partidos, o amarelo e o azul. Minha família lá do Brejo é mais do partido amarelo, eu sempre trabalhava pro partido amarelo. Eu sempre ia, pra vários vereadores. [...] Era voluntário, a gente não recebia dinheiro não. A gente entregava panfleto, fazia umas reuniões, aqueles encontros de som pra passar as músicas deles, fazia tipo uma coisas privadas, umas festinhas privadas... Aí a gente ia, eles falavam sobre o que a gente ia fazer, tinha as roupa, os bonés que a gente usava... (Ester).

Daniela e Vitor não são brasileiros, então também não votam nas eleições. Gisele não vota e disse que “se eu fosse votar, seria nulo”; ela aprendeu com o primo, com quem mora, que é melhor pagar a multa do que votar. Amanda, como já relatado, não vota. Heitor disse que estava sem título “por enquanto”, porque “tem que regularizar”. Ele falou que não se interessa muito por política e que “não costuma conversar tanto sobre isso” com a esposa, mas ela e sua mãe, que moram junto com ele e os dois filhos pequenos do casal, votam. Heitor falou, ainda, sobre a dificuldade que passa em relação a condições materiais, visto que ele e a esposa estão desempregados, e o Bolsa Família “ajuda, mas não resolve” a situação da família. Quando perguntei como estava sendo para fazer feira, ele completou:

não tem muita facilidade, é meio difícil. E, como eu não voto, fica mais difícil. Porque às vezes, em ano que tem eleição, eles podem te ajudar, os políticos, entendeu. Dando uma coisa ou outra se você mostrar o título, mas eu tô sem o meu, então não tem isso.

E o recurso que a gente tem não é muito... por isso que eu tô correndo atrás dos estudos, pra ver se a gente consegue mais coisa, no caso. Pra correr atrás de serviço tem que ter o segundo grau (Heitor).

Tânia, de 44 anos, é casada, mora com seu esposo e os dois filhos do casal, e todos votam. Roberto e Sílvia (55 e 48), casal que entrevistei em conjunto, também votam e costumam conversar com os dois filhos sobre política – “isso de política mesmo, é uma coisa que se aprende. Você aprende a se importar quando as pessoas a seu redor se importam também. Você aprende a consciência”, Roberto me disse. Nas conversas sobre política, a postura dos pais é de aconselhar, “mas deixa eles livres pra eles fazem o que eles acharem melhor”, “eles são livres para escolherem os próprios candidatos”, como disse Sílvia.

Fábio fez 18 anos após as eleições de 2022, e também não tinha título à época da entrevista, mas disse ser bastante interessado pelo tema e estudar por conta própria, para além das campanhas. A conversa com Fábio foi uma das mais longas (20 minutos e 53 segundos), tanto porque ele respondia com profundidade às minhas perguntas, quanto porque se mostrava disposto a seguir respondendo, como ocorreu com Roberto e Sílvia, Daniela, Úrsula e Ester (35 minutos e 12 segundos, 34 minutos e 14 segundos, 20 minutos e 58 segundos e 19 minutos e 28 segundos, respectivamente).

Fábio, quando lhe perguntei se ele tinha mais algum comentário a fazer sobre política, defendeu que mais importante do que gostar de um político é acompanhar o que está sendo feito e “escolher com base nisso, nas ideias que eles colocam em prática, não por gostar”. Sobre quem não vota, ele defendeu a decisão, “se a pessoa não quer votar, não tem que votar, é a opinião dela [...] eu sou totalmente contra o voto utilitário. Eu acho que o voto utilitário é você não saber [...] e ir na ideia dos outros”. O voto, para ele, não devia ser obrigatório:

[...] eu acho que se as pessoas ensinassem a votar, ótimo ter voto obrigatório. Só que as pessoas não ensinam a votar... Não se fala sobre política na escola, não tem aula sobre política. Aí como é que vai ser obrigatório? A galera vai pela opinião dos outros. [...] E aí outra pessoa vai decidir por elas, elas não vão nem saber dos direitos delas, vão só ter que obedecer, e, às vezes, obedecer a coisas ruins pra elas. Mas se tivesse diálogo desde antes, se a gente estudasse e conversasse desde sempre sobre política, as pessoas iam ter outra relação com a política. Enquanto não tem isso, enquanto não é assim, acho que não devia ser obrigatório (Fábio).

Carlos faz questão de votar todas as eleições, o mesmo é verdade para Beatriz, Otávio, Nicolas, Roberto e Sílvia, todos mais velhos que os respondentes que não votam; Kleber e Ester são os únicos jovens que votam, mesmo ela não tendo votado nas últimas eleições. Roberto, assim como os outros que votam, aponta o voto como uma obrigação do cidadão, e como algo essencial para a coletividade: “as pessoas falam às vezes que não adianta votar, mas sim, adianta sim. Se o justo não faz o seu papel, o injusto vem e faz para você”. Para Otávio, “através da

política a gente pode mudar as coisas. Tanto escolhendo outras pessoas, como na eleição de 2022, como conversando sobre isso, porque se a gente conversa desde agora, pode ir mudando a cabeça das pessoas [...]”. Dagnino *et al.* também notaram que alguns respondentes “o voto um instrumento importante de participação e de mudanças na sociedade, [...] e, para alguns, constitui-se numa possibilidade de mudança” (Dagnino; *et al.*, 1998, p. 41).

As perspectivas positivas em relação ao que a política significa e pode trazer para os respondentes, bem como os elogios à democracia, podem ter existido entre meus interlocutores graças ao fato de, independente da idade e posicionamento político, eles estarem em uma escola pública que, como eles mesmos relataram, levanta discussões sobre a ditadura militar e, de forma mais ampla, a história do Brasil e a cidadania neste país. Ter entrevistado alunos e, principalmente, ter feito isso dentro da escola que eles frequentam, pode ter enviesado as repostas num sentido de maior apreço e mais otimismo.

Apesar de ter obtido respostas simpáticas à democracia, à política e até, ocasionalmente, à institucionalidade dada, a sensação de distanciamento foi disseminada, assim como uma compreensão de uma certa ineficácia da participação; Carlos, de 69 anos, relatou votar em todas as eleições, como já mencionado, mas também disse que “pouco eu me interessar por política... porque os políticos hoje prometem e, muitas vezes, não cumprem” e que “mesmo eles enganando a gente, a gente tem que votar”.

Percebe-se que aquilo que os comportamentalistas identificam como apatia, quando investigado a partir de outro referencial teórico, é uma resposta ao sistema como existe hoje. Nas palavras de Trindade, há “um conjunto de fatores que faz com que as pessoas se desinteressem por uma participação mais engajada na vida pública, e por isso é equivocado afirmar que o desinteresse da maioria pela política seja algo natural” (2014, p. 50). O diálogo atento com as pessoas que seriam meramente classificadas como membros de uma “cultura política paroquial”, por exemplo, ou como “apáticas”, mostra que essas categorias não comportam as complexidades que levam elas a agir de determinada forma e, além disso, disfarçam as desigualdades estruturais das democracias liberais.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa partiu do argumento de que há uma congruência entre a teoria democrática formulada por Schumpeter e os posteriores estudos empíricos de democracia, que são limitados pelo aceitamento tácito dos pressupostos schumpeterianos, ainda que não haja uma referência direta a ele. O objetivo geral, então, era explicitar o elo que existe entre os pressupostos da teoria democrática procedimental e as conclusões das investigações do comportamento político. Havia três objetivos específicos:

- (i) construir uma reflexão teórica que denotasse o escoamento da teoria schumpeteriana para a teoria do comportamento;
- (ii) compreender melhor no que consiste as conclusões das obras comportamentalistas, ou seja, o que é apatia política e os porquês de ela ocorrer;
- (iii) compreender quais são as percepções que pessoas “apáticas” têm de democracia, política e participação.

A reflexão relacionada à predominância da teoria democrática schumpeteriana foi abordada no primeiro capítulo. Inicialmente, foi feita uma sumarização da definição procedimental de democracia, proposta por Schumpeter (2017) e “aperfeiçoada” por Dahl (1956) e Downs (1957), que posteriormente foi operacionalizada por pesquisas empíricas de comportamento eleitoral e cultura política. Nelas, eram aceitas as concepções elitistas que Schumpeter tinha acerca da natureza humana e da organização social (Miguel, 2002a; 2016); se compreendia que sempre haveria governos minoritários, que um “governo” do “povo” era impossível, pois a maioria era egoísta e incapaz de tomar decisões, então sua participação política deveria ficar restrita ao voto. Ainda quando não há uma menção direta a Schumpeter, há referência a um de seus discípulos, como no caso de Almond e Verba (1965), por exemplo, que citam a proposta de Dahl (1956) de controle de lideranças como definição de democracia.

A definição procedimental de democracia perpassa diversos estudos e foi adaptada de muitas maneiras. Seu escoamento, no entanto, restringe as conclusões às quais os autores chegam; as investigações empíricas de democracia já partem do pressuposto de que as pessoas são desinteressadas e que, ainda assim, a democracia funciona porque as elites ou lideranças exercem bem o seu papel, não há uma discussão em relação ao que seria um bom funcionamento ou um bom exercício de função, ou que função é essa, então, conseqüentemente, seus achados também apontam nesse sentido. Presume-se que a competição eleitoral e o arcabouço institucional dado são suficientes para cumprir as exigências da democracia. O desinteresse a apatia, como Schumpeter argumenta, são conseqüências da natureza humana, o que possibilita

a argumentação de Almond e Verba (1965) sobre a competência política das pessoas: algumas acreditam ser competentes e outras não, algumas vão participar e outras não, simples assim.

A distribuição desigual da participação, competência a apatia na sociedade foi um dos pontos centrais da crítica de Pateman à teoria da cultura cívica de Almond e Verba, que seria essencialmente uma cultura da participação da classe média masculina e da não-participação da ampla população (Pateman, 1980, p. 79). O argumento da autora, também presente em sua obra anterior, *Participação e teoria democrática* (Pateman, 1992), em Macpherson (1977) e em Bachrach (1980; 1992), é que a apatia não era uma característica natural e intrínseca de alguns cidadãos, mas uma resposta a “um sistema político muito pouco permeável à influência das pessoas comuns” (Miguel, 2016, p. 115).

Os estudos de comportamento político do século XX, em especial *Voting, The American Voter* e *The Civic Culture*, com os quais dialogamos nesta dissertação, analisavam o envolvimento dos cidadãos enquanto eleitores com a política institucional, notavam que determinados grupos participavam sistematicamente e, ainda assim, concluíam que algum nível de apatia era necessário para a estabilidade ou o sucesso dos regimes realmente existentes sem nunca terem provado esse requerimento, como apontam Duncan e Lukes (1963). As críticas a essa vertente, e, de forma mais geral à definição competitiva de democracia, que a une a Schumpeter e Dahl foram apresentadas no segundo capítulo, que tinha como motivação principal a explicação do que é a apatia que é abordada nessas obras e porque ela existe.

Os críticos da democracia procedimental não buscavam trazer de volta as concepções “irrealistas” em relação aos cidadãos que os “clássicos” mantinham nem afirmar que eram todos ativistas altruístas, mas argumentavam que a visão “realista” (ou cínica) de Schumpeter e, em seguida, dos comportamentalistas também tinham uma carga normativa; como Miguel sintetiza, não se contesta “o fato de que a maior parte das pessoas, na maior parte do tempo, é apática, desinformada e desinteressada”, o que se afirma “é que todos temos, *em potencial*, condições de entender e atuar de forma ativa na discussão e na gestão dos negócios públicos”; os participacionistas “rompem com a ideia, central para o *mainstream* da teoria democrática liberal, de que agir politicamente é um dom da ‘elite’” (Miguel, 2017, p. 90).

A apatia, deste modo, é um padrão de comportamento; porém, não ocorre naturalmente em algumas pessoas por causa de sua biologia, e tampouco pode se dizer inequivocadamente que é uma virtude da qual o futuro das democracias depende. A apatia é influenciada pela distribuição desigual de tempo e recursos materiais, e por isso é maior entre mulheres, trabalhadores e pessoas não-brancas, como os próprios dados dos *surveys* conduzidos pelos comportamentalistas mostram. Essencialmente, a apatia é uma resposta a um sistema político

que notadamente é menos sensível a alguns interesses e uma consequência da exclusão deste sistema que algumas pessoas enfrentam.

Um dos objetivos desta pesquisa ainda era uma refletir sobre as percepções que as pessoas que de fato participavam menos da política institucional têm da política, da democracia e da participação em si; qual a concepção desses termos para essas pessoas? Como elas interpretam a própria atuação? Como se sentem em relação à política? Como se relacionam com a política? Essas e outras questões não teriam como ser respondidas apenas através de uma reflexão teórica, seria necessário ouvi-las, por isso, para concretizar o terceiro objetivo, optou-se por uma pesquisa qualitativa a partir de um estudo de caso.

Na literatura de comportamento político, o consenso é de que pessoas que se sentem menos capazes de influir sobre o sistema, ou seja, têm menor competência subjetiva, participam menos; a competência subjetiva, por sua vez, tem alta correlação com o status socioeconômico, escolaridade e gênero dos indivíduos. Como o objetivo era ouvir pessoas consideradas apáticas (ainda que estas não o fossem, ou que participassem de uma forma diferente do que os comportamentalistas prescreviam) para compreender as relações que elas têm com a política e a democracia, e quais são suas percepções sobre o tema, os interlocutores escolhidos foram alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Brasília.

Toda escolha feita em uma pesquisa vai gerar consequências para o trabalho. A opção por buscar um diálogo com alunos da EJA me trouxe benefícios e desvantagens. O primeiro benefício, sem dúvidas, foi a facilidade de ter uma escola (e uma respectiva equipe pedagógica) intermediando a relação, então os alunos tinham alguma garantia de quem eu era e de que não seriam expostos a riscos ou constrangimentos, pois além de cada um dos entrevistados terem recebido o termo de compromisso que assinei junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília, sabiam que a coordenação também estava ciente do meu trabalho ali. Além disso, todos estavam dentro da escola que frequentam diariamente, não precisaram se deslocar ou modificar suas rotinas, e todos os dias que fui à escola conversei com alguém.

Uma das desvantagens é a especificidade do grupo e a quantidade das entrevistas, que por serem semiestruturadas e em profundidade, demandavam tempo e dedicação, então foram feitas apenas vinte. Os achados certamente não são representativos da população brasileira ou de pessoas que poderiam ser consideradas “apáticas” pela literatura. Ainda assim, é um caso que permite ilustrar algumas das lacunas das pesquisas por *surveys* e dos estudos de comportamento político: a taxa de não-resposta nos *surveys* é similarmente relacionada ao gênero, raça, escolaridade e status socioeconômico dos respondentes, como Bourdieu elabora

(1973; 2011), e seu caráter objetivo pode mascarar cadeias de raciocínio que são melhores acessadas através de conversas.

As entrevistas revelaram que muitos dos interlocutores de fato não se interessam por política e até não participam na arena formal, mas têm motivações e oferecem explicações interessantes. A ciência política tradicional costuma enxergar a participação apenas em relação ao momento eleitoral, como Milbrath (1965) ou Verba e Nie (1972). Partindo dessa compreensão, de fato, a apatia seria mais prevalente entre os interlocutores desta pesquisa; muitos relataram não ter título de eleitor, ou mesmo o possuindo, não votar. Segundo os pressupostos e conclusões da ciência política *mainstream*, há de fato uma não participação entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos.

No entanto, o que se percebe a partir da escuta e compreensão das percepções dos entrevistados, é que não há uma apatia no sentido que os comportamentalistas preconizavam, de total passividade e desinteresse. O que existe é um sentimento de distanciamento da política formal, uma sensação de impotência e de inutilidade da participação política, embora se reconheça a importância da política e se valorize a democracia. Atribuir o diagnóstico de “apática” a qualquer pessoa ou população a partir de respostas a questionários sem ouvir o porquê de elas não se interessarem ou relatarem não votar é não entender a relação que existe entre as experiências pessoais e subjetividades e as estruturas políticas e as diferentes oportunidades que são oferecidas a grupos diferentes.

Em suma, não se pretendia testar qualquer teoria ou averiguar se há participação ou não entre um grupo a ser entrevistado e quão intensa ela é. O objetivo geral desta dissertação era esclarecer a ligação entre a teoria schumpeteriana e a teoria do comportamento político, entendendo como essa união influenciava as conclusões dos estudos comportamentalistas que, apesar de serem frutos de pesquisas empíricas e metodologias e ferramentas sofisticadas de análise de dados, também carregam em si uma dose de normatividade e refletem os pressupostos e visões de mundo desses pesquisadores. A realização das entrevistas foi um dos passos que nos permitiu, a partir de um esforço de escuta e compreensão de outros pontos de vista, entender mais sobre a apatia e as concepções variadas que existem, dentro e fora da academia, de democracia, política e participação.

O escopo deste trabalho, por limitações de tempo e espaço, restringiu-se a apenas as primeiras obras de uma tradição e de cada um dos autores, e isso consequentemente limita nossas contribuições; por outro lado, priorizamos a análise cuidadosa das obras selecionadas e uma argumentação embasada. Uma futura agenda de pesquisa poderia tratar da influência da democracia elitista-competitiva nos livros seguintes de Dahl, como *Who Governs?* (1961) e

*Polyarchy* (1971), nos estudos ortodoxos de participação, com uma reflexão mais aprofundada acerca das obras *Political Participation* (Milbrath, 1965) e *Participation in America* (Verba; Nie, 1972) ou nos desdobramentos dos estudos de cultura política com Inglehart (1977) e Putnam (1993; 2000), bem como dar espaço para o debate sobre ideologia do eleitorado brasileiro, protagonizado por Singer (2000) e Carreirão (2002). Ainda assim, esta dissertação cumpriu seus objetivos de pesquisa e esperamos que influencie novos estudos críticos à teoria democrática, à ciência política e à ordem vigentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHEN, Christopher; BARTELS, Larry. **Democracy for Realists: Why Elections Do Not Produce Responsive Government**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

ALCÂNTARA, Pedro Henrique. **As elites contra a democracia: a concepção minimalista no campo hegemônico da teoria democrática**. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v. 7, n. 2, 2017.

ALMOND, Gabriel. The Intellectual History of the Civic Culture Concept. *In*: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little, Brown and Company Inc., 1980, chap. 1, pp. 1-36.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Boston: Little, Brown and Company Inc., 1965 [1963].

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little, Brown and Company Inc., 1980.

BACHRACH, Peter. **The Theory of Democratic Elitism: A Critique**. Lanham: University Press of America, Inc, 1980.

BACHRACH, Peter; BOTWINICK, Aryeh. **Power and empowerment: a radical theory of participatory democracy**. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

BALLESTRIN, Luciana. **O Debate Pós-democrático no Século XXI**. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, pp. 149-164, 2018.

BAPTISTA, Leonardo. **O Conceito de Cultura Política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea**. Anais do V Encontro Internacional UFES. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/ufesupem/article/view/11781>>. Acesso em 19 set. 2024.

BARTELS, Larry. The Study of Electoral Behavior. *In*: LEIGHLEY, Jan. **The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior**. New York: Oxford University Press Inc., 2010, pp. 239-261.

BERELSON, Bernard. **Democratic Theory and Public Opinion**. *The Public Opinion Quarterly*, v. 16, n. 3, pp. 313-330, 1952.

BERELSON, Bernard; LAZARFELD, Paul; MCPHEE, William. **Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign**. Chicago: The University of Chicago Press, 1954.

- BØLSTAD, Jørgen. Is There a Rational Public? *In*: FISHER, Justin; *et al.* (ed.). **The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion**. New York: Routledge, 2018, chap. 30, pp. 383-393.
- BORBA, Julian. **Participação Política**: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, pp. 263-288, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A opinião pública não existe**. *Les Temps Modernes*, 318, pp. 1-12, 1973. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1464421/mod\\_resource/content/1/A\\_Opini%C3%A3o\\_P%C3%BAblica\\_N%C3%A3o\\_Existem\\_Pierre\\_Bourdieu.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1464421/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existem_Pierre_Bourdieu.pdf)>. Acesso em 8 ago. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2011 [1979].
- BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Vários tradutores. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012 [1993].
- BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo Cesar. **Entre o trabalho e a escola**: cursos de vida de jovens pobres. *Educação & Realidade*, v. 48, pp. 1-21, 2023.
- CARREIRÃO, Yan. **Identificação ideológica e voto para presidente**. *Opinião Pública*, v. VIII, n. 1, pp. 54-79, 2002.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. **Cultura política**: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 2, n. 1, pp. 1-32, 2008.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; SANTOS, Débora de Oliveira; BEAL, Luana Isabelle. **A Armadilha da Cultura Cívica Revisitada**. *Revista Debates*, v. 16, n. 2, pp. 09-28, 2022.
- CESAS – Centro de Educação Jovens e Adultos da Asa Sul. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-projetos-pedagogicos-das-escolas/>>. Acesso em: 4 nov. 2023.
- CNUDE, Charles; NEUBAUER, Deane (ed.). **Empirical Democratic Theory**. Chicago: Markham Publishing Company, 1969.
- DAGNINO, Evelina; *et al.* **Cultura democrática e cidadania**. *Opinião Pública*, v. V, n. 1, pp. 20-71, 1998.
- DAHL, Robert. **A Preface to Democratic Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

- DAHL, Robert. **Who Governs?** Democracy and Power in the American City. New Haven: Yale University Press, 1961
- DAHL, Robert. **Polyarchy:** Participation and Opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.
- DALTON, Russell J. **Citizen Attitudes and Political Behavior.** *Comparative Political Studies*, v. 33, n. 6/8, August/September, pp. 912-940, 2000.
- DUAILIBE, Karina Damous. **Opinião pública e surveys servem à democracia?** Elementos para uma reflexão. 2023. 156 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2023.
- DUNCAN, Graeme; LUKES, Steven. **The New Democracy.** *Political Studies*, v. XI, n. 2, pp. 156-177, 1963.
- DOWDING, Keith. Rational Choice Theory and Voting. *In: FISHER, Justin; et al. (ed.). The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion.* New York: Routledge, 2018, chap. 3, pp. 30-40.
- DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy.** New York: Harper & Row Publishers, Inc., 1957.
- FAGUNDES, Bruno F. L. **Matrizes do pensamento culturalista:** Tocqueville e Almond-Verba. *Lua Nova*, n. 74, pp. 131-150, 2008.
- FISHER, Maria Clara Bueno; GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. **Trabalho, Educação e Emancipação Humana:** A Afirmação da EJA como um Direito. *Arquivos analíticos de políticas educativas*, Dossiê Educação de Jovens e Adultos II, vol. 22, n. 65, 2014.
- FUKS, Mário. **Expandindo o conceito de competência política:** conhecimento político e atitudes democráticas na América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 68, pp. 61-74, 2018.
- FUKS, Mário; MARQUES, Pedro Henrique. **Polarização e contexto:** medindo e explicando polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, pp. 560-593, 2022.
- GERRING, John. **What Is a Case Study and What Is It Good For?** *American Political Science Review*, Cambridge, vol. 98, n. 2, pp. 341-354, May 2004.
- GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; FISHER, Maria Clara Bueno. **Escola, trabalho e gênero:** uma experiência da Educação de Jovens e Adultos de Porto Alegre. *Educar*, v. 35, n. 75, pp. 335-354, 2017.

- GOULART, Barbara. **O conceito de cultura política nas ciências sociais e as especificidades brasileiras**. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 5, n. 1, pp. 111-133, jan./jun. 2015.
- GRYNSZPAN, Mario. **A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada**. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 41, 1996.
- GURZA LAVALLE, Adrian. Participação, (des)igualdade política e democracia. *In: MIGUEL, Luis Felipe (org.). Desigualdades e Democracia*. São Paulo: Editora Unesp, 2016, capítulo 5, pp. 171-202.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. **As Três Versões do Neo-institucionalismo**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, 2003.
- HELD, David. **Modelos de Democracia**. Trad. Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.
- HOLLANDA, Cristina B. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- HUTCHINGS, Vincent; JEFFERSON, Hakeem. The Sociological and Social-Psychological Approaches. *In: FISHER, Justin; et al. (ed.). The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion*. New York: Routledge, 2018, chap. 2, pp. 21-29.
- INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, Ronald. **The Renaissance of Political Culture**. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, 1988.
- INGLEHART, Ronald. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton: Princeton University Press, 1989
- KNUTSEN, Oddbjørn. Attitudes, Values and Belief Systems. *In: FISHER, Justin; et al. (ed.). The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion*. New York: Routledge, 2018, chap. 27, pp. 343-356.
- KUKLINSKI, James; *et al.* **Misinformation and the Currency of Democracy Citizenship**. *The Journal of Politics*, v. 62, n. 3, 2000.
- LOWNDES, Vivien; MARSH, David; STOKER, Gerry (ed.). **Theory and Methods in Political Science**. London: Palgrave Macmillan, 2018, 4<sup>o</sup> ed.
- MACALLISTER, Ian. Democratic Theory and Electoral Behavior. *In: FISHER, Justin; et al. (ed.). The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion*. New York: Routledge, 2018, chap. 1, pp. 9-20.
- MACKIE, Gerry. **Schumpeter's Leadership Democracy**. *Political Theory*, v. 31, n. 1, pp. 128-153, 2009.

- MACPHERSON, C. B. **The Life and Times of Liberal Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. *Educação e Pesquisa*, vol. 30, n. 2, pp. 289-300, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, pp. 621-626, 2012.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982 [1911].
- MIGUEL, Luis Felipe. **A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo**. *Dados*, v. 45, n. 3, pp. 483-511, 2002a.
- MIGUEL, Luis Felipe. **As duas lógicas da ação comunicativa: democracia e deliberação no debate contemporâneo**. *Teoria & Sociedade*, v. 10, p. 104-143, 2002b.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Uma democracia esquelética**. *Revista Política & Trabalho*, n. 18, 2002c.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento**. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 59, pp. 5-42, 1. semestre, 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e sociedade de classes**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, pp. 93-117, 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Desigualdades e Democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Resgatar a representação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo**. *Lua Nova*, n. 100, pp. 83-119, 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Jornalismo, polarização política e a querela das fake news**. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, julho/dezembro 2019.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia**. *Argumentum*, v. 13, n. 2, pp. 8-20, 2021.
- MIGUEL, Luis Felipe; VITULLO, Gabriel Eduardo. **Democracia, dominação política e emancipação social**. *Crítica Marxista*, n. 51, pp. 11-35, 2020.
- MILBRATH, Lester. **Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?**. Rand, McNally & Company, 1965.
- MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- MOISÉS, José Álvaro. **Os significados da democracia segundo os brasileiros**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, pp. 269-309, 2010.

- MOISÉS, José Álvaro. **Corruption in the perception of the Brazilian society**: persistence and resilience. *Opinião Pública*, v. 29, n. 2, pp. 270-303, 2023.
- MOSLEY, Layna. **Interview Research in Political Science**. Ithaca: Cornell University Press, 2013.
- NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo**: como a polarização política divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2023.
- OLIVEIRA, Carlos; TURGEON, Mathieu. **Ideologia e comportamento no eleitorado brasileiro**. *Opinião Pública*, v. 21, n. 3, pp. 574-600, 2015.
- ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio; ZEINE, Leonardo. **Existe polarização política no Brasil?** Análise das evidências em duas séries de pesquisa de opinião. *Opinião Pública*, v. 28, n. 1, pp. 62-91, 2022.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 [1970].
- PATEMAN, Carole. The Civic Culture: A Philosophic Critique. In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little, Brown and Company Inc., 1980, chap. 3, pp. 57-102.
- PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2013, cap. 2, pp. 55-79.
- PENNA, Camila; CARVALHO, Priscila Delgado de; ZANANDREZ, Priscila. **Entre procedimentos e substância**: participação política e sentidos da democracia. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 28, n. 3, pp. 678-715, set.-dez. 2022.
- PERES, Paulo Sérgio. **Comportamento ou instituições?** A evolução histórica do neo-institucionalismo na ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, pp. 53-71, outubro 2008.
- PUTNAM, Robert. **Making Democracy Work**: Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- PUTNAM, Robert. **Bowling Alone**. New York: Simon & Schuster, 2000.
- RENNÓ, Lúcio. **Teoria da Cultura Política**: Vícios e Virtudes. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 45, pp. 71-92, 1. semestre, 1998.

- SANDERS, David. Behavioural Analysis. *In*: LOWNDES, Vivien; MARSH, David; STOKER, Gerry (ed.). **Theory and Methods in Political Science**. 4 ed. London: Palgrave Macmillan, 2018, chap. 2, pp. 20-38.
- SANTOS, Pollyana dos; SILVA, Gabriela da. **Os Sujeitos da EJA nas Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos**. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 2, pp. 1-21, 2020.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo** (vol. I). Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 1994a [1987].
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: as questões clássicas** (vol. II). Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 1994b [1987].
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017 [1942].
- SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Editora USP, 2000.
- SKINNER, Quentin. **The Empirical Theorists of Democracy and Their Critics: A Plague on Both Their Houses**. *Political Theory*, vol. 1, n. 3, pp. 287-306, August 1973.
- TAVARES, Francisco; OLIVEIRA, Ian de. **Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, pp. 11-45, 2016.
- TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ampliando o debate sobre participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo**. 2014. 240f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- VERBA, Sidney. On Revisiting the Civic Culture: A Personal Postscript. *In*: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little, Brown and Company Inc., 1980, chap. X, pp. 394-410.
- VERBA, Sidney; NIE, Norman. **Participation in America: Political democracy and social equality**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.